

## **ATA 264ª PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos dezoito de junho de 2021, às oito horas e trinta minutos pelo aplicativo google meet, realizou-se a ducentésima sexagésima quarta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Patrícia Carvalho Gomes assumiu a condução da 264ª plenária ordinária, onde estavam presentes os seguintes **Conselheiros Titulares**: Mariana de Resende Franco – Sedese, Anédia Farias – Fórum Estadual dos Usuários do SUAS de BH, Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas – Salinas, Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, Isaura dos Santos Lopes – Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras, Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo – SSVP, Natália Lisce Fioravante Diniz – Federação das Apae's, Silmônica Rodrigues da Silva Tocafundo – Cmas Juiz de Fora, Sílvia Gracia Oliveira de Souza – SEE, Stella Samara de Paula Faria – Seapa, Ivone Pereira Castro Silva do Cogemas, João Victor de Almeida Chaves da Seplag, Elder Carlos Gabrich Júnior – Sedese, Roseane Reis Delfino Furtado - Cmas Campo Belo. **Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes**: Luanda do Carmo Queiroga - CRP, Joana Moraes Rabelo Horta Lopes – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Cristiano de Andrade pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social -SEDESE, Domingos Sávio de Araújo – CMAS de BH, Elerson da Silva – Cáritas, Márcio Caldeira – Assprom, Laureci Alves de Paula do Movimento do Graal do Brasil, Ligia Camargos da Silva da SES, Márcio Alves Evangelista – CMAS Itabira, Jéssica Teixeira Silva - Movimento Nacional de População de Rua, Poliana de Souza Vieira - SEE, Vinícius de Queiroz Castanheira – SEF, Francielly Ferreira Caetano, Fórum Municipal dos Trabalhadores do Suas, Alison Pereira Ramos – Adra, e também, os **membros da Secretaria Executiva**: Adelmira Gomes Cerqueira, Ângelo Santos Machado, Eliane Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Vera Lúcia Rodrigues, Rosalice Tassar de Almeida. Participaram desta plenária como **convidados**: Daniel Campos, Elizângela Silva, Maryene Mesquita, Roberta Kelly Figueiredo, Rosilene Teixeira, Nelson Maure, Assessoria da Feapaes, Bruno Donizete Máximo, Lara Atamires Costa, Suzanne Horta, Beatriz Steafani Bráz, Ester Assis Amorim, Rian Oliveira, Soraia Crus, Patrícia Trancoso, Cras Fruta de Leite, Conselho Criança e Adolescente, Fabiana Marques, Marinete Moraes, Helder Diniz, Juliana Viegas, Isa Lopes, Livia Pessoa. **PAULA - CEAS**: Patrícia, já temos os 13 em condição de titularidade. **PRESIDENTE**: Então, Paula, bom dia. Nós já temos *quórum*, podemos iniciar a reunião, não é? O Daniel já está fazendo a projeção da pauta. Bom, já estão gravando? Podemos iniciar pela proposta de pauta, não é? Iniciando às 8h30 a abertura, em seguida a menção dos presentes. Eu vou solicitar a Secretaria Executiva para fazer menção dos conselheiros presentes, por favor. **DANIEL -**

**CEAS:** Paula, você faz esse favor para mim? Por favor. **PAULA - CEAS:** Ok. Nós temos presentes a Mariana Rezende, da Sedese; a Ivone Pereira Castro, do Cogemas; a Silvia Graça, da Secretaria de Educação; a Stella Samara, pelo Seapa. Com condição de titularidade, deixa eu ver aqui, eu comecei pelo governamental, não é, gente? Nós temos a Patrícia, que é presidente, pelo Cres; a Anédia Miranda, pelo Fórum Municipal dos Usuários; a Gabriela Loyola, pelo Fórum Trabalhadores de Salinas; a Isaura Santos, pela Asquis; Lucas Estevão Ribeiro, pelo Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paula, de Curvelo; a Silmônica Rodrigues Tocafundo, do Cmas de Juiz de Fora; e como suplente nós temos também o Elerson, pela Cáritas, a Luanda Queiroga, pelo CRP; a Laureci Alves Paula, pelo Movimento do Graal; e o Alisson Ramos, pela... (Trecho incompreensível) [00:02:20] o Cristiano Andrade, pela Sedese; e também a Poliana de Souza, pela Secretaria de Educação. São esses os presentes. **LÍGIA:** Lígia Camargo, Secretaria de Saúde. **PAULA - CEAS:** A Lígia, não falei a Lígia? Desculpa, Lígia, não sei se registrei, mas acho que eu registrei sim. **ELDER, SEDESE:** Elder Gabrich, Sedese. **PAULA - CEAS:** Elder, você já foi nomeado? Só me esclarece, por favor. **ELDER, SEDESE:** Já, já fui sim. **PAULA - CEAS:** Já, não é? **NATÁLIA:** Natália, Federação das Apaes. **PAULA - CEAS:** Ah, bom. Ah, que bom, então agora chegou bastante gente. **PRESIDENTE:** Ok, Paula, obrigada. Acho que falou o nome de todo mundo, não é? Se não tiver mencionado, manifesta aqui. **VINÍCIUS, SEF/MG:** Vinícius de Queiroz Castanheira, Secretaria de Fazenda. **PRESIDENTE:** Dando sequência à pauta do dia, apreciação da ata da 163ª Plenária Ordinária. Foi enviada por *e-mail* para todos os conselheiros, então os conselheiros que concordam, que aprovam a ata, permaneçam como estão. Se houver alguma ressalva, por favor, se manifeste. Não havendo nenhuma consideração aqui no *chat*, a ata foi aprovada. Em seguida, justificativas de ausência. Vou pedir para a Secretaria Executiva verificar se houve alguma justificativa. **DANIEL - CEAS:** Não, Patrícia. **PRESIDENTE:** Ok, obrigada. Próximo ponto, apreciação da pauta. Nós iniciamos com os informes da Sedese, da CIB, Cogemas, Mesa Diretora e outros; na sequência, os pontos para apreciação e deliberação. A previsão: 10h relatório de gestão anual de 2020; 12h intervalo para almoço, retornando às 13h com a pauta acerca do processo conferencial, XIV Conferência Estadual de Assistência Social; na sequência, às 14h, revisão do Regimento Interno; às 15h vacinação dos trabalhadores do Suas; às 16h retorno das comissões temáticas e encerramento previsto para as 17h. Há alguma solicitação de inclusão de ponto de pauta? Não tem nenhuma inscrição aqui no *chat*, podemos submeter... Ah, sim, conselheiro Lucas, bom dia. **LUCAS:** Bom dia, Patrícia, bom dia, conselheiros. Patrícia, eu queria só um ponto de pauta, que seria sobre a logomarca do CEAS, eu queria fazer uma sugestão de uma nova logomarca para o conselho, então é só algo assim... Vai ser bem rápido. **PRESIDENTE:** Para o Conselho Estadual ou para a

conferência? **LUCAS:** Não, para o Conselho mesmo. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Pode inserir, depois das comissões temáticas? **LUCAS:** Claro, ou antes, que é bem rapidinho. Acredito que uns 10, 15 minutos dá para superar. **PRESIDENTE:** Sim, sim, é porque tem uma ordem do regimento, não é? Aí a gente fica tentando... Eu acho que as inclusões a gente põe depois das comissões temáticas, não é? Que temos feito. **LUCAS:** É. Assim, vamos mesmo pela própria reordenação, de como for mais conveniente. Se der para poder apresentar até antes do almoço, se sobrar tempo, por mim tudo bem. **PRESIDENTE:** Tudo bem. É só para ter esse recurso mesmo de colocar depois, inserir os pontos depois da comissão. Mas, se quiser fazer antes, não vejo problema não. **IVONE, COGEMAS:** Patrícia, bom dia. **PRESIDENTE:** Bom dia, Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Eu vou ter que sair daqui a pouco, aí eu passei alguns informes do Cogemas no *WhatsApp* dos conselheiros, entendeu? Que possivelmente na hora dos informes eu vou estar em uma reunião, entendeu? Mas eu queria pedir licença para dar uma saidinha, vou continuar *online*, mas eu vou ter que estar em outra reunião também. **PRESIDENTE:** Entendi. **IVONE, COGEMAS:** Não era uma reunião preparada, foi de urgência, aí não tinha como eu desmarcar. **PRESIDENTE:** Entendi, dona Ivone. Os conselheiros que concordam com a pauta como ela está, e o acréscimo da solicitação do conselheiro Lucas, permaneçam como estão. Os que discordam, se manifestem no *chat*. **DANIEL - CEAS:** Patrícia, vai ser antes do almoço ou vai ser depois do almoço? **PRESIDENTE:** Vamos atender à solicitação do conselheiro e colocar antes do almoço, porque eu acho que a parte da manhã vai ser mais rapidinha mesmo. **DANIEL - CEAS:** Está certo. **PRESIDENTE:** Não é habitual, mas a gente acata a solicitação. Os que concordam, permaneçam como estão. Não havendo manifestação no *chat*, aprovada. Dando sequência à pauta do dia, eu passo a palavra para – a princípio eu vou alterar um pouco a ordem – vocês estão vendo o Daniel fazendo a projeção da pauta, ele já participou de algumas reuniões, então eu queria dar inicialmente esse informe, que o processo seletivo para recomposição de Secretaria Executiva foi finalizado, a Sedese selecionou o Daniel e eu vou solicitar que ele se apresente. **DANIEL - CEAS:** Ligar minha câmera então, aqui rapidinho. Bom dia a todas e a todos, meu nome é Daniel, alguns de vocês já me conhecem, e para aqueles que não, eu já estou aqui no estado já tem um tempinho, tenho sete anos de estado, na Sedese estou há dois anos. Sou bacharel em Direito, bacharel em Administração Pública, defendi minha dissertação de mestrado agora, em março, e está em processo de nomeação agora que eu passei no processo seletivo, mas espero continuar contribuindo com os trabalhos. Vocês já têm meu *WhatsApp*, já estou no grupo, já estou em vários grupos, então é só mandar mensagem. É isso, estou aí para contribuir, é um prazer estar aqui. Está sendo um grande aprendizado. Muito obrigado, Lucas. Obrigado, Cris. Obrigado, pessoal. Espero contribuir. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Bem-vindo, Daniel. Anédia. **PRESIDENTE:** Daniel ontem já estava

trabalhando até umas quase 9h da noite, a gente (trecho incompreensível) [00:09:11] ...

**GABRIEL:** É isso. **PRESIDENTE:** Trabalhando. Vai contribuir muito com a Secretaria Executiva. A Rosa agora retorna a ser só técnica de referência do Comissão de Normas. E aí eu já até aproveito para justificar a ausência dela, aqui nesse horário da manhã, que ela está na fila de vacinação do município de Contagem. Que além de iniciar a vacinação dos trabalhadores do Suas do município, já está na faixa etária aí de 50 e poucos anos. Um pouquinho menos, não vou entregar a idade da Rosa não, mas ela não está presente no momento em função da vacinação. Enfim, já vou passar para a Mariana então, nossa subsecretaria, vice-presidente, para passar os informes da Sedese. **MARIANA, SEDESE:** Bom dia, pessoal, bom dia a todos e a todas. Bem-vindo, Daniel, mais uma vez. Está chegando para contribuir muito, com certeza. Eu mandei os informes no grupo, ou a Rosa já mandou, senão eu mando agora de novo, e então eu vou falar brevemente os informes da Sedese. Um relato da câmara técnica do retorno protegido, que é uma câmara que estava acontecendo no âmbito da CIB, mas já foi divulgada nesse conselho, e já foi feita uma proposta de fluxo para validação dos membros da câmara técnica, que tem gestores municipais, representantes da Subsecretaria de Direitos Humanos, do Ministério Público, do Conselho da Criança; tem um órgão da justiça – que eu esqueço o nome – o Conselho da Infância e Juventude também. Enfim, isso aí já vai ser pactuado agora na CIB e no próximo mês trazemos para informe no CEAS também. O programa da Rede Cuidar, nós ainda não divulgamos o cronograma, mas iremos divulgar em breve. Estamos esperando a publicação da alteração do novo decreto, que já comentamos que estamos fazendo também uma alteração do decreto da Rede Cuidar. Tivemos as ações de apoio técnico, que foram videoconferências do Aproximação Suas, do Sibec, do Cadastro Único. Está acontecendo um curso de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; tivemos também eventos de capacitação junto com o Ministério Público, com a AMM, que abordou também esse tema da gestão orçamentária e elaboração de plano de assistência social. Nossos eventos têm ficado cada vez mais cheios, temos feito eventos com 300 pessoas, então está sendo muito produtivo. É o que comentamos ontem, a educação permanente em EAD agora trouxe um novo cenário para a Subas. Então tem os números da educação permanente. As parcelas do piso, nós já pagamos a seis do piso extraordinário, falta a sétima que está prevista agora para o mês de junho. Eu acho que é isso, gente. Se eu tiver esquecido, alguém da equipe me ajuda, mas também vamos encaminhar lá no grupo de *WhatsApp*. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Obrigada. A dona Ivone está ainda? Geralmente ela que tem dado os informes da CIB, não é? Ou, então, se a Mariana também quiser dar o informe da CIB. **MARIANA, SEDESE:** Além desses que eu já falei... Ivone está aqui? Porque eu já fui abrindo. **PRESIDENTE:** Acho que não. **MARIANA, SEDESE:** Ivone? Eu posso falar sim. Além desses que eu já falei, que foi tudo discutido no âmbito da

CIB, pactuamos a abertura das prestações de contas de 2020, os demonstrativos já estão abertos para os municípios e aí a Sedese já fez um ofício circular, já encaminhou, então já está contando prazo de prestação de contas tanto para gestão municipal, quanto para conselheiros municipais, prestação de contas de 2020. Na CIB nós tivemos a inclusão de um ponto na reunião, a pedido da prefeitura de Belo Horizonte, que foi discutir situação de desproteção dos egressos do sistema prisional, então nós tivemos a preocupação de uma associação que trouxe um relato e pediu o apoio da Sedese na articulação junto à Sejusp, de alguns programas de atendimento aos egressos que não estariam acontecendo. Então ficamos de buscar na Sejusp para ver o que pode ser feito. E, além disso, o que vamos tratar aqui, hoje também, que é a vacinação dos trabalhadores do Sua. Foi definido por uma nota conjunta – essa nota vai sair também junto com o CEAS, então vai ser uma nota Sedese CIB, CEAS, Fórum dos Trabalhadores e as outras instituições que estão participando da discussão. É isso, obrigada, gente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. O próximo informe seria do Cogemas, mas a dona Ivone não está. Foi indicada a Marinete para ser suplente em substituição à Beatriz, mas ainda não saiu a nomeação. Marinete está presente? Acho que não, senão solicitaria que ela desse os informes. Enfim, qualquer coisa, no final da reunião a dona Ivone poderia complementar os informes. Agora os informes da Mesa Diretora. A minha campanha bateu exatamente agora. Eu vou pedir para a Mariana iniciar o informe da Mesa Diretora com o projeto de lei da recomposição do CEAS, daqui a um segundo eu volto. **MARIANA, SEDESE:** Estou tentando lembrar aqui tudo (áudio ruim) [00:00:15:58] vai ser discutido hoje de novo já, não é? **PRESIDENTE:** Não, não, é só de (trecho incompreensível) [00:16:03] encontra na CTL mesmo. Já volto. **MARIANA, SEDESE:** Ah, está. É porque na reunião do mês passando, também, o CEAS já tinha pedido informação sobre o andamento, não é? E o projeto de lei está na CTL, que é a consultoria técnico Legislativo do estado. É o órgão que faz os Projetos de Lei, Projeto de Decreto, os atos normativos jurídicos mesmo... Os membros juristas, acho que é isso que eu queria falar, mas, enfim. A CTL mandou um *e-mail* pedindo para validar esse projeto de lei com uma proposta de supressão dos parágrafos do artigo 12. Então, para quem não lembra eu vou falar rapidamente: o artigo 12 tem a composição, que são os membros, quem compõe, quais as secretarias, quais as representações – que é a paridade e a proporcionalidade – e alguns parágrafos que, segundo a CTL, seriam parágrafos que se fossem suprimidos não trariam prejuízos e poderiam ser objeto de regulamentação por decreto. Isso foi bem essa semana, então ontem na Mesa Diretora eu falei, apresentei para a Mesa Diretora, mas aí, depois de uma reflexão rápida, mas muito importante, nós chegamos à conclusão de que não seria conveniente a exclusão desses parágrafos, porque, na verdade, poderia trazer algum prejuízo futuro. Poderia trazer alguma insegurança jurídica e prejuízo mesmo para o funcionamento, que talvez agora não pareça

que seja prejuízo, mas futuramente, como foi bem-posicionado, podem ter outras pessoas, com outros pensamentos, que entendam assim: “Ah, não, aquilo ali deveria realmente estar lá”. Bom, só para contextualizar. Aí definimos que manifestação – eu manifestei já para a CTL que a gente não concordava com a supressão e que tinha que manter a redação original. E aí agora é isso, agora aguardamos a CTL concluir e encaminhar para a Assembleia. E, quando eles tiverem a notícia, eu repasso para o CEAS. **PRESIDENTE:** Mariana, teria como dar uma previsão de quando a CTL – o tempo, geralmente, que a CTL – leva para enviar? **MARIANA, SEDESE:** Eu vou perguntar, Patrícia, mas eles não falam não. **PRESIDENTE:** Entendi. É porque a gente tinha uma preocupação muito grande em relação a isso, porque a nova composição da sociedade civil tem que ser aprovada até agosto, pela Assembleia, para que em setembro a gente divulgue o regimento eleitoral com 30 dias de antecedência da conferência, que é quando vai ocorrer a eleição. A Mesa Diretora, na reunião de maio, deliberou para solicitar uma consulta jurídica para a Advocacia Geral do Estado e para o Conselho Nacional, para nos orientar como proceder caso seja necessária uma prorrogação de mandato, caso a lei não seja aprovada até setembro, e não seja viável fazermos a eleição até a conferência. Só para termos uma orientação até lá, digamos assim, caso não se concretize, vamos antecipando para já ter essa orientação. Mas, a ideia é fazer todos os esforços possíveis para que essa lei seja aprovada na Assembleia dentro do prazo que precisamos. Obrigada, viu, Mariana? Pelo informe. Dando sequência aos informes da Mesa Diretora, no mês de maio recebemos uma denúncia: o Ministério Público encaminhou uma solicitação porque eles receberam uma denúncia anônima em relação à resolução do CEAS, de composição, justamente essa resolução que estamos dizendo agora. Que a composição atual tem a representação dos conselhos municipais e tem 20 conselheiros governo e 20 sociedade civil, e aí a denúncia é que estava reduzindo de 20 para 18 e que estava retirando a composição dos conselhos municipais. A Mesa Diretora fez uma a resposta, o ofício – vários membros da Mesa Diretora contribuíram – e nessa última semana nós recebemos um retorno do Ministério Público, eles enviaram um despacho que decide pelo indeferimento do requerimento de instauração de inquérito civil público para apuração instaurada dessa manifestação anônima registrada lá na ouvidoria do Ministério Público, dando conta que o conselho estadual teria aprovado essa resolução contendo disposições no sentido de reduzir o número de representantes da sociedade civil no conselho, não é? Isso que eu disse. Eu estou lendo aqui, achei que aqui tinha mais informações. Mas, o que eles falaram foi que era improcedente e arquivaram, sabe? Não instauraram a notícia, de fato, não. E se algum conselheiro desejar, pode solicitar para a Secretaria Executiva a cópia dos ofícios, de toda essa discussão a respeito. Inclusive, a cópia do despacho que aí a Secretaria Executiva envia para quem solicitar. Terceiro ponto aqui, no dia 8 de junho a Mesa Diretora realizou

reunião com vários atores para tratar da pauta da vacinação, mas vamos dar mais detalhes sobre isso na parte da tarde, que tem uma parte destinada a questão da vacinação dos trabalhadores. Da mesma forma, os informes da comissão organizadora da conferência, que pode ser dado na parte da tarde nesse ponto de pauta. E o último ponto é em relação aos critérios de elegibilidade e partilha dos recursos financeiros do Programa Rede Cuidar, que foi aprovado na plenária passada. A Mesa Diretora definiu por fazer uma consulta junto ao Conselho Nacional para esclarecer a divergência em relação à exigência do cadastro no Cneas, que a gente discutiu muito na plenária passada a questão de estar concluído ou não, então tem divergências de entendimento e a Mesa Diretora entendeu por bem fazer uma consulta ao Conselho Nacional para esclarecer alguma dúvida, algum ponto que seja necessário. Basicamente os informes da Mesa Diretora são esses. Mais alguém gostaria de dar algum informe? **LUCAS:** Patrícia, não queria dar informe, mas queria perguntar mesmo: esse prazo de 30 dias da questão da lei do CEAS, vai ser suficiente para poder organizar o processo eleitoral? **PRESIDENTE:** O processo eleitoral tem que iniciar antes, não é? **LUCAS:** Isso. **PRESIDENTE:** A gente vai criar uma comissão organizadora, essa comissão vai redigir o regimento eleitoral e ele tem que ser publicado 30 dias antes. Então, mês que vem, por exemplo, institui a comissão, a comissão vai trabalhando no regimento e aí fica aguardando a Assembleia deliberar. A Assembleia deliberando, a próxima plenária já delibera o regimento eleitoral, a resolução. **LUCAS:** Entendi. **PRESIDENTE:** 30 dias a publicação. **LUCAS:** Entendi. Não seria mais fácil já instaurar a comissão e fazer dois processos seletivos? Um com a composição que já está, um com a composição que foi aprovada, de alteração? Para a gente já ganhar tempo porque a Secretaria Executiva tem que fazer análise de documento. Salvo melhor juízo, na última eleição foram dois ou três meses antes da conferência. **PRESIDENTE:** Não sei se a Paula, o pessoal que está mais tempo na Secretaria Executiva vai lembrar... Ou então até resgatar lá no site do CEAS quando que foi publicado, mas geralmente é 30 dias, está bem, Lucas? E aí quem faz a análise é a (áudio ruim) [00:00:24:58] eleitoral, não é a Secretaria Executiva, não. **LUCAS:** Ah, está bem. **PRESIDENTE:** Eu acredito que não seja necessário já instaurar essa comissão agora, não, porque estamos no mês de junho. Tem um modelo já, de regimento eleitoral que seria necessárias poucas alterações, mais alterações em relação à composição, às vagas mesmo, não é? E isso vamos precisar da confirmação da Assembleia. Eu acredito que com um mês antes, se vamos soltar em setembro, acredito que essa comissão sendo formada em julho, agosto, daria tempo para... Não. Sendo formada em julho, daria tempo para em agosto fazer os trabalhos para publicar em setembro. **LUCAS:** Eu pergunto, a minha preocupação é por causa, justamente, do modelo de sufrágio, porque ela não é presencial, como que... **PRESIDENTE:** É, mas em relação a isso, estamos discutindo também na comissão organizadora como vai ser esse formato,

porque é questão metodológica da organização da conferência. O que a comissão eleitoral vai fazer é a resolução, a minuta de resolução do regimento eleitoral. Essa parte do modelo, como vai ser, virtual, a hora que vai ser realizada, se os candidatos vão gravar vídeo, essas coisas a comissão organizadora da conferência é que vai definir, e com a empresa que foi contratada, que vai ser divulgado o TR. Sempre, nas reuniões da comissão organizadora, temos discutido um pouco sobre isso: como vai ser, se vão ser todos os dias, se vai rodar um vídeo. Mas, ainda vamos pautar isso para definir o cronograma, os horários, o formato, a metodologia da conferência, tudo direitinho. E, isso que você coloca, entra na metodologia da conferência, não é? Aí a comissão eleitoral é só para o regimento eleitoral mesmo. **LUCAS:** Está bem. Só nesse ponto, quem é que vai ser responsável pela auditoria dos votos? Vai ser a comissão eleitoral ou vai ser a comissão organizadora? **PRESIDENTE:** A gente sempre convida o Ministério Público, que participa de todo processo, e aí é o Ministério Público junto da comissão eleitoral. E aí a comissão eleitoral é formada por conselheiros que não vão se candidatar para o pleito. **LUCAS:** Então essa comissão eleitoral tem que participar da discussão da comissão organizadora, Patrícia. **PRESIDENTE:** Olha, conselheiro, geralmente era feito dois momentos separados. Você pode fazer essa proposta, a gente leva para a comissão organizadora da conferência, mas as resoluções que instituem a comissão eleitoral, elas colocam as atribuições da comissão. Existe a resolução, também, que compõe a comissão organizadora da conferência que coloca as atribuições. Tem uma certa divisão entre as responsabilidades de cada comissão. Geralmente, nos processos anteriores era feito dessa forma: a comissão organizadora definia a metodologia da conferência e a comissão eleitoral definia o regimento eleitoral. O regimento eleitoral são as regras, quais são os documentos que tem que enviar, quais os prazos, a questão do recurso, a questão da análise, basicamente é isso. E a comissão organizadora da conferência define: vai ser no dia tal, de manhã vai ser apresentado cada um no seu segmento, aí de tarde as urnas vão ficar abertas durante o processo, não sei o quê... São processos distintos, eu não sei como poderíamos colocar junto. A comissão organizadora da conferência, por exemplo, se misturar pode ficar até confuso, porque pode ter conselheiro que vai se candidatar para o próximo mandato, e sendo que na comissão eleitoral não pode ter nenhum conselheiro que vá ser candidato. A Paula está com o áudio aberto, vou pedir a colaboração dela aí, o resgate de como geralmente é feito. **PAULA - CEAS:** Ok. Patrícia, só estou resgatando aqui mesmo, eu estou vendo que em 2019 a comissão organizadora do processo eleitoral foi instituída em junho, pela Resolução 664. Então, quer dizer: ela foi anterior, porque quando foi em setembro – nesse um mês que você está falando – já saiu a 675, que já era todo processo com todos esses critérios. Então, antes de elaborar o documento, essas normativas todas, a comissão já tem que estar funcionando porque quando sai, com um mês antes, já sai



prontinho o documento de tudo que precisava. Quer dizer, todas as tratativas e discussões já haviam sido feitas anteriormente pela comissão organizadora do processo, e essa saiu em junho, pela 664. **PRESIDENTE:** Ah, não, com certeza. A comissão eleitoral é formada antes, porque aí eles se reúnem para redigir o regimento eleitoral, apresentar na plenária, aprovar para ser publicado. O que eu estou dizendo é da comissão eleitoral ser composta no mês de julho, aí trabalha durante o mês de agosto para no mês de setembro publicar o regimento eleitoral. Porque ainda não temos a composição, não é? E aí acho que formar a comissão agora... Pelo menos, na Mesa Diretora não discutimos nada nesse sentido. E não está na pauta também hoje, mas se o plenário achar que é necessário instaurar nesse mês, aí a gente quebra o protocolo. Mas, eu acredito que é plenamente viável instaurar a comissão organizadora no mês de julho, deliberar em agosto ou setembro o regimento, porque o regimento eleitoral tem que ser publicado com um mês de antecedência da eleição. Se a conferência é 25 de outubro, então até 25 de setembro já tem que ser publicado. **LUCAS:** Uai, Patrícia, se você acha que é conveniente no mês de julho, tudo bem. Eu acho que o prazo é um pouquinho curto, até mesmo o próprio resgate histórico que Paula traz de ter sido no mês de junho e ter ficado dois meses para organizar... **PRESIDENTE:** Mas, a comissão não ficou dois meses para organizar, formou, mas ela não teve esses trabalhos. Se for resgatar as datas das reuniões, a comissão não fica dois meses fazendo um regimento. Isso é em uma reunião. E era engraçado porque as reuniões eram sempre juntas, não chamava... Porque agora temos isso, como é virtual chamamos muitas reuniões antes. Era assim: na quinta-feira, mais cedo, a comissão se reunia no dia anterior da plenária, então pegava uma minuta que já tinha o modelo, que a Secretaria Executiva já adaptava para a eleição daquele mandato, e aí fazia. Então é uma resolução, que é uma minuta que já tem muitos elementos, que teria que atualizar algumas informações, principalmente com base no texto que foi aprovado pela Assembleia com a nova composição. Então eu coloco para os conselheiros, se vocês acham que... Apesar de que já aprovamos a pauta do dia, se vocês acharem que é necessário incluir na pauta hoje, a gente quebra esse protocolo, mas eu acho que é plenamente viável instituir em julho, a comissão faz os trabalhos durante o mês de agosto e apresenta o Regimento Interno no mês de agosto ou no mês de setembro, considerando aí a data que a Assembleia Legislativa for aprovar a lei. Estou vendo aqui se no *chat* tem alguma manifestação. **LUCAS:** Eu me manifesto pela não alteração da pauta, até porque a coordenação administrativa do conselho é de sua responsabilidade, você está falando que dá certo, então beleza. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro. Temos mais algum informe? Podemos dar sequência à pauta? Não tem nenhuma inscrição. 9h15, nós podemos antecipar o horário previsto para apresentação do relatório de gestão anual, que foi apreciado na reunião conjunta das comissões, realizada ontem na parte da tarde. Eu vou passar a palavra para a

equipe da Sedese, que vais fazer uma apresentação breve do relatório de gestão anual, para registro em ata. **MARIANA, SEDESE:** Ajuda da Rose para projetar, por favor. E chamar a equipe da Sedese que está aqui, presente também, para ajudar na apresentação. **ROSILENE, SEDESE:** Vou projetar, espera aí. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada. Como eu disse na apresentação de ontem, nosso objetivo foi fazer uma apresentação mais descritiva de atividades, para não repetir o que fizemos na apresentação da prestação de contas, que era apresentação de ações orçamentárias e execução orçamentária e financeira. Então, o nosso objetivo aqui foi mais descritivo mesmo, de atividades. Também o relatório foi enviado para o *e-mail* de todos no mês passado, um relatório mais extenso. Nós vamos tentar resumir por áreas, a equipe da Sedese está aqui, eu vou pedir também aos diretores responsáveis das áreas para ajudar na apresentação. O ano de 2020 foi o ano de cenário de pandemia, que trouxe muita novidade para nós, um desafio muito grande, tanto na mudança da forma de trabalho, como na necessidade pelo serviço de assistência social, que foi consideravelmente aumentada com a intensificação das situações de vulnerabilidade, do isolamento, do impacto financeiro que isso causou na vida das pessoas, da crise, do desemprego, do aumento da procura por benefícios socioassistenciais, e o empobrecimento de uma grande parte da população. Com isso, nós enquanto estado, tivemos que adaptar as nossas atividades e atuação de apoio técnico, de capacitação. O estado também chegou a implantar um benefício emergencial de (áudio ruim) [00:36:58], melhoria de ações no sentido de enfrentamento da pandemia. Os dados que nós temos do Suas em Minas, nós tivemos aumento de famílias do Cadastro Único, os dados quantitativos estão todos nos relatórios, dados de famílias atendidas, número de municípios atendidos nos Creas regionais. Eu já vou partir para apresentação em tópicos, vou pedir aos diretores que estiverem presentes – não sei se estão todos. Já vou chamar a Livia se estiver presente, para apresentação da Diretoria de Educação Permanente. **LÍVIA:** Estou sim, bom dia a todos. Prazer. Nem sempre eu estou presente na reunião, alguns não devem nem me conhecer, atualmente eu estou como diretora da Diretoria de Educação Permanente, como a Mariana me apresentou, e eu vou fazer um resumo do que está no relatório de gestão. Vamos falar sobre as principais competências e atuações da Diretoria de Educação Permanente, que está vinculada à Superintendência de Vigilância e Capacitação. A Diretoria de Educação Permanente trabalha na lógica de qualificar, de forma continuada, os servidores do Suas, e aí entendendo todos os trabalhadores com ensino médio, fundamental e superior, que atuam na rede socioassistencial governamental e não governamental, entendendo também a importância das entidades como um braço dos nossos serviços nos municípios, assim também como os gestores e os agentes de controle social. Levando em consideração, também, a diferença dos territórios do nosso estado – porque sabemos que Minas Gerais é um estado de uma extensão territorial muito

grande – e as diversidades, por causa dessa extensão territorial. Esse planejamento, para que façamos a educação permanente, essa qualificação – durante todos os anos – leva em consideração isso também. Elencamos as principais ações que constam no documento que foi enviado para vocês, vou citar uma por uma aqui, sendo a primeira a construção do planejamento anual de oferta de ações de qualificação, através da identificação dos temas prioritários – como eu disse, levando em consideração essa realidade de cada território. Esse planejamento é consolidado pela Diretoria de Educação Permanente, mas temos que lembrar que é feito juntamente com todas as diretorias da Subas, levando em consideração as principais demandas que as diretorias recebem de apoio técnico no decorrer do ano anterior, além de outras questões que consideramos das normativas referentes à educação permanente e do Suas. A gente tem percurso formativo também, a seguir, que é de gestão do Suas, provimento de serviços e benefícios socioassistenciais e controle social, que consideramos no momento de formatar esse planejamento anual. A ampliação da utilização da plataforma EAD do Suas é uma questão muito importante – principalmente no ano passado, considerando o contexto de pandemia. Até o ano passado, antes de termos que desenvolver uma nova forma de trabalhar, as ações eram feitas, em grande maioria, de forma presencial. A plataforma EAD entrou como uma grande alternativa para que conseguíssemos continuar levando ações de treinamento, de capacitação, para os municípios e, assim, até ampliando essa oferta porque chegamos a mais municípios, a uma quantidade maior de profissionais, por estarmos ofertando de forma remota. A elaboração e publicação do Plano Estadual de Educação Permanente, PEEP/Suas-MG, foi no mês de novembro e auxilia o estado na sistematização e na operacionalização da educação permanente na região. E outro ganho foram as adaptações que fizemos, necessárias, para retomada das reuniões do NEEP, que devido à pandemia tiveram que ocorrer virtualmente. A gente conseguiu fazer a recomposição do núcleo, retomar as reuniões, e esse ano estamos fazendo um esforço para que elas aconteçam da forma prevista, bimestralmente. Estamos trabalhando já com comissões, já apresentamos o plano de ações de qualificação e vamos repassar também na reunião da CIB e do CEAS. Temos propostas e estamos trabalhando para fortalecer a educação permanente no estado e discutir muito a educação à distância, tendo em vista essa questão de que é uma nova realidade para nós, não sabemos até quando. Pensamos que, diante da nossa nova realidade, diante dessa surpresa de que conseguimos atender um número maior de pessoas, mesmo passando por essa questão da pandemia, acreditamos que vamos ficar, pelo menos, com sistema semipresencial. Manter a questão remota, com algumas atividades presenciais, então instituímos um grupo de trabalho para discutir, inclusive a questão da evasão, e damos retorno para vocês. Vamos começar a trabalhar também com a revisão anual do Plano Estadual de Educação Permanente. Aqui trouxemos um consolidado mesmo, em número,

das ações que foram realizadas no ano de 2020. Entre as ações que são previstas para que a gente oferte – considerando apoio técnico e capacitação e treinamento – eu vou falar de um por um. O atendimento técnico, total de pessoas atendidas: 10.594; total de municípios atendidos: 840. Esse número é bem alto porque esses são aqueles atendimentos pontuais, geralmente realizados por *e-mail*, *WhatsApp*, contato telefônico, então são os atendimentos mais rápidos e pontuais que todas as equipes da Subas realizam aos municípios. Evento técnico: 511 pessoas atendidas, em um total de 46 municípios. Oficina de apoio técnico: 20 pessoas e um município. A oficina é um evento previsto de que aconteça presencialmente, por isso esse número, um município só, porque logo no início do ano tivemos essa orientação do isolamento social e das atividades presenciais serem abortadas. Videoconferência: também tem um número expressivo, 2.115 pessoas atendidas, e um total de 323 municípios. Treinamento EAD: 1.482 pessoas atendidas e 373 municípios. Visita de apoio técnico: também temos um número mais baixo de municípios atendidos, pelo mesmo motivo das oficinas, e 153 pessoas atendidas. Capacitação introdutória: foram 245 participantes, de 107 municípios. E a capacitação de atualização: 941 participantes, de 315 municípios. No total nós tivemos, chegamos a 16.061 pessoas qualificadas. E dos 853 municípios do estado, 849 municípios foram atendidos em, pelo menos, uma ação ofertada. Queria colocar para vocês – ontem, quando apresentamos, foram colocadas algumas questões dos números, comparativo com o número de profissionais do Suas que temos no estado – mas, é importante falar também da capacidade de atendimento das equipes da Subas. A DEP, por exemplo, da qual eu sou atual diretora, trabalhamos com uma equipe composta por cinco pessoas. E, assim como a DEP, as outras equipes vão se apresentar – os diretores – e vão falar também do número de pessoas com as quais eles podem contar. Consideramos que é um trabalho feito com muito esforço e que a gente consegue uma atuação muito importante dentro do estado, e vocês vão ver que é com uma equipe bastante reduzida para o alcance que conseguimos no decorrer do ano. Então a gente queria só falar também disso, a nossa equipe com a qual a gente conta para a execução do trabalho. Então, da DEP é isso, muito obrigada, estou à disposição se surgir alguma dúvida. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Lívia. Então, na sequência, Suzane. Suzane a partir do próximo mês também vai ser conselheira em substituição à Joana, que vai entrar de licença maternidade. Então, Suzane, por favor. **SUZANE:** Obrigada, Mariana. Bom dia, gente. Meu nome é Suzane, eu sou diretora de vigilância socioassistencial. No estado, a vigilância socioassistencial é constituída formalmente no órgão gestor da assistência social, e além de mim a equipe tem seis técnicos de nível superior e um apoio administrativo, então todas essas competências e as ações que eu vou apresentar foram feitas por essas sete pessoas. Dentre as competências da vigilância, no âmbito do estado, destacamos a coleta, produção de dados e informações

territoriais, tanto sobre as situações de risco e vulnerabilidade dos territórios, como das informações do volume, tipo e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Lembrando que a vigilância meio que é essa balança entre as duas coisas, a demanda e a oferta dos serviços socioassistenciais. Também é competência da vigilância o acompanhamento do sistema de formação do Suas, a elaboração de estudos, pesquisa e diagnósticos que vão embasar os processos de planejamento, implementação e aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social. E, também, apoio técnico aos municípios para estruturação da vigilância. Dentre as atividades que registramos no documento, destacamos primeiramente o acompanhamento dos municípios com pendências no preenchimento de sistemas e/ou prestação de contas e mobilização para realização de aceites aos recursos ordinários e preenchimento do Censo Suas. Então aos gestores municipais, temos muitos sistemas para preencher, tanto para fazer jus ao recebimento de recurso, quanto sistemas para informar como que está sendo a oferta dos serviços e benefícios. Então temos um calendário que a gente puxa o status de preenchimento do sistema e notificamos os municípios que estão com alguma pendência, para o município não ter nenhum prejuízo de recebimento de recurso, por exemplo. Então a gente manda semanalmente... Temos algum sistema que mandamos *e-mail* para os municípios que estão pendentes, com apoio do Cogemas que a gente sempre manda o status e, também, e das diretorias regionais para essa mobilização. Análise e compilação de dados referentes à inserção dos beneficiários do BPC no CadÚnico, é uma ação que fazemos em parceria com a diretoria de gestão do CadÚnico e de programas socioassistenciais. O Elder deve falar um pouco melhor também, então todo mês pegamos um relatório disponibilizado pelo governo federal, que é um relatório que tem os beneficiários do BPC e a informação se eles já estão ou não inseridos no CadÚnico. A Lívia falou das capacitações ofertadas e uma das capacitações de atualização, que foram ofertadas pela plataforma EAD, foi sobre gestão financeira e orçamentária, inclusive foi uma solicitação do próprio CEAS. O CEAS mandou um ofício, ano passado, para a Sedese solicitando que fosse feita uma capacitação à distância sobre essa temática de gestão financeira e orçamentária, então tanto a preparação do material quanto a oferta do curso, ficaram a cargo da Diretoria de Vigilância. Esses dois últimos pontos desse slide têm relação com os recursos emergenciais do governo federal, então a Portaria 369, 378 de 2020, assim como a Lei Complementar 173/2020. A diretoria realizou duas videoconferências sobre esses recursos emergenciais e elaboração de duas cartilhas. Esses materiais estão todos disponíveis lá no *blog* da Subas, inclusive os materiais referentes ao próprio aceite do estado, apresentamos aqui no CEAS, então esses materiais foram todos elaborados pela Diretoria de Vigilância. Atendimento individualizado aos municípios acerca da utilização dos recursos emergenciais e preenchimento dos planos de

ação. A Lívia mostrou os quantitativos de cada tipo de apoio técnico, capacitação, os atendimentos foram muito volumosos em 2020, então cada município estava em uma situação específica sobre o recebimento de recursos emergenciais, sobre o termo de aceite. Então fomos muito demandados para apoiar os municípios, todos esses sistemas de termo de aceite tinham prazos e prazos muito curtos, então tivemos uma demanda muito grande de atendimento individualizado pelos municípios. Além disso, elaboração de diagnósticos socioassistenciais para subsidiar estudos e ações socioassistenciais no contexto de calamidade pública, entre outros. Então, por exemplo, fizemos um diagnóstico sobre os municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão, que enviamos para o Comitê Pró- Brumadinho, do estado. Fizemos vários levantamentos acerca de situações de vulnerabilidade da população de grupos específicos, então, por exemplo, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população em situação de rua, no contexto do ano passado e desse também, como vocês podem ver. Públicos que estão mais expostos, que foram considerados como prioritários, grupos de risco por causa da covid, então fomos muito demandados para o levantamento de informação sobre esses públicos. Também fizemos um levantamento sobre grupos e povos tradicionais específicos no CadÚnico, junto também com a Diretoria de Gestão do CadÚnico. Está disponível no *blog* da Subas, fizemos em parceria com a Subsecretaria de Direitos Humanos. Entre outros levantamentos, só destacando alguns. Operacionalização do Programa Renda Minas, então, de novo, com a Diretoria de Gestão do CadÚnico, não é? Nós dividimos um pouco a realização do Programa Renda Minas, então a parte mais operacional: de elaboração; identificação do público que seria beneficiário; de quem tem direito a receber o benefício; a elaboração das folhas de pagamento com o valor que cada família receberia; o envio de dados para abertura de contas para a Caixa Econômica, que foi a instituição que realizou o pagamento; atualização do site... Essas etapas mais operacionais também foram realizadas pela Diretoria de Vigilância. E, por último, também como uma das ações de vigilância, o monitoramento da Política de Assistência Social. Fazemos esse monitoramento das ações da Subas e, assim como a prestação de contas traz as informações por ação orçamentária, também temos um sistema no âmbito do governo estadual, que chama Sigplan – é o Portal de Planejamento e Orçamento do estado de Minas Gerais – e nesse sistema informamos bimestralmente qual foi a execução física e financeira das ações vinculadas ao Fundo Estadual de Assistência Social. Essas foram as principais ações, no documento está mais detalhado, e aí também estou à disposição caso alguém tenha alguma dúvida. Agora acho que é a Rose que vai apresentar a parte da terceira diretoria da Superintendência de Vigilância e Capacitação. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada. Pode dar sequência, Rose. **ROSILENE, SEDESE:** Bom dia a todos. Meu nome é Rosilene, estou como diretora de gestão descentralizada e regulação do Suas. Vou passar

rapidamente as competências da diretoria e as principais ações que foram realizadas em 2020. Lembrando que a diretoria sou eu, mas ano passado éramos três pessoas, eu e mais duas técnicas de nível superior, e esse ano conseguimos mais uma técnica, então hoje nossa diretoria é composta por uma equipe de quatro pessoas. A diretoria tem como principal competência acompanhar, fortalecer a implementação descentralizada e a regulação da Política de Assistência Social no âmbito do estado; prestar assessoramento aos gestores municipais no que se refere aos instrumentos de gestão do Suas; e exercer a função de Secretaria Executiva da CIB, garantindo assim o pleno funcionamento da comissão, que é uma instância de pactuação do Suas. Entre as principais competências no ano de 2020, a diretoria ofertou apoio técnico aos municípios que estavam com irregularidades no cumprimento do artigo 30 da LOAS, então desde 2017 a partir do acórdão do TCE... O Ministério, aliás, o TCU, o Tribunal de Contas da União, o Ministério de Desenvolvimento, aliás, hoje o Ministério da Cidadania, ele vem monitorando e fazendo averiguações no cumprimento do artigo 30 da LOAS pelos municípios, por ser condição para receber recursos do governo federal, e também do governo estadual. Para esse apoio técnico, além de apoio técnico especializado aos municípios que tiveram recursos bloqueados por não comprovarem a existência do plano 2020, foram elaborados materiais de diretrizes para elaboração do plano; também elaboramos o curso: Artigo 30 da LOAS, aspectos formativos sobre o conselho do plano e fundo de assistência social na perspectiva do Suas fortalecido. Então foram várias ações realizadas para que o município comprovasse esse cumprimento do artigo 30 da LOAS. Esse ano nós estamos também com uma demanda de municípios em averiguação, que já saiu uma portaria do Ministério com a relação de municípios de Minas Gerais que se encontram em averiguação por apresentar irregularidades no funcionamento do conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social. Foram realizadas também reuniões para adequação ou instrução da lei do Suas e regulação de benefícios eventuais. A diretoria participou no documento que a Suzane citou aí – que são documentos de perguntas e respostas – também colaborou com esse apoio aos municípios para utilização dos recursos emergenciais que foram repassados de acordo com a Portaria 368 e 378 de 2020; também elaborou um documento específico para utilização dos recursos extraordinários que foram repassados pelo estado, os recursos oriundos da Lei Complementar 173/2020. A diretoria também elaborou a cartilha com essas orientações para utilização e prestou apoio técnico aos municípios por *e-mail*, *WhatsApp*, ligação, etc. Construiu o módulo do curso – ano passado foi tentado também um curso de planejamento e execução das ações socioassistenciais no contexto da pandemia e da pós-pandemia – então, o módulo tinha a gestão do Suas e vigilância. Nós construímos a parte da gestão do Suas, focado na gestão dos recursos ordinários e extraordinários que foram repassados aos municípios. Participação na elaboração da

minuta comentada de resolução de benefícios eventuais, juntamente com a PSB, que é a Proteção Social Básica, que ela ofertou um curso de benefícios socioassistenciais e a diretoria participou dessa parte desse módulo – o módulo que falava da regulamentação dos benefícios eventuais. Apoio técnico aos municípios, aos gestores municipais em relação a inscrição de entidades no Cmas e no Cneas, então foram ofertados vários apoios aos municípios e entidades em relação ao vínculo com o Suas; e a preparação e organização encaminhamento das reuniões da CIB. Então a CIB são reuniões mensais e a diretoria é responsável por secretariar e garantir o funcionamento dessa instância. Dentro da gestão ainda, destacamos o relatório de gestão, que foram realizadas nove reuniões ordinárias da CIB, e uma extraordinária. Foram publicadas no Diário Oficial do Estado nove resoluções. Nós destacamos, a Rosalice enviou, fez a relação da parte do CEAS, e as informações que constam no relatório é que foram realizadas 11 plenárias do CEAS, sendo nove reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias, com a deliberação e publicação de 25 resoluções, e ainda destaca essas ações do CEAS, algumas ações, que foram: a roda de conversa sobre o papel da Política de Assistência Social no acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas; uma *live* com o tema “os desafios do controle social no contexto da covid-19” e uma capacitação sobre orçamento e financiamento, para os conselheiros estaduais de assistência social. Então é isso da Diretoria de Gestão e estamos à disposição para dúvidas, se necessário. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Rose, também. Roberta está aqui, gente? Acho que não a vi hoje. Está? **ROBERTA, SEDESE:** Estou sim. **MARIANA, SEDESE:** Está? **ROBERTA, SEDESE:** Bom dia, gente. **MARIANA, SEDESE:** Bom dia, Roberta. **ROBERTA, SEDESE:** Bom dia. **MARIANA, SEDESE:** Está baixinho demais, a gente não está te ouvindo. **ROBERTA, SEDESE:** Melhorou? **MARIANA, SEDESE:** Sim. **ROBERTA, SEDESE:** Está doido esse microfone, tem hora que ele fica alto, tem hora que ele fica baixo. Eu sou Roberta, estou respondendo como assessora de gestão do Fundo Estadual de Assistência Social, que é o instrumento responsável pela gestão dos recursos da Política de Assistência Social no âmbito estadual, assessoria. Entre outras atividades, a gente coordena, acompanha e executa os instrumentos de planejamento de gestão orçamentária e financeira para o desenvolvimento das ações de assistência social por meio do FEAS, e também damos suporte... Uma grande parte da atuação da equipe, que é composta hoje por, temos 11 pessoas, é dar suporte também aos municípios em relação a essas competências. Em 2020 nós podemos destacar: o repasse integral das parcelas do Piso Mineiro Fixo aos 853 municípios; repasse de recurso extraordinários oriundos da Lei Complementar 173/2020; manutenção do repasse, conforme cronograma de desembolso, às unidades de Acolhimento Casa-Lar, inclusive com pagamento da 13ª parcela de 2019, que se encontrava pendente; manutenção de quatro Creas Regionais, cofinanciamento dos quatro Creas municipais, e



um Creas em processo de reordenamento; elaboração de passo a passo do preenchimento dos Demonstrativos Sintéticos; criação de tutorial para orientar os gestores municipais no acesso ao sistema Sigcon. Foi também feito acompanhamento das prestações de contas 17, 18 e 19, que teve preenchimento até o dia 31 de dezembro de 2020; e também o suporte por meio de atendimento pela equipe. Muito obrigada e estou à disposição para qualquer dúvida que se faça necessário. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Roberta. Elder? Vai falar da proteção básica. **ELDER, SEDESE:** Bom dia. Melhorou agora? **MARIANA, SEDESE:** Melhorou. **ELDER, SEDESE:** Que eu tinha entrado no celular e no computador, aí deu eco. Desculpa. Bom dia a todas e a todos, agora eu vou apresentar a parte da proteção social básica. A Superintendência de Proteção Social Básica é dividida em duas diretorias, diretoria de serviços e benefícios socioassistenciais e diretoria de gestão do Cadastro Único e programas socioassistenciais. Vamos começar falando da parte da diretoria de serviços e benefícios socioassistenciais, que têm como responsabilidade o atendimento, ações de apoio técnico aos Cras para tratar dos serviços, como PAIF, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, e os benefícios socioassistenciais, como BPC, benefícios eventuais e etc. Tivemos no ano passado, inclusive a diretoria também estava responsável pela execução das rodadas 2017/2019 do Programa Rede Cuidar, a partir de agosto vai ter essa alteração e o programa vai passar a ficar com a Superintendência de Proteção Social Especial. Em 2020, primeiramente fizemos uma publicação no Caderno de Perguntas e Respostas, sobre benefícios eventuais. É uma pergunta que é um pedido de apoio técnico muito recorrente na diretoria. Além disso, principalmente por causa da pandemia, que houve um aumento do pedido das solicitações de benefícios eventuais, fizemos cursos EAD sobre trabalho social com a família, sobre benefícios socioassistenciais também com foco em benefícios eventuais, e também planejamento e execução de ações socioassistenciais em contextos de pandemia e pós-pandemia, e o apoio técnico das unidades atendidas pelo Programa Rede Cuidar, rodada 2019. Tivemos a elaboração e disponibilização do Caderno de Execução das Parcerias para as unidades do Rede-Cuidar de 2019 também; a criação do módulo de inserção de documentos e termo aditivo no sistema do Programa Rede Cuidar, que é o sistema que era utilizado para que a gente fizesse o monitoramento das parcerias das rodadas 2017/2019; videoconferências para atender essas unidades atendidas pelo programa, e a elaboração de uma nota técnica explicativa para as entidades socioassistenciais sobre a execução do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, e resumo dos principais aspectos mencionados nas normativas do Ministério da Cidadania. A gente fez essa nota técnica porque houve muita dúvida das entidades, principalmente aquelas entidades que recebem recursos de emenda, entidades que ofertam o serviço de convivência e recebem emendas parlamentares, sobre como seria a execução do serviço de convivência nesse período de

pandemia, já que é um serviço que tem oficinas e tal. Então fizemos uma nota técnica explicativa, bem explicativa, para orientar essas entidades, e orientar municípios e gestões também. Sobre a Diretoria de Gestão do Cadastro Único e programas socioassistenciais, ela é responsável pelo Cadastro Único, pelo Programa Bolsa Família, também foi responsável pela implementação do Programa Renda Minas no ano passado, e também pelo Programa Acessuas Trabalho, Programa BPC na Escola e demais programas socioassistenciais de proteção básica. No ano passado, em 2020, prestamos apoio técnico e orientações sobre as ações especiais do Programa Bolsa Família lá em janeiro de 2020, na época das enchentes que houve em Minas Gerais, que atingiu vários municípios, o município Espera Feliz, por exemplo, que foi muito atingido. Faz muito tempo, parece até que foi em outra realidade, aconteceu tanta coisa, mas foi em 2020. Então, o Ministério liberou algumas ações especiais de adiantamento de pagamento do Bolsa Família, de saque sem documentação. Orientamos os municípios a respeito disso. Fizemos uma videoconferência com as superintendências regionais de ensino da Secretaria de Educação para tratar sobre o Programa Bolsa Família no âmbito da coordenação intersetorial do Programa Bolsa Família, que conta com membros da Secretaria de Educação, um deles é a Sílvia, que até está aqui com a gente hoje, que compõe o conselho. Fizemos também uma videoconferência para tratar sobre perguntas e respostas sobre o cadastramento dos beneficiários do BPC no Cadastro Único. O BPC é da Diretoria de Serviços e Benefícios, mas o cadastramento dos usuários do BPC no Cadastro Único, é da diretoria de gestão do Cadastro Único e programa. E, também, publicamos um documento sobre inclusão e atualização cadastral de maneira remota no CadÚnico durante a pandemia, foi algo que o Ministério autorizou durante o período de pandemia, que os cadastros do Cadastro Único possam ser feitos por telefone e por *e-mail*. É uma opção, não é obrigatório, e o cadastramento presencial continua acontecendo. Também fizemos várias videoconferências sobre o pagamento do auxílio emergencial no ano passado, o auxílio emergencial do governo federal; Turmas de treinamento à distância sobre o Programa Acessuas Trabalho; implementação do Programa Renda Minas, que nem vou aprofundar muito porque o CEAS acompanhou muito de perto como foi o pagamento do benefício do programa; e a gestão do projeto Aproximação Suas, que foi aprovado no CEAS, se não me engano, a dois meses atrás, parte integrante do Programa Estratégico Percursos Gerais da Sedese. É isso então. Muito obrigado, gente. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Elder. Cris está conosco também. **CRISTIANO, SEDESE:** Estou. Bom dia a todas e todos. Bom, vocês já me conhecem, mas eu respondo então pela Superintendência de Proteção Social Especial lá na Subas. A superintendência é formada por duas diretorias, uma diretoria de média complexidade, que é a Isabelle a diretora, e é composta por quatro profissionais de nível superior, e a diretoria de proteção social especial de alta complexidade, que é a

Tatiane a diretora, é composta também por quatro profissionais. A superintendência tem como principal competência o apoio técnico aos municípios no que se refere à proteção social especial de média e de alta complexidade, produzindo orientações, promovendo ações de capacitação envolvendo os públicos e as situações de violação dos serviços socioassistenciais de média e de alta complexidade. Como eu falei ontem, a superintendência tem duas grandes ações, vamos chamar assim. Fazemos várias coisas, mas tem duas grandes ações. No caso da média complexidade, somos responsáveis pela execução de quatro Creas regionais que estão localizados nos territórios: médio e baixo Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Mucuri e Alto Jequitinhonha. Ao todo são 26 municípios abrangidos por esses quatro Creas regionais, onde ofertamos diretamente os serviços. Essa oferta é direta e, assim, toda manutenção da estrutura, do funcionamento das equipes, dos serviços, é de responsabilidade do estado e está no âmbito, está dentro da superintendência, mais especificamente da Média Complexidade. E no Alta Complexidade temos, como grande ação, as parcerias. São 29 parcerias para oferta do serviço de acolhimento para pessoas com deficiência, são 44 unidades localizadas em 24 municípios, e que têm 375 vagas cofinanciadas pelo estado. São as parcerias que foram feitas no início, na metade dos anos 90, com a extinção da Febem, para atendimento desse público que, à época, eram adolescentes e adultos com deficiência. Hoje, já são adultos e idosos com deficiência que estão acolhidos. Dessas parcerias, a maior parte delas são com as Apaes, são 24 Apaes que ofertam esse serviço chamado Casa-Lar. Então, assim, tivemos no ano de 2020, como o Elder falou, vários desafios. O ano começou quente já, não é? Não sei se todos se lembram, mas a gente vem relatando isso, a Sedese participa de uma instância que foi criada no âmbito do governo do estado, que se chama “Grupo Estratégico de Resposta”, é formado pelos diversos órgãos do estado quando se tem uma emergência ou calamidade pública. Então, todo ano esse comitê, essa instância, é acionada entre outubro e março, mais ou menos, ela fica em funcionamento, principalmente em razão das chuvas que acontecem no estado durante esse período. Então no ano passado, em janeiro, tivemos, como vocês devem se lembrar, chuvas intensas no estado que provocaram diversas situações, foram quase 200 municípios com emergência declarada em virtude das chuvas, então tivemos um apoio muito intenso durante esse período, inclusive local, fizemos viagens aos municípios. O Elder citou Espera Feliz, foi um dos municípios que eu inclusive visitei também, e foi atingido pelas chuvas. Então a gente produziu diversos materiais de orientação, e vídeos, inclusive com o apoio do próprio Cogemas também, que nos apoiou muito durante esse período. Essa foi uma primeira grande ação no início do ano, não é? E na sequência do ano, as ações envolvendo a questão da covid. Mas, para além disso, também temos várias outras atuações envolvendo, por exemplo, a questão do trabalho infantil, do PETI, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e também de

outras pautas, como a questão dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ou meio aberto. E outras temáticas que a gente, inclusive temos acordos de cooperação já assinados com outros órgãos, como eu citei ontem um acordo de cooperação interinstitucional que temos com o Ministério Público, e vários outros órgãos e empresas para promoção de ações de aprendizagem para adolescentes em situação de vulnerabilidade. E outro acordo também que assinamos no ano passado, que é um acordo interinstitucional, também sobre a escuta especializada e o depoimento especial. Lá no relatório completo, vocês vão ver a parte da especial lá, ela está entre as páginas 59 e 76 do relatório. Está bem discriminado todas as ações que realizamos, aqui trouxemos algumas dessas ações que foram realizadas durante esse período, mas lá vocês vão verificar todas as ações detalhadas, e as comissões, fóruns, comitês, grupos de trabalho que também participamos. Eu destaquei algumas das principais ações que fizemos dos cursos EAD e desse apoio técnico em relação ao PETI, mas tem ações envolvendo acolhimento institucional, PAEFI, e várias outras ações. Então, resumidamente, é isso. Obrigado. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Cris. Então, é isso, pessoal. Estamos à disposição para perguntas também, igual ontem nós tivemos um debate com os conselheiros que estavam na comissão conjunta, levantamos alguns pontos. Não sei se vai... Já vai passar para a súmula ou para a Secretaria Executiva, Patrícia? **PRESIDENTE:** Não tem nenhuma inscrição aqui no *chat*. Eu não sei se a Secretaria Executiva ontem chegou a fazer súmula, que a gente só conversou do parecer conjunto das comissões, que era favorável à aprovação, aí não sei se chegou a ser elaborada súmula porque como estão todas as comissões, aí acaba que passa para o... Geralmente a súmula passa para o coordenador da comissão afeta, não é? **ADELMIRA:** Patrícia, eu cheguei a fazer, anotei os comentários e coloquei o encaminhamento. **PRESIDENTE:** Entendi. Vocês acham que projeta a súmula então, Mira? Ou a gente só parte para os encaminhamentos mesmo? Porque as discussões acho que foram poucas e foram contempladas na apresentação de agora. **SÁVIO, CMAS BH:** Patrícia, eu estou me inscrevendo. **PRESIDENTE:** Ah, o Sávio. Eu já ia dar a voz aqui à Dalma. Bem que eu lembrei da Dalma. Eu estranhei. **SÁVIO, CMAS BH:** Isso foi agora mesmo, foi nesse momento. Pode ir lá? Bom, pessoal, bom dia a todos e a todas. Sobre o documento, eu gostaria de fazer só algumas observações: lembrar que precisamos ter parâmetros para analisar, para ver se está bom, se está pouco, se está muito, se está satisfatório, não está satisfatório. E aí eu me reporto ao plano decenal que tem lá as suas diretrizes. Nós já estamos no plano decenal de 2016 a 2026, e a gente, na data de hoje, é 21, ano 21, 2021, exatamente a metade, um pouquinho para além da metade. Então, eu acho que já estava na hora de começar a aparecer algumas coisas. Por exemplo, quando se fala em acolhimento institucional, nem que seja... Aqui predomina mais idosos e, pela fala do Cristiano, duas coisas: primeiro que são só em 24

municípios as Apaes. O estado tem 853 municípios, e aqui tem uma ação importante de acolhimento institucional, principalmente para a criança e adolescente, que é a existência de alguns projetos que desinstitucionaliza... Assim, ninguém vai nos entender, porque a desinstitucionalização é um princípio da política, não é? Tem as diretrizes e os princípios, é um princípio importante, mas é o acolhimento institucional, que é uma coisa que vem aí com o Suas, desde 2005, e ela institucionaliza, na verdade. Mas, ela institucionaliza para desinstitucionalizar no momento posterior. E percebemos, de uma forma geral – não é só no estado de Minas Gerais – que essa desinstitucionalização não vem à contento. Então, por exemplo, para criança e adolescente você tem Profeg, você tem família acolhedora, intensificando essa possibilidade da desinstitucionalização. E isso aí, na verdade, eu acho que é o que tem que aparecer cada vez mais. Agora, com relação ao Creas regional, a mesma coisa, acho que o Creas envolve 26 municípios. Acho que é muito pouco, 26 municípios só, então aí temos que voltar atrás um pouco e adotar o princípio da universalização e projetar para os próximos anos a criação de mais Creas. Não dá para satisfazer com quatro, em que pese eles estejam em regiões absolutamente necessárias. Acredito que tem um diagnóstico que diz isso, mas é pouco, são 26 municípios ao todo. São só quatro Creas, não é? Acho que do ponto de vista da oferta, precisamos trabalhar mais o equipamento também. E aí precisa começar a aparecer nos relatórios de gestão. Com relação ao trabalho infantil, eu achei interessante porque tem várias ações com relação ao trabalho, existe, no mínimo, uma preocupação no combate ao trabalho infantil. Esse apoio técnico do PETI, o Descubra. Então isso é importante demais. Esse olhar para a criança e adolescente. Se você pegar as metas do plano decenal, das 27 metas, nove é com relação a crianças e adolescentes. Isso aí eu acho que está bastante satisfatório. Bom, com relação ao aperfeiçoamento institucional, que é uma diretriz que mais casa com o plano de 2016/2026, na gestão do trabalho, acho que o concurso público, não é? Concurso público. Estamos percebendo aí... Incentivar a realização com ações que surtam mais efeito, porque nós mesmo estamos percebendo... Atualmente são 20 mil trabalhadores, não é isso? Em uma fala anterior, na base, 20 mil trabalhadores de Cras e capacitação para 5 mil, não é? Então, quer dizer, é uma necessidade de ver como é que está sendo a inserção dos trabalhadores no trabalho, se é através de contratação, ou concurso público. A ideia e a diretriz são para concurso público, não é? Não só beneficiando o trabalhador com a permanência ao serviço, mas fazendo, produzindo acúmulo de conhecimento necessário, inclusive para que possamos andar com mais firmeza nos momentos posteriores do desenvolvimento da política. Outra coisa é a questão da vigilância, precisamos, qualquer conselho – seja ele municipal ou estadual – precisa de uma avaliação e monitoramento dos serviços e dos benefícios da política, não é? E precisamos da avaliação dos serviços. Descubra, qual que é a avaliação? A vigilância tem

todo um esquema para fazer essa avaliação, em que pese a avaliação do usuário. Ela é imprescindível. A avaliação do Conselho é importante, mas eu acredito que seria muito mais importante a partir de uma avaliação da gestão advinda da vigilância. Isso aí também é uma coisa que está ficando esquecida, não canso de falar isso. Essa avaliação... Fazermos uma avaliação a partir da avaliação da própria gestão, isso facilita muito para o conselho, porque o Conselho Estadual fica sem como avaliar, não é? Porque não tem todos os dados, ele não tem o dizer do monitoramento dos serviços, então ele precisava disso para fazer uma avaliação real e importante para a política. É isso. Com relação ao aperfeiçoamento institucional, esse aspecto da gestão do trabalho e o aspecto da gestão da vigilância. É só, pessoal. **PRESIDENTE:** Sávio, obrigada. A Sedese gostaria de fazer alguma consideração ou podemos passar para... **MARIANA, SEDESE:** Eu queria fazer uma consideração rápida mesmo, questão do trabalho... É importante você pontuar a questão do concurso público, das equipes, mas sofremos a limitação que eu acho que hoje o Brasil inteiro sofre também. São as emendas constitucionais que impedem aumento de despesa em todas as áreas, assistência social está sendo diretamente impactada. O estado, com restrição também da lei de responsabilidade fiscal no percentual de pessoal, então é um cenário... Vou te falar assim, para nós dá medo, porque eu não sei onde vamos parar com essa restrição de pessoal, com essa dificuldade, e as equipes sendo cada vez mais reduzidas. Educação, segurança pública e saúde, estão sempre podendo ser atendidas ainda, mas, em compensação, a assistência social não entra nesse pacote. Essa é uma luta antiga que estamos vivendo com essa dificuldade. Eu imagino que nos municípios não deva estar diferente. Mas, enfim, é isso. Eu Cris eu pediria só para fazer um comentário, mas a questão da proteção especial também estamos discutindo agora com uma câmara técnica específica para cobertura disso, proteção especial para rever a questão dos Creas... (Áudio ruim) [00:01:27:34]. Mas é isso, era só pontuar e comentar mesmo. **CRISTIANO, SEDESE:** Está bem. Eu vou só comentar, Sávio, alguns dos pontos que você trouxe em relação à especial. O primeiro ponto é só para esclarecer: quando eu trago a informação a respeito dos 24 municípios com residências inclusivas cofinanciadas e programa Casa-Lar financiados pelo estado, isso daí é o seguinte, esse financiamento é via termo de colaboração, são 29 parcerias que temos – que o estado tem – elas foram firmadas, a partir de 95, com a desativação das Febems. Na época jovens e adolescentes com deficiência, que estavam sem referência familiar nas Febems, o estado precisou assumir a tutela dessas pessoas, e aí inicialmente foram feitas essas parcerias com as Apaes, que foi a entidade que se apresentou para fazer a parceria com o estado à época – lá nos anos 90 – foi criado então esse programa, que é chamado de Programa Casa-Lar, mas que oferta um serviço de acolhimento para pessoas com deficiências, egressas lá da extinta Febem. Então são parcerias que mantemos desde os anos 90, são parcerias muito

antigas que o estado tem. Ao longo do tempo, temos então tem cerca de 300, um pouco mais de 300 pessoas acolhidas nessas 44 unidades de acolhimento, dessas parcerias, e elas foram firmadas com esse objetivo específico lá da época, da desativação da Febem. Então é uma oferta indireta executada pelo estado por meio de parceria. A maior parte delas por meio das Apaes, com esse objetivo específico lá dos anos 90, que era acolher essas pessoas adultas e adolescentes com deficiência na época. Hoje já são idosas, adultos e idosos com deficiência, mas egressos lá da extinta Febem. Sobre essas parcerias é isso, quando eu falei dos 24 municípios é porque essas 44 unidades dessas parcerias que temos estão localizadas em diferentes municípios do estado, são 24 municípios aí que tem – inclusive, Belo Horizonte têm sete unidades – mas para essas parcerias especificamente. Em relação ao que você trás da desinstitucionalização, esse é um debate realmente muito importante. Temos nos esforçado muito nos últimos anos para capacitar inclusive os atores do sistema de justiça, porque a entrada no serviço de acolhimento para criança e adolescente, principalmente se dá via determinação judicial. Sabemos dessa discussão, já de muitos anos, dessa relação entre o Suas e o sistema de justiça. As determinações judiciais são feitas sem o devido amparo técnico das equipes que acompanham com as famílias. Então entendemos que há, muitas vezes, essa falta de diálogo entre o Suas e o sistema de justiça, o que acarreta muitas vezes essas situações de acolhimento, que devem ser – claro, todo mundo já sabe disso – o acolhimento institucional. Ele tem que ser o último caso, tem que ser feito somente quando todas as demais alternativas forem esgotadas. Inclusive, outras alternativas estão previstas no próprio Suas, que é o acolhimento em família acolhedora, que é um serviço de acolhimento, mas é um acolhimento familiar, bem diferente do acolhimento institucional, ou também esse apoio da família extensa. Inclusive, tem um debate já de muitos anos também que tem avançado muito lentamente, que é o da guarda subsidiada, que é outra alternativa ao acolhimento institucional. No caso nosso, da Sedese, da Subas, no caso da especial temos feito várias capacitações, inclusive com centros de apoio operacional, com as coordenadorias-regionais do Ministério Público, para criança e adolescente, para idosos, para capacitar inclusive os técnicos do sistema de justiça sobre essa questão. Não só do acolhimento, mas também da desinstitucionalização, não é? Realmente a rede de acolhimento no estado, a maior parte dela é para acolhimento de idosos, de crianças e adolescentes; a maior parte dos acolhimentos que temos são para esses dois públicos, mas mesmo assim sabemos que muitos municípios, principalmente pequenos, não têm uma rede e precisam acessar outros municípios para fazer acolhimento. Então, temos também feito uma ação muito importante, que é de fomento a consórcios públicos – vamos discutir isso na câmara técnica que a Mariana está dizendo. Estamos levantando essa discussão junto ao governo federal inclusive, para se pensar também cofinanciamento para

consórcios públicos, que são essas ofertas intermunicipais. Então essa é uma discussão que estamos fazendo. E sobre Creas regional, o que acontece? A gente tem 26 municípios atualmente abrangidos por quatro Creas regionais. Como a Mariana falou, criamos uma câmara técnica na CIB, com a participação da CIB do estado, e de outros atores para discutir a cobertura de proteção social especial no estado. Como eu tenho falado, essa cobertura impacta principalmente nos municípios de pequeno porte 1, que são a maioria no estado. Nós temos 675 com menos de 20 mil habitantes, só 55 deles têm Creas municipais e 26 são abrangidos por Creas regionais. Então temos aí uns 500 municípios no estado que não têm Creas municipal, mas precisamos primeiro entender qual é a demanda que justifica uma oferta regional, porque é isso que está na LOAS, não é? O artigo lá que fala da competência do estado diz que a oferta regional deve se dar quando a demanda justificar uma oferta regional. Porque temos, desses 675 municípios, quase a metade deles tem menos de 10 mil habitantes. Temos centenas de municípios no estado que tem menos de 5 mil, menos de 7 mil, 8 mil. São municípios muito pequenos, que aparecem casos de violação de direitos, mas às vezes é um caso, dois casos, três casos, cinco casos no ano, então isso justifica uma oferta regional ou seria necessária outra estratégia? Ou de cofinanciamento de referência técnica, precisamos regular; ou de consórcio público, que é uma outra discussão que precisamos fazer também. Então na câmara técnica, a gente quer apresentar outras estratégias também, não é? A regionalização, lembrando, ela não é a única estratégia de ampliação da cobertura de proteção social especial. Desde o início é isso. Ela não pode ser a única alternativa, é preciso discutir outras alternativas também de cofinanciamento e de cobertura. Porque, para dar conta de 500 municípios sem Creas, se fossem Creas regionais, precisaríamos aí de uns 200 Creas regionais, e isso não vai acontecer. Isso é impossível de conseguir ampliar via Creas regional. Então, resumidamente, é isso. **SÁVIO, CMAS BH:** Quero agradecer ao Cristiano pelas pontuações muito importantes. Eu acho que o mais importante de tudo, quando chega um documento desse, é realmente conversar sobre, não é? Isso esclarece, não só apresentar. Então gostei, estou gostando da conversa. Agora, com relação a concurso, Mariana, eu acho que temos é que forçar, sabe? Porque se você perguntar para cada gestor, é muito difícil o gestor falar assim: “Eu vou fazer concurso”, a não ser para a educação e para a saúde, não é? Para assistência eu acho que é muito difícil. Belo Horizonte, por exemplo, a sorte nossa foi que no momento do Conselho de Belo Horizonte, havia um representante do Ministério Público e nós o convocamos não para suscitar a questão do concurso público. Achamos importante porque estávamos em uma época valorizado o controle externo com representações da Câmara no conselho, com representações de Defensoria Pública, e nessa oportunidade tinha o Ministério Público, eles eram considerados pessoas que eram convidadas para todas as reuniões do Conselho. E, em uma dessas, esse representante do



Ministério Público, eu lembro de ele me falar o seguinte... Na época, eu era Secretário Executivo do conselho, ele sentava perto de mim para ter noção da pauta, ele não tinha muito tempo para previamente saber de tudo, então ele me usava muito como repasse de informações, aí eu lembro que uma época ele comentou assim comigo: “Olha, eu acho até que a política em Belo Horizonte está até bem, a única coisa que eu não entendo e que eu não concebo é essa cidade ainda ter 800 profissionais e só 145 concursados. Isso aí não dá para entender, não dá para encaixar”. E foi através de um TAC do Ministério Público obrigando a Política de Assistência Social a exatamente abrir 800 vagas. Então acho que é muito isso. E o conselho sabe que não vai funcionar, como você mesmo já disse: não vai funcionar. Não vai funcionar mesmo se não começar a fazer, porque às vezes a pessoa fala assim: “É para garantir o trabalhador”, também, mas é para garantir o repasse do acúmulo da política. As pessoas que acumulam 10 anos não podem ir embora não, os problemas vão ser resolvidos com a capacidade dessas pessoas que acumularam. É por isso. Então é qualificar a Política de Assistência Social, questão do concurso público. Temos que fazer isso de qualquer forma, pressionando ou tentando convencer, ou contar com os agentes externos, Assembleia, Ministério Público, etc. Agora, uma coisa que o Cristiano falou, que é importante, é por isso que temos que ter a mesa do diálogo, viu, Cristiano? Você trazer o sistema de justiça para dentro da gestão para discutir essas questões. Facilita, que você nem imagina. Belo Horizonte já tem, funciona mais ou menos há um ano e meio, dois anos. Resolveu quase todos os problemas com relação à questão da justiça. E, também, esqueci de falar... O Núcleo de Educação Permanente, é interessante que ele funcione também, não é, pessoal? É trazer a universidade para dentro da gestão. Então, se não me engano, até a última notícia que eu tive, ele não estava funcionando. Essa mesa de gestão trabalho, núcleo de educação permanente, ter o Plano de Educação Permanente e a Mesa do Diálogo são imprescindíveis para esses últimos cinco anos, até inteirar 2026 para o plano decenal com esses avanços. Obrigado. **LÍVIA:** Só para complementar, Sávio, eu fiz apresentação. Não sei se você já estava presente na reunião, mas a gente colocou como pontos positivos da diretoria de educação Permanente justamente a questão do funcionamento do Núcleo de Educação, Núcleo Estadual de Educação Permanente. Retomamos. Nós fizemos a reformulação, retomamos as reuniões e estamos em pleno vapor. **SÁVIO, CMAS BH:** Ótimo, ótimo. **LÍVIA:** E, inclusive, com a revisão do Plano Estadual de Educação Permanente, que é previsto para ser realizada anualmente. Está bem? **SÁVIO, CMAS BH:** Ok, Lívia. Obrigada. **LÍVIA:** Por nada. **PRESIDENTE:** Isso mesmo. Acho que retomou em 2020, não é? **LÍVIA:** Isso, retomou em 2020 e ele foi, inclusive, corresponsável pela divulgação, pela publicação do PEEP. Continuamos, fizemos a mudança. A alteração na composição por causa de algumas pessoas que realmente, por algumas questões, não poderiam continuar contribuindo, e

retomamos esse ano com uma nova composição, mas com as reuniões acontecendo conforme o previsto. **PRESIDENTE:** Uhum, isso mesmo. Com relação ao que o Sávio traz, concurso público, eu estou lembrando que tivemos uma discussão – não sei se em 2019, 2020 – que começou na comissão de política, e acho que tivemos até um encaminhamento sobre isso, um ofício recomendando, alguma coisa... Mas, a gente ainda é (trecho incompreensível) [01:40:44] nessa discussão do recurso público, acho que temos que trazer isso para a pauta, sim, porque sabemos que o estado está com o RH extremamente defasado, não é, gente? Se for pensar aí, a Diretoria da Vigilância Socioassistencial, por exemplo, faz milagres, não é? A equipe da Rose, é impressionante, como é um quantitativo reduzido de profissionais mesmo. Temos que trazer isso para a pauta sim, tentar discutir isso na comissão de política ou então em alguma comissão mais afeta, mas tentar trazer isso para a nossa discussão. A dona Anédia queria falar, dona Anédia? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim. Eu já falei uma vez, já me manifestei uma vez e continuo vendo que... Vou voltar à criança e ao adolescente, eu vejo que quando é com esses casos, é mais rápido, quando é com os trabalhadores, demora mais. Eu sugeri que as crianças de 6 a 12 anos não têm proteção nenhuma, e é nessa idade que eles estão correndo risco. Ainda não foi criado nada para essa idade e só tem projeto depois que eles se perdem. E eu já trouxe isso, precisamos de um projeto antes de eles se perderem, antes de eles estarem em risco, porque é nessa idade que eles se perdem, porque até 5 anos, 6 anos, eles estão na EMEI, nas creches, não é? E isso pode ser aqui em Belo Horizonte, nos municípios, em qualquer lugar. Depois eles vão para a escola, e nesse período as mães continuam trabalhando, as crianças passam a não ter mais horário para nada, passam a ser desocupados, e aí é que vem o perigo da perdição deles. E eu continuo vendo que nada está sendo feito, pensado, para essa faixa etária. Eu acho que está na hora de começar a pensar antes de eles se perderem, antes de eles... Porque fala assim “criança e adolescente”, mas se vê mais a criança quando o pai está batendo, a mãe batendo, sendo maltratada, essas coisas, só. Mas nós temos que ver isso aí antes de as crianças entrarem, porque até 12 anos eles já estão com a formação, já sabem o que estão fazendo. Antigamente era com nove, não é? Agora que (trecho incompreensível) [01:43:23] com 12, dizem que adiantou muito, mas para mim houve um retrocesso muito grande, porque eles continuam soltos e se perdendo. Aí quando eles se perdem, quando eles entram para o tráfico, quando eles entram para a desocupação, para roubo, para tudo, vendo propaganda na televisão, querendo as coisas que os pais não podem dar, eu acho que tinha que se criar alguma coisa, se pensar alguma coisa para as crianças nessa faixa etária. Uma ocupação para eles, uma casa que eles saíssem da escola, fossem direto para fazer o trabalho, aprender alguma coisa. Eu não sei, assim, como vocês poderiam pensar nisso, não é? Ajudar nisso aí. Eu acho que está na hora de nós pensarmos nessa faixa etária. Não sei se vocês concordam comigo,

mas eu me preocupo muito com isso. Obrigado. **SÁVIO, CMAS BH:** Você tem toda razão, Anédia. Tem toda razão, é isso mesmo. Se tem uma faixa que merece uma preocupação especial, aliás, é de todas as políticas, não é, Anédia? Não é só da Assistência. A educação, horário integral, etc, etc, etc. Teve governo que tentou resolver essa questão que você está falando aí, simplesmente na área da educação, foi na época do Brizola, no Rio de Janeiro... **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É, mas, Sávio... **SÁVIO, CMAS BH:** E o pessoal da educação, você acha que ele teve unanimidade? Não. O pessoal da própria Educação, ele teve problemas lá com a própria Educação vigente, não é? Quer dizer, e tentou ver isso na área da Educação. Só para você ver como esse problema é tão sério e requer uma intersetorialidade, tanto por parte da educação, quanto por parte da assistência e todas as áreas. Não tem coisa que precisa... É por isso que as políticas se qualificam e avançam à medida do grau de intersetorialidade que ela tem. Em Belo Horizonte, por exemplo, fizemos acolhimento institucional para mulheres em situação de rua, que é simplesmente, por enquanto, 5%. Quem banca é a Secretaria de Segurança Pública. Quem ia imaginar que a Secretaria de Segurança Pública fosse bancar um serviço desse? E ela que banca. Quer dizer, Belo Horizonte tem ampliado os parceiros aí, a intersetorialidade, com a Secretaria de Emprego e Renda, com a Urbel, Secretaria de Educação, e tem que ser assim até chegar na Secretaria Econômica, inclusive. Na Secretaria Econômica que trabalha com assuntos de recurso para satisfazer e intermediar o repasse e a inversão de prioridades, não é? Tem que dialogar, Anédia. Agora, não é uma política só que dá conta disso, não. A Assistência jamais vai pretender sozinha fazer com que as pessoas alcancem a cidadania. Não tem jeito. Nós estamos em uma área que é importante, mas essa intersetorialidade com outros setores é super essencial, inclusive. Inclusive trabalhar na compatibilidade da democracia participativa, que é essa nossa, de conselho, com a democracia representativa. Não adiantam governos que não têm esse olhar importante para política pública, não reconheça que política pública é uma forma eficiente de tratar problema social. Se não tiver essa ideia, esquece. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sávio, aqui começou aquele projeto Escola Integrada, não é? Mas a criança não gosta de ficar lá dentro da mesma escola. Eu fui oficinaira de Escola Aberta, então eu falo isso de cadeira, eles não gostam, eles querem sair da escola, ir para outro espaço. Entende? Porque fica dentro, e aí eles saem, e a escola não quer saber por que eles saíram, por que eles não estão participando. Sabe? Isso tem que ser visto mais de perto. **SÁVIO, CMAS BH:** É. Tem que ser atrativo, não é? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Isso, isso. **SÁVIO, CMAS BH:** Tem que ter estratégia, metodologia, vontade e escuta. Uma escuta, você tem que saber o que o usuário quer porque não adianta, se você achar que sabe fazer o que é bom para ele, você está equivocado. Tem que ter uma escuta para grupos de usuários, a escuta é que é o principal. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É o que eu falo, fazem as coisas sem consultar. Faz e joga,

pronto. “Ou vocês aceitam isso ou nada”. E é como você falou, tem que ter a escuta, tem que ter procura, certo? Então, gente, vamos trabalhar nisso aí. Me ajudem nisso aí, porque eu tenho muita preocupação com isso, gente. Eu me preocupo demais com criança.

**PRESIDENTE:** Está certo, dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** O lazer, viu? Principalmente criança gosta de lazer, futebol. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu também.

**PRESIDENTE:** Teoria de convivência é importantíssimo. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu também adoro lazer, viu, Anédia? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Nós somos crianças, não é, Sávio? Eu também.

**PRESIDENTE:** Gente, seguindo a ordem de inscrição então, eu passo para a dona Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Então, gente, bom dia a todos. Eu estava aqui acompanhando esse debate acirrado aí da dona Anédia, do Sávio, e parabéns. Isso que é bom, não é? Conselho é isso, não é? Nós temos que falar isso. Parabenizar, dar um bom dia a todos. Eu tive um pouquinho de dificuldade, mas já voltei. Já estou acompanhando há mais tempo, mas pedi a fala para a Patrícia porque ontem também eu participei muito aguerrida do relatório, dei umas falas, e hoje vendo aí as falas dos conselheiros, me deu vontade também de me posicionar. Primeiramente, eu acho que parabenizar a equipe da Sedese por esse trabalho, apesar de tão pequena a gente ainda tem um relatório de gestão com várias atividades sendo executadas, principalmente na formação permanente, que sabemos os cursos EAD que estão sendo executados. Minha equipe aqui tem participado de alguns, no ano passado. Nós tivemos apoio técnico da equipe também, não é? Eu quero agradecer muito o Cristiano, a equipe da Subas, que nos deu aqui um dia de capacitação. Queremos mais, não é? Nós estamos querendo mais. Mas, eu queria registrar, como já foi falado aí, na questão do Piso Mineiro. Nós temos o avanço muito bom, a execução de 89% do Piso Mineiro Fixo. Eu acho que foi uma conquista enorme para estar garantindo o recurso do FEM para que o Piso Mineiro não ficasse desfalcado como ficou, e essa conquista inédita que nós conseguimos com a conferência passada – então conferência dá resultado, sim – e nós tivemos a inclusão do FEAS dentro do Fundo de Erradicação da Miséria. Queria dizer que, apesar da execução de 89% do Piso Mineiro Fixo, nós... Questionei, falei isso também, do Piso Mineiro variável, que é essa situação que dona Anédia levantou. Muitos desses recursos do Piso Mineiro variável iam também para as instituições da série histórica, que executava também acolhimento com instituição e que muitos desses... É, que financiava a proteção especial. Então, eu quero trazer aqui um debate não só do Piso Mineiro variável, mas o que se está se colocando no piso variável, que seria o piso, poderia haver aí a proteção especial, principalmente os municípios de porte 1. Que nós temos, como o próprio Cristiano apontou, é um gargalo enorme no estado. E seria justamente aí que o estado teria que pensar uma estratégia de cumprir, porque o outro porte pode implantar a proteção social de média complexidade, como a de alta complexidade, mas o porte 1 não tem essa opção. Nós não somos obrigados e nem

temos condições de ter uma pactuação com o governo federal para implantar um Creas nos municípios de Porte 1. Eu acredito que a proteção especial, como o próprio Cristiano colocou, criou esse grupo, esse GT, que nós estamos participando, o Cogemas está participando desse GT, ainda não tivemos a reunião, mas está agendada a primeira reunião desse GT. E eu acho que nosso conselho, a conferência, teria que apontar alguma coisa que cobrisse a questão da proteção social especial. Não sei se é o desenho do piso variável, como vai ser, mas eu acho que esse conselho merece abrir um debate, ou traçar uma pauta da proteção especial dentro dos municípios, principalmente os municípios de porte 1. Que aí eu endosso ontem que a execução dos Creas regionais e os técnicos de referência da proteção nesses Creas, são 23 municípios, nós vamos estar longe de chegar ainda em uma cobertura de proteção especial, principalmente para os municípios de porte 1 que estão aí, ainda mais nesse momento de pandemia e com dificuldade, porque aí vem a fome. Aí todos nós estamos preocupados de conseguir cestas, comida, para os nossos usuários, e realmente tem o lado das violências, das situações que vão agravando cada dia mais. É muito triste ver o posicionamento do governo federal, que acha que o que o povo tinha que fazer é a classe média deixar sobrar no prato para dar os restos para os pobres. Isso é muito triste, não é? Nós não estamos pensando assim, não. Política pública é dignidade, é direito. Não é receber resto da classe média, não. Então acho que o estado tem condições. O problema nosso, ontem eu estava escutando um economista, ele falou: “O problema do Brasil não é dinheiro”, o problema do estado de Minas Gerais não é dinheiro, é realmente direção política. O que nós queremos realmente? Trazer dignidade para as pessoas ou trazer restos? Eu queria dizer isso. É um momento muito triste que nós estamos vivendo no país, principalmente na ponta. O povo está pedindo comida, pedindo água e pedindo comida. A dona Anédia falou ontem muito bem, na hora da capacitação: a fome chegou de vez, e chegou forte. Temos que preocupar com essa situação e tentar, nesse conselho, achar uma estratégia de como vamos fazer. Tudo bem, vai vir um auxílio emergencial de R\$ 600,00? Mas vai vir um mês. Qual vai ser a nossa atividade depois desse mês? Como é que vai ficar? Eu acho que precisamos sim abrir um debate. Está muito difícil nos municípios a questão da proteção especial e a questão da fome. Então queria trazer isso, acho que nós temos que posicionar. Hoje na pauta, a tarde, tem também a questão da vacinação. Acho que temos que chegar em um acordo, entendeu? O mais rápido possível. Eu queria expor, a respeito do relatório era isso, sabe? Muito obrigada, Patrícia. **PRESIDENTE:** MUITÍSSIMO obrigada, dona Ivone, pela sua belíssima fala. Assino embaixo de tudo isso que a senhora trouxe. Nossa luta é essa, vacina no braço e comida no prato. A senhora falou do auxílio emergencial e, assim, na plenária passada foi falado que não tinha ainda, que não tinha sido publicado, e à noite a gente viu a notícia de que seria publicado no sábado, no dia seguinte. Infelizmente mais uma vez o auxílio

emergencial não passou por este conselho, é uma transferência de renda, deveria passar pelo Conselho Estadual, mas, infelizmente, mais uma vez o governo do estado segue os passos do governo federal, que em relação ao auxílio emergencial ignorou as competências do Conselho Nacional, então infelizmente temos que registrar isso. Que o governo do estado de Minas Gerais também ignora o controle social, as competências previstas em lei, para o Conselho Estadual de Assistência Social, e nós estamos muito passivos diante disso, infelizmente. E temos que rediscutir uma parcela só. O valor foi um avanço, graças à Assembleia Legislativa, mas temos que rediscutir, e temos discutido muito sobre isso desde 2020, e discutindo muito a questão do Fundo de Erradicação da Miséria. Ontem, na reunião das comissões, eu até lembrei de um encaminhamento recente que nós tivemos, que enviamos para a Seplag. E, quando você fala que tem que ter um direcionamento político, eu penso muito nesse recurso do FEM que é um recurso mais voluptuoso e que o objetivo previsto em lei é muito relacionado aos objetivos da Assistência Social, mas infelizmente o percentual destinado ao Suas é muito pequeno. Então a lei, inclusive prevê que seja criado um grupo coordenador, até para decidir o plano de aplicação desse recurso, e o que temos conhecimento é que esse grupo coordenador não foi criado. Então mandamos um ofício para a Seplag, que é um dos responsáveis pela gestão do Fundo de Erradicação da Miséria, e ainda não obtivemos retorno. Ontem eu até coloquei isso para a Secretaria Executiva ver, não sei, acompanhar como é que está, e até para cobrarmos também. Vou até pedir para a Secretaria Executiva já colocar isso na pauta da próxima reunião da Mesa Diretora para, no mês que vem, discutir isso de forma mais incisiva, e de antemão já cobrar também um retorno desses ofícios que a gente enviou. Não me recordo se foi em abril ou maio, enfim. A gente tem a inscrição do Cristiano e do Elder, e na sequência fazemos apresentação da súmula da reunião das comissões. Cristiano, por favor. **CRISTIANO, SEDESE:** Na verdade, eu ia fazer um comentário sobre a fala da dona Anédia, mas aí vou pegar um gancho na fala da Ivone. Ivone, sobre os pontos que você traz, um canal aberto para discutir a proteção especial – só lembrando que esse canal já foi aberto – criamos uma câmara técnica com base nessas demandas que sabemos que existem relação à proteção especial no estado, principalmente em relação aos municípios de pequeno porte. Entendendo a necessidade de fazer uma discussão conjunta com os municípios e com os outros atores que se relacionam com a temática, foi criada uma câmara técnica no âmbito da CIB, a reunião está agendada, a primeira reunião está agendada para o dia 22. Já temos uma proposta de vários assuntos que queremos tratar na câmara técnica, principalmente em relação a essa cobertura da proteção especial em municípios de pequeno porte 1, que talvez seja a principal demanda, diante do número de municípios que temos no estado e diante da necessidade de avaliar as estratégias atuais e também pensar estratégias conjuntas com todos os atores sobre essa cobertura.

Era só reforçar isso, inclusive essa discussão sobre piso variável, fizemos, inclusive ontem, falando a respeito de como que estamos, a partir do ano passado estamos trabalhando em relação à proteção especial dentro da ação, que é da média complexidade e da ação, que é da alta complexidade. Era só para reforçar isso, que esse canal foi aberto e que vamos discutir isso na câmara técnica. Eu acho que vai ser bastante proveitosa essa discussão que faremos, a ideia é realmente fazer conjuntamente, como tem sido nos últimos anos essa estratégia do governo do estado de trazer para as câmaras técnicas essas discussões que são mais amplas e precisam da participação de todos. Reforçando o papel da participação e do controle. Eu ia fazer um comentário só sobre aquela fala da dona Anédia, e reforçando o que o Sávio falou, que é importante também que as outras políticas estejam envolvidas nessa discussão, principalmente a Política de Educação. Quando tratamos de criança e adolescente, não é? E já sabemos o impacto que está tendo esses quase dois anos que vai dar sem aulas nas escolas públicas, o impacto que isso está trazendo, inclusive para convivência de crianças e adolescentes e de todos os aspectos envolvendo aí a prevenção a situações de violação, ou de criminalidade, entre outras situações. Era só reforçar isso, que eu acho que é muito bem-vinda a fala da dona Anédia quando ela nos provoca isso. Era só para trazer essa contribuição. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Cristiano. Elder, por favor. **ELDER, SEDESE:** Gente, só um ponto que eu acho que é muito importante deixar claro sobre o benefício financeiro Força Família. Quando se fala que o governo do estado não passou no conselho esse benefício, não foi assim que aconteceu. O benefício foi criado pela Assembleia Legislativa, ele não foi criado pela Sedese. Nós também recebemos o benefício já criado. O valor já está definido em lei, o prazo de pagamento já está definido em lei, o público que vai ser atendido está definido em lei, e nós como uma secretaria, se tem uma lei que já foi aprovada na Assembleia e sancionada pelo governador, nós temos que executá-la. Então não houve, em nenhum momento, uma situação que a gente optou por não passar pelo Conselho. Nós mesmos fomos surpreendidos com essa lei, mas que bom que vai ter esse benefício financeiro, a gente fica feliz que tenha. Mas, em nenhum momento, isso foi tirado do CEAS. E se já está na lei previsto que vai ser R\$ 600,00, que vai ser parcela única, que vai ser pago até 1º de agosto, não temos o que fazer. Não temos como discutir. O Poder Legislativo tomou uma decisão, cabe ao Poder Executivo executá-la. Essa decisão foi feita pela Assembleia, inclusive a lei que cria o benefício financeiro nem é uma que cria só o benefício financeiro, é uma lei de recuperação fiscal que trata de várias questões, e no artigo 27 traz um benefício financeiro. Então não houve, em nenhum momento, intenção de não passar pelo conselho. Inclusive a lei tem pontos que até dificultam a nossa execução, lá está previsto que tem que ser pago até o dia 1º de agosto... Eu não sou irmão do Lucas, eu vi que alguém perguntou aqui, eu não tenho irmão. Mas, vai ser pago até 1º de agosto, isso para

nós é até mais difícil porque temos um prazo muito curto para (áudio ruim) [02:04:53]. Então, que fique bem claro, não houve intenção, nem manobra da Sedese para que esse benefício não passasse aqui, inclusive a gente até gostaria que passasse, porque da outra vez o Renda Minas foi melhorado graças a contribuição de vocês, então que fique bem claro isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, Elder. A gente sabe que não houve uma manobra da Sedese, mas também sabemos as atribuições do controle social, não é? Enfim... **MARIANA, SEDESE:** Mas, Patrícia, eu gostaria que você esclarecesse o que o governo de Minas não passou pelo CEAS, que você acha que o controle social não foi acionado. Eu não entendi sua fala. **PRESIDENTE:** Está bem, na sequência. A Sílvia, e na sequência tem inscrição da Luanda. **LUANDA:** Bom dia, pessoal. Ontem também participamos da reunião das comissões conjuntas, fizemos uma boa discussão dos temas. Eu acho que agora, a partir da fala de dona Anédia, de Sávio, de Ivone, abrimos também a possibilidade de ir ampliando a nossa discussão para além do que foi discutido ontem. E, nesse sentido, eu queria também colocar algumas opiniões, algumas contribuições para o nosso debate. Acho que a primeira delas é relativa a essa questão do quantitativo de trabalhadores. Ontem conversamos muito. Muito relacionado também a questão das capacitações, de atingir mais trabalhadores no estado, da limitação da equipe da Sedese, e nos foi apresentado inclusive alternativas, já que a gente constatou ali que havia um recurso que não foi utilizado e que vai ser utilizado para melhorar essa capacidade de capilarização da equipe, então aí temos alternativas mesmo com a equipe reduzida. Mas, enquanto representante de trabalhadores e trabalhadoras, eu enfatizo a necessidade e a importância de se dar boas condições de trabalho e, obviamente, realizar concursos públicos para recompor essas equipes que estão defasadas. Mariana citou a Emenda Constitucional 95, nosso grande empecilho. Nossas grandes discussões, que temos feito na última conferência e temos pautado também os nossos movimentos em defesa do Suas, acredito que nesse sentido também nós – enquanto conselho, na nossa atribuição política também – precisamos nos posicionar sempre em relação a isso. E em relação à questão do auxílio emergencial que foi trazido aqui pontuado, eu fico pensando que, assim como tivemos no ano passado um debate muito interessante sobre o Renda Minas, sobre o Bolsa Merenda, poderíamos ter tido esse momento aqui. Elder explicou que veio lá da Assembleia e as equipes do governo também receberam uma coisa mais formatada da própria Assembleia, mas eu penso que não tivemos nenhum momento no conselho, oficial, de se dar esse informe, que fosse. E, talvez, a oportunidade de discutirmos no sentido de nos posicionar também, porque assim, estamos entendendo nosso poder aqui, enquanto conselho deliberativo, mas também nós somos uma instância que é uma instância de posicionamento em relação à defesa do próprio Suas. Então construir conjuntamente posicionamentos é possível, mesmo que estejamos amarrados por uma legislação. Da



mesma forma, se a gente for pensar, aí eu acho que é importante demais conversarmos sobre isso porque nós estamos em um contexto, como Patrícia falou, que é um contexto em que, de fato, no nível nacional e em alguns outros estados, o controle social tem sido deixado de lado, tem sido desconsiderado, tem sido desmontado, não é? Nós, aqui em Minas, precisamos sempre mostrar essa força do conselho mesmo que nos posicionando, mesmo que amarrados pela lei que já vem com tudo redondinho, mas que isso passe pelo conselho para que a gente, de fato, mostre nossa existência, nossa força. Eu entendo, Elder, que quando fazemos essa crítica ao governo – Mariana também – não estamos falando diretamente de vocês que estão na execução, estão tentando dar o melhor de vocês, mas estamos falando de um projeto político mesmo. Nesse sentido, também eu quero deixar registrado que em muitos momentos percebemos que o posicionamento político do governo do estado está muito alinhado com o governo federal. Isso não diz respeito exatamente ao que vocês estão executando, ao compromisso de vocês com a Política de Assistência Social, mas a uma política, a uma política a nível estadual, que comunga ideologicamente, em muitas ocasiões, com o que está sendo feito a nível de governo federal e que a gente discorda publicamente. Acho que eu queria só colocar isso mesmo, que é importante. Nós estamos em um espaço de debate político, nós não podemos esquecer isso. Às vezes ficamos muito presos no conselho, muito amarrados a questões legalistas, a questões de cunho administrativo, e vamos perdendo esse lugar de debate nosso. Só queria ressaltar isso para contribuir também com o debate. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Patrícia, posso falar só um pouquinho? **PRESIDENTE:** Só um segundo, é que tem inscrição aqui. A Sílvia retirou a inscrição, eu vou responder Mariana, e na sequência, a Mariana está inscrita, aí depois eu passo para a senhora. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Obrigada. **PRESIDENTE:** A Luanda já disse muito do que eu iria dizer, e até mesmo o Elder quando ele coloca que o CEAS inclusive fez uma contribuição, no programa do ano de 2020, em que muitas famílias puderam ser beneficiadas a partir de uma intervenção que o CEAS fez. Enfim, como eu disse no início, eu até sugiro que isso venha como pauta para a Mesa Diretora, para a próxima plenária, para discutirmos a questão do auxílio emergencial. Essa questão de transformar o auxílio em benefício, enfim, avançar nessa política. A Mariana está inscrita. **MARIANA, SEDESE:** Eu quero fazer algumas respostas, porque de fato quando vocês falam que o governo de Minas não está passando pelo controle social, que fique bem claro que isso não é por parte da Sedese e nem da Subsecretaria de Assistência Social nesse conselho, e eu também, Luanda, não me sinto bem em você fazendo essa comparação da Política de Assistência Social do governo federal com o que nós, aqui no estado, estamos fazendo. O governo federal está reduzindo financiamento, nós estamos ampliando o financiamento, estamos lutando muito para colocar financiamento em dia para despesas, que municípios aí ficaram sem receber

recursos do estado por mais de três anos consecutivos. Essa gestão está fazendo um esforço para quitar compromisso, ampliar financiamento, criar programas e serviços. Então não concordo e quero deixar isso aqui bem registrado, porque acho que as coisas têm também que ser colocadas no seu devido lugar para não desqualificar o nosso trabalho aqui, sabe? Aí você me desculpa, mas eu não me senti bem com as suas críticas, porque eu sinceramente acho que temos feito um esforço muito grande e muito ao contrário do que o estado também está sofrendo com o desfinanciamento da Política de Assistência, com o enfraquecimento, com a falta de funcionamento de um ministério, enfim. Eu acho que tem, sim, muita coisa a ser questionada. Mas, nós, no nosso âmbito, estamos fazendo um esforço muito grande para dar conta de reverter um pouco do que cabe ao estado de Minas. Sabe? Não deixar que o estado também seja atingido dessa forma pelo governo federal. Eu acho que eu queria pontuar muito isso. Com relação a essa lei, não é uma política de governo, o governo foi surpreendido. O programa é um programa de recuperação fiscal de crédito tributário. Então nós também temos várias, como o Elder já disse, dificuldades e críticas para execução dessa lei. **PRESIDENTE:** Sim, Mariana. Só para deixar claro também que falamos em relação ao auxílio emergencial, que sabemos que está acima da Sedese. Sabemos dos esforços dessa equipe do governo, desde que assumiu, para honrar com o pagamento do Piso Mineiro. Já reconhecemos isso várias vezes nas reuniões do CEAS, parabenizamos também pela elaboração do Plano Estadual de Assistência Social, que fomos surpreendidos alguns anos ao descobrir que ele não existia, que o PEAS estava vencido há muito tempo; o plano estadual de educação permanente... Então sabemos, sim, dos esforços da Subas e que muita coisa está acima da Sedese, mas não podemos deixar de defender que o auxílio emergencial, outras coisas, deveriam passar pelo controle social até para contribuição, como o próprio Elder colocou que a gente já fez em outro momento. A próxima inscrição é da dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu queria, depois que a Mariana falou eu estou até sem graça de falar, mas eu queria falar com o Elder. Elder, eu entendi mal ou você falou que vai ser um salário de 600, bateu o martelo e nós não podemos fazer mais nada? Ou é isso ou não é nada, não é? Um mês vai dar passar o resto? Com o que já veio desde o princípio 150, 300, então nós já estamos devendo água, luz, telefone. Estamos devendo tudo, não é? Com essa cesta básica, que só vem o básico mesmo, que não vem nada além porque não perguntaram para nós o que nós precisávamos, o que nós queríamos, nem nada. O que eles acharam que um pobre, que um pequenino pode fazer. Então eu falo para vocês: como é que você vai dizer que nós não podemos fazer mais nada? Temos que procurar, sim, fazer. Eu acho que está faltando um pouco a gente se debruçar, procurar uma vírgula, porque quando a gente quer... Eu vejo que quando querem acham um traço, acham uma vírgula, acham uma palavrinha, acham um acento, que pode mudar tudo. Eu acho, Elder,

que nós devemos olhar isso mais de perto e não dizer “eles bateram o martelo lá e nós vamos nos calar aqui”. Eu sou contra isso, nós temos que provar que nós somos mais, que nós juntos somos mais do que eles que batem o martelo, está bem? Isso é uma coisa que eu quero... Eu não estou falando mal de ninguém, mas esse governo que está lá está querendo ver a gente morrer de fome mesmo, morrer de tudo, não é? Nós não temos ajuda de nada. A luz está aumentando, a água está aumentando, o gás aumentou, tudo aumentou, e aí vem dizer assim: “é uma única parcela, e calem a boca”. Não podemos fazer isso. Eu acho que nós estamos reunidos aqui é para isso, é para mostrar para eles que não é assim, que nós não queremos isso. Como é agora o desmonte que ele quer fazer com o CadÚnico, botar robô lá... Nós não queremos. Eu estou vendo todo mundo quieto. Gente, a mobilização disso tem que sair logo também, senão ele também vai bater o martelo e vamos chegar e dizer: “Ó, bateu o martelo, acabou”, nós não podemos deixar isso acontecer, Elder. Eu acho que nós temos, estamos reunidos, estamos fazendo reunião (trecho incompreensível) [02:18:53] eu, por exemplo, os conselheiros, nós não recebemos um real para estarmos aqui nos desgastando, perdendo nosso tempo aqui não. Eu estou aqui porque eu quero ver acontecer, eu quero ver você dizer “nós podemos sim, olhar, ver como é que nós vamos reverter isso aí”. Está errado, Elder. Passa para o nosso lado e pensa. Se põe no nosso lugar aqui de pequenino, de que está passando fome e necessidade, economizando gás, cozinhando com resto de caixote que cata na rua. Com luz que você quase não pode acender, se vive mais no escuro. Se põe no lugar aí e depois você diz que não pode mais falar nada, bateu o martelo. Bateu o martelo? A gente quebra o martelo, eu sou dessa. Está bem? Então é isso, Elder, que eu queria falar, e explicar para vocês que eu sou contra isso aí que não se pode fazer nada. Vamos procurar vírgula, vamos procurar um ponto, vamos procurar alguma coisa, que nós vamos achar uma brecha. Sempre acha quando quer. Desculpa, gente. Obrigada, mas é um desabafo de usuário. **PRESIDENTE:** Nos emocionamos sempre, não é, dona Anédia? A gente fica até sem palavras assim. Vou até ler o *chat*, porque eu fiquei emocionada aqui. Márcio colocou: “A dona Anédia é um exemplo de controle e participação social, cidadania plena, uma das falas mais lindas que já presenciei nesse conselho. Obrigado.” **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Obrigada. **PRESIDENTE:** Deixa eu passar a fala agora para a dona Ivone, que está inscrita. **IVONE, COGEMAS:** Realmente, a gente falar depois da dona Anédia é difícil, viu? Parabéns, dona Anédia, a senhora coloca as coisas do lado que a senhora está, do lado dos usuários. Parabéns, representa bem. Eu queria dizer que na fala da Luanda, eu em nenhum momento percebi que a Luanda estava falando da Secretaria de Assistência Social. Ela mencionou, nós estamos no governo de Minas, que em todo seu desenho segue a linha do governo federal, isso não tem como discutir. Agora, eu queria dizer também que nesse ponto da discussão do auxílio emergencial, eu não estava no CEAS em

2020, mas eu acompanhei. A discussão do auxílio emergencial veio para dentro do CEAS e foi debatido, mas esse de fato não veio para a plenária do CEAS. Eu acho que temos que ficar atentos sim. Na CIB houve uma apresentação, mas no CEAS não teve. Mesmo sendo de proposição do governo, da Assembleia, mas se tem aporte de recurso, eu acho que nós temos que colocar a mão na consciência que não veio para o controle social. Eu não percebi, só se eu estou errada também, mas não houve esse debate aqui no Conselho Estadual. Mais ou menos era isso que eu queria colocar. Concordo com a Patrícia, eu acho que nós temos que trazer esse debate do auxílio emergencial para o debate desse controle. Eu acho que temos que pensar nesse momento da pandemia, que ela não vai passar, ela vai durar e muito. Como a gente garante uma renda mínima, não só o auxílio emergencial, mas uma renda mínima para que os usuários tenham condição de pelo menos respirar? Não é chegar 600, passar um ano sem mais nada. Eu acho que tem que pensar sim, como dona Anédia falou muito bem. Os 600 vai chegar, não dá para pagar as dívidas que amontoou na casa do usuário até agora. Eu falo por experiência, que eu tenho uma usuária que está com 1900 reais de conta de luz, vivendo no escuro, e ela não tem condições de pagar. Ela vai comprar é comida, ela (áudio ruim) [02:23:27]. **PRESIDENTE:** Deu uma travada para nós. Dona Ivone, não sei se a senhora nos ouve, mas para a gente está travado. Como não destravou ainda, eu vou passar para o Sávio, que está inscrito. E, quando a dona Ivone voltar, passamos a fala para ela concluir. Sávio, por favor. **SÁVIO, CMAS BH:** É, são discussões muito importantes, não é, gente? Sem dúvida alguma. Eu acho que é importante que o governo do estado mantenha relação com a Política de Assistência Social, com seu conselho, porque interessa muito quem coordena o Cadastro Único no estado. E é a Política de Assistência Social que coordena o Cadastro Único do estado, então é mais do que necessário que se intensifique essa relação com a Política de Assistência Social. No mais, em que pese fazermos uma transformação na área de assistência social, de que realmente o benefício não significa auxílio. Benefício tem que ter uma constância, uma característica de ser constante, seja um Bolsa Família, um BPC, seja... Em Belo Horizonte tem o Avise, por exemplo, que é um benefício eventual e que é dado em duas ou três oportunidades sequenciais... **PRESIDENTE:** É, gente, o Sávio travou aqui também. Não sei se você está escutando a gente. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Vocês já pensaram se na conferência acontecer isso? Oh tristeza, vão pensando. **PRESIDENTE:** Deixa eu voltar para a dona Ivone então, Sávio. Tenta sair e entrar de novo, não sei se você está ouvindo a gente. Dona Ivone voltou, não voltou? Eu vi ela entrando aí. **SUZANNE, SEDESE:** Ela falou que está travando também. Parece que está funcionando seu vídeo, Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Agora sim. Estava tendo que sair, tornar a entrar, toda hora, porque senão não funciona, não é? Mas, eu finalizei, agradeço a oportunidade. Muito obrigada, viu? **PRESIDENTE:** Obrigada, dona Ivone. O Sávio saiu, vou passar aqui

para a próxima inscrição, que é do Elder. **ELDER, SEDESE:** Espero que eu não trave. Vamos lá, dona Anédia, só esclarecendo seus pontos. Quando eu estava falando, eu estava dizendo, na verdade, não que eu tenha concordado, que tenha sido assim. A gente recebeu a lei pronta, falando que é R\$ 600,00, que ia ser parcela única, o público e tal. Inclusive nós não concordamos com isso, entendemos que se a gente tivesse discutido e criado, teria sido feito um auxílio muito melhor. Teria sido feito um auxílio que poderia ser pago em mais parcelas, ou mais rápido, ou com um público maior. Existiam várias maneiras. Mas, como já chegou uma lei aprovada, infelizmente quando a lei está aprovada, não tem mais jeito. Mas, concordo com você plenamente, temos que discutir. Inclusive até o que a Patrícia já falou, pensar em criar um benefício, uma discussão para que seja criado um benefício posteriormente, que ele possa ser pago em mais parcelas para que, de fato, atenda essa população, mas também achei que não deveria ser assim. O que eu tinha esclarecido naquela hora é que o conselho CEAS foi pego de surpresa, nós do CEAS fomos pegos de surpresa, mas a Sedese também foi pega de surpresa. Basicamente, dona Anédia, eu estava aqui, um dia me mandaram: “Ó, agora vai ter um auxílio de R\$ 600,00”, eu falei: “Uai, como assim?” e não teve muito o que fazer. E concordo, uma parcela, é uma discussão que fazemos. Uma parcela de auxílio emergencial é um mês. E aí? E depois o que acontece? A pandemia está aí, o pessoal sendo vacinado super devagar, as coisas ainda estão fechadas. Então isso não resolve, de fato, o problema, mas foi criado pela Assembleia, nem foi pelo governo, foi pela Assembleia, e acabou sendo assim. Concordo que temos que discutir e que a nossa luta, o nosso esforço tem que ser de que isso não seja um mês apenas, que isso não seja um valor que não atenda as pessoas que realmente precisam. E gente, só um esclarecimento, a gente apresentou o Força Família – o benefício chama Força Família – na plenária do mês passado, então apresentamos no CEAS, foi apresentado, se não me engano, como informe. Acho que foi sim, Patrícia. Acho não, a gente apresentou sim, foi como informe. **PRESIDENTE:** Desculpe interromper. Os informes da Sedese foram enviados pelo grupo de *WhatsApp*, aí o que foi falado é que passou na CIB, que a Assembleia aprovou, que discutiu na CIB e que ainda não tinha sido aprovado, então a única coisa que falou aqui no CEAS foi isso. E aí acabou saindo a notícia sexta à noite que ia aprovar, e no sábado que foi publicado. Mas aí foi discutido na CIB, no CEAS não. **ELDER, SEDESE:** É, quando a gente apresentou a lei não tinha sido aprovada mesmo. Não tinha sido sancionada, já tinha sido aprovada na Assembleia.. **PRESIDENTE:** Isso. Obrigada. Suzanne, por favor. **SUZANNE, SEDESE:** Não, é bem rapidinho. Acho que o Elder já explicou um pouco dessa questão do auxílio emergencial, desse benefício, desse auxílio novo que foi criado pela Assembleia. Eu vou fazer uma fala bem rapidinha, como a Patrícia e a Mariana falaram. Eu vou ser conselheira em breve, porque a Joana vai sair de licença maternidade, e eu só queria falar uma coisa assim... Eu

sou servidora efetiva do governo de Minas, eu entrei por causa de um concurso público, então, a gente brinca que se vão os anéis e ficam os dedos. Então vai passar governo, vai passar propostas políticas diferentes, e estarei aqui no governo de Minas como servidora efetiva. E, como vou entrar no conselho na condição de conselheira, eu só queria fazer um desabafo como servidora pública mesmo, que, assim, toda vez que fala que é um projeto de governo: “Ah, a gente é governo”. Então não é uma questão de levar para o lado pessoal, mas estamos aqui, a nossa representação é do governo, não é? Acho que a Mariana falou bem, mas como servidora pública é isso que eu queria dizer, o governo federal está diminuindo o financiamento. A gente conseguiu garantir, finalmente, o Piso Mineiro. Teve um repasse emergencial por causa da pandemia. 2019 vocês lembram como é que foi a questão da conferência nacional, que o conselho nacional convocou, mas o governo federal não realizou a conferência. Isso nunca foi uma opção para nós, a nossa meta, o nosso objetivo sempre foi garantir a conferência, então o controle social na Política de Assistência Social está funcionando. Como eu vou entrar nessa condição de conselheira, eu só queria pedir isso, que não é uma questão de levar para o lado pessoal, mas a nossa representação é governo, então quando esse tipo de comentário é feito, atinge diretamente o nosso trabalho. É só para dizer isso. E outra coisa: decisões que são tomadas no âmbito do Ministério da Cidadania, vocês podem ter certeza de que têm impacto muito direto no nosso trabalho. Vou dar um exemplo prático da minha diretoria: quando a gente apresentou o relatório de gestão, falamos falou que os recursos emergenciais, a 369, a 378... Quem aí é gestor municipal, vocês sabem que as orientações do governo federal foram muito poucas, gerou muita dúvida, e isso inclusive dificultou a execução desses recursos mesmo. Então a gente assumiu uma... A gente praticamente assumiu uma competência que é do governo federal, a gente pegou e falou assim: “Não, vamos auxiliar os municípios nisso já que não vieram orientações”. Então é só dizer isso, que esses problemas todos que estão acontecendo no âmbito federal impactam muito a nossa vida, dificultam muito a nossa vida também. O nosso esforço é para contornar tudo isso mesmo, como a Mariana falou. Como vou entrar nessa condição de conselheira, eu só queria dizer isso, que não é uma questão de... Vocês falaram, não é? Já foi esclarecido que vocês não estão falando diretamente da Sedese, mas é isso, a nossa representação é governo, então esse tipo de fala acaba impactando a gente. Eu só queria fazer esse comentário aqui. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Suzanne. Eu já fui conselheira governamental, eu sei que é um lugar difícil. Eu queria esclarecer um pouco mais, que quando a gente compara... Infelizmente hoje comparar com o governo federal é uma crítica pesada, não é? Mas, na verdade, a ideia não foi essa não, sabemos que muita coisa está acima da Subas, da Sedese. Sabe? E quando trazemos essa comparação, é no sentido que o auxílio emergencial não passou pelo Conselho Federal, não passou pelo Conselho

Nacional, e o estadual não passou pelo Conselho Estadual. Ficamos por aqui nessa parte, fica assim. Em cima da fala do Elder, entendo que a lei já chegou aprovada, mas também que o governo não criou antes. A Assembleia criou porque o Executivo não criou. Então o caminho certo, no meu entendimento, era o Executivo criar, levar um projeto junto à CIB, junto ao CEAS, e levar para o Legislativo, então também ficou uma lacuna. E é um benefício, é um auxílio de um mês, não é, gente? Então temos que pautar isso aqui sim, no CEAS, para ver se tem a possibilidade de virem outros auxílios, alguma outra questão, algum benefício, alguma coisa pela frente. Ano passado tinha começado com o Bolsa Merenda, o CEAS fez uma intervenção muito grande, e aí acabou tendo um benefício... Não sei se é Força Minas o nome, esse que o Elder... Que são tantos programas com nomes interessantes, que eu acabo me perdendo do nome certinho, mas no início questionamos porque teve um auxílio que não passou pelo CEAS, eu acho que era o Bolsa Merenda, que era com recurso daquele recurso extraordinário do governo federal, que veio para a assistência para saúde, aí o CEAS questionou muito isso, e aí depois veio um projeto que de fato passou pelo CEAS, que eu não lembro qual que foi, mas foi um auxílio que aí tivemos aquela contribuição, não é, Elder? Que aí passou, mudou acho que a data da data base da atualização cadastral, porque tinham muitos Cras que estavam fechados, e que aí os usuários não cadastraram por conta disso e poderiam sofrer as consequências disso, da pandemia. Vocês acabaram alterando a data de acordo com a sugestão do CEAS, e aí muitas famílias foram beneficiadas, não é? Então é isso assim, eu acho que é importante construir junto, enfim. O Sávio falou aqui que caiu, mas já voltou, então vou passar para ele concluir. **SÁVIO, CMAS BH:** Ok, pessoal, teve um problema aqui. O problema até vou falar qual que é, a bateria do computador, do laptop acabou e eu esqueci de carregar antes. Pessoal, é o seguinte, acho que ninguém deve levar a coisa para o lado pessoal aqui não. Eu também já fui representante de trabalhador no conselho, atualmente sou representante governamental aqui e em Belo Horizonte também, e não temos essa, não. A gente trabalha em prol do desenvolvimento da política. O que tiver que fazer, vamos fazer. E o que tiver que ouvir, viu, Suzanne? Não entenda a coisa como crítica a ponto de você se ofender, não. Isso aí estamos conversando aqui e é conversa. Agora, estamos tratando de coisa muito importante, não é? E coisas assim, não é só assim, governo e sociedade civil. Eu também, quando a sociedade civil responde de forma incoerente ou então de forma conjunta, decide alguma coisa de forma conjunta, mas não muito inteligente, eu também crítico ambos os lados. Acho que isso é importante, o lugar onde estamos, mas para contribuir da experiência que o lugar nos oferece, não é? E oferecer aqui para nós. Acho que é muito isso. Eu acho o seguinte, esse aí é um assunto que nos interessa porque transformar auxílio em benefício, essa é uma luta que a gente... É um processo que estamos passando. Belo Horizonte também, a assistência social não distribui

cesta básica mais. Tem o conselho de segurança alimentar, é uma outra coisa, é uma perspectiva. Então nos interessa a relação com a Sedese, mas também deve interessar a relação da Sedese com o governo do estado, porque para a sociedade civil – viu, pessoal? – é a mesma coisa. Os representantes de governo aqui não são os representantes da Sedese, são representantes do governo, e isso realmente tem um peso, mas é assim. Então a sociedade civil muitas vezes não divide, não: “Não, mas nós da Sedese também concordamos”, não, Sedese representa o governo, por isso que a Sedese também precisa ter uma relação boa com o governo, uma influência boa com o governo. Então acho que isso aí, realmente, se a gente perdeu não sei se dá para recuperar, mas essa conversa nos interessa porque nós temos que transformar o auxílio em benefício. Isso aí é uma luta. Uma das coisas do plano decenal também é qualificar o Cadastro Único, isso percebemos através do Elder que ações têm sido feitas nesse sentido também. E outra coisa é cuidar da integralidade do serviço, não é? O CadÚnico sofreu um ataque muito forte do governo federal, vai em contrário ao que a gente pensa. Nós já tínhamos o problema da não compatibilidade entre... A gente percebia algo de errado entre serviço e benefício, por isso que nós intensificamos em todo Brasil, a questão de cadastrar quem recebe BPC. No Brasil inteiro foi feito isso. O aumento do Cadastro Único, nos últimos três anos, foi um absurdo de pessoas. Até foi mostrado aí na matéria de hoje. Isso em Belo Horizonte também, não vou falar que dobrou, mas é uma porcentagem significativa, e não foi à toa. Essa relação do serviço e benefício, do ponto de vista da cidadania, é muito importante. Então a gente teria que ter várias tarefas. Esse recurso todo aí... Agora, precisamos convencer o governante, não é? Governante também não sabe esse repúdio que temos com relação ao auxílio, não é? A gente tem um repúdio com relação a auxílio, assistência social não é feita da forma antiga. E, às vezes, passa despercebido para a gente. Às vezes, até pessoas da nossa família entende a Política de Assistência Social de forma equivocada, mas a gente também acha que todo mundo tem que entender do jeito que entendemos. Não é verdade também. A gente entende como política pública, mas não é todo mundo que entende. Não é qualquer governante que entende. Qualquer governante sabe o que ele tem que fazer na área da saúde em qualquer cidade, ele chama lá um médico da cidade, alguém que já trabalha com saúde, nesse aspecto ele não arrisca. Na área da educação também. Na área da assistência, ele arrisca, ele coloca a irmã dele para ser secretaria, coloca um parente, alguma coisa, porque ele sabe que com certeza não vai dar muito problema. Agora, na educação não faz isso, não é? Então precisamos de convencer os nossos governantes da importância da Política de Assistência Social, principalmente no combate à desigualdade social. É uma oportunidade trabalhar com esse auxílio, discuti-lo a ponto de o governante saber o que achamos... Igual ao órgão gestor saber o que a gente (trecho incompreensível) [02:41:01] a respeito, e do que a gente objetiva. A gente objetiva intensificar a relação de



serviços e benefícios, porque quem está no benefício tem que estar no serviço, e vice-versa. Isso aí, a política reza dessa forma. É mais ou menos isso que eu queria dizer, e acho que o recurso realmente não caiu no fundo, mas a distribuição passou por nossa responsabilidade também, então eu acredito que não seria... Esse passar pelo conselho seria abrir a discussão e intensificar a discussão, e não propriamente aprovar ou não. É lógico que a gente ia aprovar, como é que não? Um recurso desse valor ser distribuído para quem precisa. A aprovação já era mais do que imediata. É só. **PRESIDENTE:** Obrigada, Sávio. Bom, gente, não tem nenhuma inscrição agora, então vou pedir para o Daniel apresentar a súmula, retornando aí a pauta do relatório de gestão anual de 2020. A gente se estendeu um pouco nessa discussão do auxílio emergencial, que acabou surgindo, mas eu acho que foi uma discussão importante para pensarmos e trazermos para o CEAS nas próximas pautas. Vamos ler a súmula agora, vamos aguardar o Daniel exibir para nós. Você faz a leitura, Daniel? Por favor. Pequeninho, não estou enxergando mais não. **DANIEL - CEAS:** Ah. Faço sim, Patrícia, claro. Primeiro agradecer a Mira, por ter produzido o documento, e agora eu vou dar uma lida aqui. Eu vou ler resumidamente. Então as discussões de ontem, como a Patrícia mesmo falou, vamos falar aqui resumidamente. Teve apresentação da Subas, do relatório de gestão, e aqui teve hoje um resumo; a conselheira Ivone solicitou informações sobre as medidas socioeducativas, Creas regionais, e aí o Cristiano respondeu destacando que o relatório traz informações sobre a manutenção dos Creas regionais, e também falou de algumas outras questões, inclusive do programa Descubra. A Luanda destacou sobre o abate da execução financeira, a meta ter sido triplicada, mas deveria ter sido observado o número de trabalhadores no Suas, ampliando a execução financeira para atingir esses trabalhadores, não é? Falou sobre o reordenamento do Creas, entender por que ele ainda não está em funcionamento. A Mariana diz que houve um recurso extra, falou da dificuldade licitatória para execução de recurso da PSE, nos recursos extras; o Cristiano observou que os recursos dos Creas regionais, recursos humanos, despesas com veículo e com manutenção de equipamento teve a referência técnica número 31 do Cnas, que traz elegibilidade para serviços regionalizados. Aí aqui teve-se, que eu acho que foi a pauta da referência técnica, aí falou-se que há passivos e que já foi feita proposta para solucionar esses passivos. Mariana destacou também que os recursos federais para manutenção desse serviço são bem baixos, e a Luanda destacou que muitos municípios estão mantendo os serviços com recursos próprios. A Suzanne apresentou que é importante observar a revisão do PPAG – depois vou fazer a revisão do documento, está bem, pessoal? – que a capacitação leva em conta a capacidade, o pessoal da própria Subas. O EAD aumentou a capacidade operacional, e também falou-se que a previsão para o ano que vem terá duas estratégias, que (trecho incompreensível) [02:44:42]. Teve-se execução do recurso, foi apresentada a

proposta do plano de aplicação, Livia, para ofertas e treinamentos... A Livia apresentou ofertas e treinamentos e oferta do apoio técnico com as equipes e chegou ao número apresentado com muito esforço da equipe e com os recursos humanos, que a equipe da diretoria é reduzida. Há dois contratos, nove cursos com maior número de vagas, e a previsão de atingir um número considerável de trabalhadores do Suas. Aí teve o encaminhamento, que é a aprovação do relatório de gestão 2020. E é isso. Ixi, Cris, eu tinha, agora que eu vi a sua mensagem para aumentar um pouco. Vocês querem que eu demonstre? Mas eu vou fazer uma revisão junto com a equipe aqui, aí eu mando para todo mundo, pode ser? **PRESIDENTE:** Não, tranquilo. **DANIEL - CEAS:** Mas, em resumo, é isso. E agradecer a Mira, de novo, pela produção do documento. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. Obrigada, Adelmira. Foi feito também a minuta de resolução. Você exhibe, por favor, Daniel? **DANIEL - CEAS:** Exibo sim, só um minutinho. **PRESIDENTE:** É uma resolução básica, na verdade, tem mais é considerandos mesmo. Aumenta um pouquinho, Daniel, que aí eu faço uma leitura rápida aqui também. **DANIEL - CEAS:** Sim. Eu acho que eu vou fazer o seguinte, Patrícia, eu vou compartilhar minha tela toda, porque aí fica maior. **PRESIDENTE:** Põe 140, porque aí dá largura. 140 ou 160. Deu. A resolução aprova o Relatório de Gestão Estadual Anual do Sistema Único de Assistência Social, Suas de Minas Gerais, referente ao ano de 2020. No âmbito das suas atribuições, conferidas pela Lei 1262 – aí vou (áudio ruim) [02:47:17] os considerandos, está bem? Considerando a LOAS; considerando a PNAS; considerando a NOB-Suas; considerando a Resolução 679 do CEAS, que dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Assistência Social; a Resolução 358, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual que prevê o relatório anual de gestão da política estadual; da Resolução 690/2019, que dispõe sobre aprovação do plano de aplicação dos recursos alocados no FEAS, (áudio ruim) [02:47:51] de 2020; considerando a Resolução 608, que dispõe sobre aprovação do plano estadual de educação permanente; considerando a Resolução 614 de 2020, que aprova o relatório trimestral referente ao 1º, 2º e 3º trimestre de 2020; e a Resolução 713 de 2020 que – esse aqui podia tirar, não é? Que é a resolução que aprova o plano estadual de 2019, pode tirar – e o último considerando, a Resolução 716 de 2021, que aprova o relatório trimestral da execução física referente ao 4º trimestre; considerando a deliberação da plenária ocorrida no dia de hoje, resolve: artigo 1º aprovar o relatório de gestão estadual anual do Sistema Único de Assistência Social – Suas – de Minas Gerais, relativo ao ano de 2020; artigo 2º esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. A Suzanne colocou aqui no *chat* que está 18 de julho, depois quando eu vou assinar também, eu faço essa revisão. Vou olhando as datas, os detalhezinhos. Assistência faltou acento, mas é bom que você lembra que aí eu fico mais atenta também na revisão final. Lá em cima, no considerando, “considerando a plenária ocorrida no dia 18”, antes de resolve, que ficou julho. Os

conselheiros que aprovam o relatório anual de gestão de 2020, em regime de votação. Os conselheiros que aprovam, permaneçam como estão. Os que reprovam ou se abstêm, manifestem-se no *chat*, por favor. Não havendo manifestações no *chat*, é aprovado o relatório de gestão, por mais de 2/3, considerando que temos o *quórum* exigido para votações de matérias financeiras, da política, enfim. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente, isso não teria necessidade de ser votação nominal, não? A matéria. **PRESIDENTE:** A gente tem feito votação sem ser nominal desse tipo de matéria, aí eu vou pedir ajuda da Secretaria Executiva, se regimentalmente é necessário que seja votação nominal esse tipo de matéria. Nas reuniões presenciais a gente só levantava o crachá, não tinha votação nominal. Aí a gente verificando o *quórum*, que tem 2/3, só quando tem divergência que temos feito nominal, não é? Aí vou pedir ajuda do ponto de vista regimental para a Secretaria Executiva. **DANIEL - CEAS:** Deixa eu analisar com a equipe aqui, só um minutinho. **PRESIDENTE:** Gente, enquanto isso, só vou encher a garrafinha de água, dois minutos. Eu já voltei aqui, adorei o pretexto para pegar água, gente, já estava morrendo de sede. A gente esquece das pausas... **DANIEL - CEAS:** Patrícia, a Mira achou aqui no Regimento Interno, aí vou ler para vocês. Tem o artigo 10 do Regimento Interno: “As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos, salvo quando se tratar de decisões sobre alteração do Regimento Interno, fundo, orçamento e critério de partilha, quando o *quórum* mínimo será de 2/3 de seus membros”, e aí tem-se aí a perspectiva dos parágrafos. Então, assim, pelo que entendi – não é, Mira? – acho que não tem a necessidade. A votação será aberta, cada membro titular terá direito a um voto. Pelo que dá a entender aqui, aí vou pedir ajuda ao povo que está a mais tempo aqui, a interpretação do regimento, pessoal, vocês fazem voto nominal ou que nem a Patrícia estava fazendo mesmo? Porque aqui não fala explicitamente do voto nominal, pelo que eu estou vendo aqui. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho que não tem importância. Se a própria Assembleia Legislativa utiliza desse expediente para praticamente tudo, percebemos isso quando vai. E outra coisa, a cláusula aí é a maioria, então se não aparece ninguém para abstenção ou para indeferir, quer dizer o quê? E dá o tempo suficiente, porque a Assembleia não dá tempo não. O cara fala assim: “quem se manifesta a favor. Mantenha-se.... Ah, está bem”, e muda de assunto na mesma hora, não deixa nem tempo, não é? É diferente, estamos dando tempo para a pessoa votar. Agora, esse processo é um processo bacana, um processo ágil e legítimo. Agora, o outro é legítimo, mas é um processo bem demorado, viu? Chamando, chamando. Agora, tem que ver o *quórum*, não é, pessoal? Tem esse detalhe, hein? Tem que ver o *quórum* na hora da votação. Porque aí pode ter *quórum* de pessoas, a gente não vai saber quanto ficou, não é? O que você acha, Lucas? **LUCAS:** Eu até ia pedir questão de ordem para a presidência. A interpretação, como o *quórum* é qualificado, a votação tem que ser nominal mesmo. E as votações que são feitas direto, a exemplo que

you bring, Sávio, from the Legislative, are for administrative requirements. When it is a question that requires a qualified quorum, it must be nominal. And for this that comes in the article, the paragraph 1º says that each member will be granted a vote, even to verify the quorum and those who are in a position of titularity. **SÁVIO, CMAS BH:** Vamos lá então, Patrícia, dessa forma. **PRESIDENTE:** No início eu disse do relatório de gestão, não é? Aí eu estou na dúvida se o relatório de gestão se enquadra aqui como alteração, porque, olha só: “salvo quando se tratar de decisões sobre alteração do Regimento Interno, fundo, orçamento e critérios de partilha”. O relatório anual de gestão se enquadraria aí como decisão sobre alteração de fundo? Porque prestação de conta, a prestação de conta já foi aprovada, já foi deliberada. Eu acho que não se enquadra aqui entre esses pontos, que não é critério de partilha, nem alteração de Regimento Interno, nem... Vocês entendem que é orçamento? **LUCAS:** Sim, se é relatório da gestão orçamentária. **PRESIDENTE:** Relatório de gestão anual. Então eu consulto a plenária... O meu entendimento continua sendo que poderíamos votar por contraste. Se a plenária tiver esse entendimento de que a votação, que é uma questão de orçamento, que é necessário fazer chamada nominal, fazemos. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente, olha, eu me sinto contemplado nas questões que foram levantadas aqui pela Secretaria Executiva. Eu acho que podemos, como eu levantei a questão aqui, eu vejo que podemos dar continuidade no formato que a presidência aí conduziu nessa matéria. Eu não vejo aí a necessidade de a votação ser nominal, em função dos artigos que já foram colocados aqui no *chat*. **PRESIDENTE:** Obrigada, Márcio. Não tem nenhuma inscrição aqui no *chat*, então seguindo esse entendimento, vou retomar aqui. Por não se tratar de matéria prevista no artigo 10º, em que há necessidade de 2/3, no entanto eu registro que temos mais de 2/3 de conselheiros titulares, ou em condição de titularidade. Então em regime de votação, os conselheiros que aprovam o Relatório Anual de Gestão do Suas no exercício de 2020, por favor, permaneçam como estão. Os conselheiros que discordam ou se absterem, por favor, se manifestem no *chat*. Não havendo nenhuma manifestação no *chat*, aprovado o relatório anual de gestão. Muito bem, conselheiros, 11h39. Nós tivemos a inclusão de um ponto de pauta a pedido do conselheiro Lucas – agora, ainda na parte da manhã – em relação à logomarca do CEAS. Vou passar a palavra ao conselheiro Lucas. **LUCAS:** Obrigada, presidente. Vai parecer um pouquinho de uma ousadia, mas eu acredito que, querendo ou não, é para construir e buscar sempre o melhor para o conselho. Eu gostaria de sugerir uma nova identidade visual para o conselho, até mesmo para acompanharmos a modernidade dos tempos. Eu queria compartilhar com vocês, vou tentar fazer a projeção da tela, essa é a atual logomarca do conselho. É uma identidade visual que remonta a proteção da assistência social, com duas linhas curvas que dão a ideia de mãos que apresentam a sigla do conselho e transparece um sentimento de acolhimento e de

proteção. E a minha proposta seria a apresentação de uma nova logo, que seria essa identidade visual, que é composta por uma mão, dois bonequinhos e a sigla do CEAS, como também o nome do conselho, e tem uma explicação do porquê dessa identidade visual. A mão representa a mão invisível do estado e da assistência social, garantindo proteção, autonomia e emancipação do usuário para superação de suas vulnerabilidades, e é uma mão que não tem cor, não tem preenchimento justamente por ser uma mão invisível, mas sabemos que ela está ali para poder garantir esses direitos dos usuários. O primeiro bonequinho, em vermelho, é o usuário sob proteção, representa o usuário sob a proteção do estado e da assistência social no gozo dos benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais. O segundo bonequinho seria um usuário que, impulsionado em suas potencialidades, se emancipou de suas vulnerabilidades, e por isso que ele já está um pouquinho fora da mão do estado e da assistência social, dessa proteção. E somado também a identificação do órgão, que tem uma sigla, que é atribuída usualmente para o conselho, e embaixo dela o nome por extenso da identificação do órgão. Eu acho que é algo para facilitar e também para trazer uma identidade mais institucional mesmo. E a questão das cores. As cores foram pensadas de acordo com o estudo da psicologia das cores, onde o vermelho estimula a energia, a coragem e a confiança; o amarelo estimula a comunicação, o otimismo, o acolhimento e a sabedoria, e o cinza transparece equilíbrio, serenidade e autoridade. E seria isso. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas. Obrigada. Ficaram muito bonitas. Em discussão. Algum conselheiro gostaria de se inscrever? Não tem nenhuma inscrição. **DANIEL - CEAS:** Patrícia, o Sávio se inscreveu. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Entrou um negócio aqui na frente do *chat*, um quadrado branco aqui, eu não vi. Sávio, por favor. **SÁVIO, CMAS BH:** Bom, eu acho, se houve a necessidade dessa mudança – eu não sei o que motivou isso – mas, se há necessidade de fazer, eu até entendi, viu, Lucas? Eu só acho que aqueles três dedinhos ali estão parecendo mais uns dentes. Aí fica parecendo que é um bicho que vai comer os bonequinhos. Eu tiraria esses três dedos, que está parecendo o dente de algum bicho, entendeu? Não acha, não? **LUCAS:** Amputar os dedos da mão? Beleza. **SÁVIO, CMAS BH:** É, uai. Deixaria só a mão assim, porque os dedos, isso é assim, a gente tem que pegar quando olha pela primeira vez, não é isso? A impressão que deu foi essa, de que seria mais um animal do que a própria mão. Mas, eu já enxerguei e acho que ela fica mais visível sem os três dedos ali. **VINÍCIUS, SEF/MG:** Mas se tirar os três dedos, fica parecendo uma cobra. **SÁVIO, CMAS BH:** Pode ser também, que cobra não tem dente, não é? Aí você vê o que você prefere, se é uma cobra ou se é um bicho. **PRESIDENTE:** Bom, a próxima inscrição é da conselheira Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Então, gente, eu também perdi esse raciocínio. Tudo bem, eu acompanhei um pouco essa discussão na plenária passada, mas eu acho assim... Eu não sei. Minha pergunta: por que tem que mudar a logo? Eu não sei por que tem que mudar. Acho que

não estamos fazendo essa discussão, nem fez essa discussão na Mesa Diretora, em nenhum momento. Se a gente teria que alterar a logo do CEAS? Essa era minha pergunta. Segundo, também igual ao Sávio, viu, Lucas? Não é... Ficou muito bem-feita a logo, entendeu? Acho um símbolo que não difere muito do outro que estava, porque também é um símbolo de proteção e tudo. Eu concordo, se não der uma destinação nesses três dedinhos aí, também acho que ela também não deveria existir, ou você coloca aí, por exemplo, são os três entes federados que têm que dar essa proteção: município, estado e governo federal. Não sei. Mas, é importante sabermos que a proteção é uma proteção estatal, beleza, não precisa nem dizer que é município, estado e governo federal. A mão em si já pode ficar aí os três dedos, ela está bem identificada que é uma mão sem esses três dedinhos aí mesmo. Mas é só minha pergunta, por que alterar a logo que é de uma história? Também não conheço a história da logo do CEAS, deveríamos primeiro talvez contextualizar, retomar esse debate em Mesa Diretora do conselho e tal. É só que chegou na plenária passada, mudar a logo, eu não entendi muito bem, entendeu? Por que mudar a logo? Foi essa a minha pergunta. **PRESIDENTE:** Ivone, só a título de esclarecimento, não chegou na plenária passada, não. Na plenária passada o que veio foi a logo da conferência estadual. Essa ideia da logo surgiu do Lucas que apresentou, pediu pauta hoje mesmo para inclusão na plenária. A próxima inscrição é da Luanda. **LUANDA:** Na verdade, acho que a Patrícia esclareceu então, porque eu também fiquei um pouquinho perdida. Primeiro parabenizar o Lucas, ele sempre arrasa aí nas logos. Achei que foi muito legal ele ter apresentado as propostas na plenária passada, já trouxe para nós uma solução, e muito bem feita também. Só que eu tinha ficado perdida também, sem entender se é porque tinha tido essa proposta de alteração da logo, então por isso que a gente estaria discutindo aqui, ou não, não é? E aí, assim, não sei, não é? De podermos ver como é que vamos fazer essa discussão mesmo, porque os municípios já estão acostumados, nós já estamos acostumados com a anterior. Já tem uma identidade assim, vamos dizer, não é? Aí eu queria só entender a proposta, acho que até o Lucas vai poder explicar melhor também a proposta de alteração do porquê ele sugere essa alteração mesmo, para poder também formular o nosso entendimento, nosso posicionamento mesmo. Acho que é isso. **PRESIDENTE:** Ok, Ivone. A próxima inscrição é do conselheiro Márcio. **MÁRCIO, ASSPROM:** Primeiro parabenizar o conselheiro Lucas pela proposta, eu acho que essa habilidade que ele nos apresenta cada dia nos surpreende um pouco. Acho que é importante ter dois momentos dessa discussão, que uma é a qualidade do produto que está sendo apresentado nessa proposta, outra discussão é o processo dessa reavaliação da necessidade da alteração da identidade visual do conselho. Acho que a gente teria que estar desmembrando esses dois pontos, eu acho que um vai puxar o outro, com certeza. E como não temos esse histórico da discussão dessa alteração da identidade visual, eu acho

que precisamos talvez centrar um pouco em cima disso, ter essa situação bem alinhada dentro do coletivo do conselho, para que realmente possamos fazer uma avaliação do processo que foi apresentado, porque senão fazemos uma discussão descasada. Não está, ainda, vinculada uma coisa com a outra. Acho que ainda estamos... Talvez a apresentação para iniciar o debate, iniciar essa discussão. Acho para começar a pensar em alguma coisa nesse sentido, porque acho que a Ivone trouxe aí as questões históricas do conselho, essa identidade histórica... Fazemos toda essa discussão com muita tranquilidade, porque o conselho é permanente, os conselheiros se alteram, não é? Então precisamos realmente pensar essa linha de continuidade e identidade visual. Ela é uma marca permanente para um determinado... Seja no privado ou no público, cada um tem a sua marca e ela tem a continuidade nos processos. Acho que precisaríamos, presidente, é iniciar ou pautar essa discussão para uma coisa mais aprofundada em relação a essa necessidade da alteração da identidade visual. E aí a gente já tem a primeira proposta, aqui do conselheiro, com algumas considerações que foram colocadas. Acho que precisamos, talvez, alinhar esse processo dessa discussão. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, conselheiro Márcio. Não tem mais nenhuma inscrição. Em cima das falas que foram feitas, de repente a proposta de encaminhamento seja de levar a discussão para a Mesa Diretora e pensando nisso que o Márcio falou, na questão da continuidade, que é uma marca de um Conselho Estadual, que permanece independente do mandato. Então aprofundar essa discussão na Mesa Diretora, dessa necessidade ou não da revisão dessa logo atual que já está consolidada e que também tem uma inspiração, uma motivação e uma história. Enfim, mais alguma inscrição? Agora são 11h51, então se os conselheiros concordam, passamos essa pauta para a Mesa Diretora discutir e, estou vendo que o Lucas está acenando a cabeça, anuindo com a proposta. 11h51, acredito que hoje possamos almoçar mais cedo e, de brinde, ganhar nove minutinhos, ao invés de um hora só de almoço, a gente retornar pontualmente às 13h para a pauta da tarde. Podemos fazer dessa forma? **PRESIDENTE:** A Secretária Executiva já informou que já foi contabilizado o *quórum*, acredito eu que a reunião já esteja sendo gravada. Iniciamos os trabalhos da tarde e passo a palavra para Mariana, nossa vice-presidente, trazer os informes da comissão organizadora da 14ª Conferência Estadual. **MARIANA, SEDESE:** A reunião... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana, eu só queria fazer um pedido de palavra, bem rapidinho, antes de começar. É mesmo para fazer um agradecimento especial para a Rosa, que estava como Secretária Executiva, que exerceu o cargo tão brilhantemente junto conosco. Ela não pode estar conosco na parte da manhã, então eu acho que é importante fazermos essa congratulação para ela neste momento. Agradecer imensamente todo trabalho que ela fez, de direção nos trabalhos da Secretaria Executiva, de apoio para os conselheiros, de apoio para os órgãos do conselho, Mesa Diretora,

comissões temáticas e tudo isso sendo nomeada Secretária Executiva, mas sem receber a contento. E sabemos das limitações, que já discutimos sobre isso, mas eu acho que é de suma importância ressaltar e valorizar o trabalho dela, e agradecer imensamente. Acho que não tem nem como retribuir tudo que ela fez nesse período, mas acredito que é importante fazermos esse destaque antes de retomar os trabalhos. Obrigado. **PRESIDENTE:** O Lucas roubou a minha fala de encerramento da plenária. Ela estava retornando agora, pensei de manhã, mas como ela não estava, então vou fazer no encerramento. Faça as minhas as suas palavras, Lucas. Mais uma vez parabenizando a Rosa pelo excelente trabalho realizado. Infelizmente a proposta salarial não foi viável para que ela pudesse aceitar, então ela segue na Secretaria Executiva executando com maestria o trabalho que ela já executa frente à comissão de normas há décadas. Entregando a idade da Rosa, estou chamando-a de velha. Ontem eu falei que eu era velha. Brincadeiras à parte, Rosa, muito obrigada por tudo, de coração. Parabéns pelo trabalho e seguimos junto, agora você na comissão de normas, mas dando esse apoio também para o Daniel. Tenho certeza de que vai orientá-lo muito bem. **DANIEL - CEAS:** Já está orientando, já. **PRESIDENTE:** Gratidão. **ROSALICE, SEDESE:** Obrigada, Patrícia, Lucas, conselheiros. Obrigada mesmo. Com muito carinho que recebo isso. Vocês estão querendo fazer eu chorar, mas não vou chorar porque já chorei hoje de manhã por causa da vacinação, mas não vou chorar de novo. Obrigada mesmo. **MARIANA, SEDESE:** Muito bom, Rosa. Já falei com ela. Só reitero em nome de todos, porque tenho certeza de que todos querem falar o mesmo. Então, gente, passando para nossa pauta. A reunião aconteceu na terça-feira dessa semana, reunião da comissão organizadora das conferências. E o que foi definido nessa reunião foi... Tem uma planilha onde tem o nome de todos os conselheiros que se colocaram com disponibilidade para palestrar nas conferências municipais e regionais. A Secretaria Executiva fez contato com todos os conselheiros. Nós temos 14 conselheiros com disponibilidade para participar, a confirmar pelas agendas. E tivemos a capacitação, ontem, com a professora Eleonora Schettini, acredito que a maioria estava presente. Foi muito importante. Para além disso, também ficou ajustado como as conferências regionais serão virtuais, presidente, vice-presidente – no caso, eu e Patrícia poderemos participar de todas e também com fala de abertura – e quanto mais conselheiros estiverem participando, é melhor. Quando eram as conferências regionais presenciais, a gente tinha dificuldade de agenda, então agora esse problema não vai acontecer. A Secretaria Executiva, da mesma forma, vai acompanhar todas as regionais. As conferências regionais já possuem conselheiros para as palestras. Além disso, nós tivemos o retorno da organização dos encontros regionais com as diretorias regionais, só que aí vocês vão ter que me ajudar. Essa súmula, você a tem, Rosa? Porque eu não participei dessa reunião. Se precisar voltar, se não fica só como informe. **PRESIDENTE:** Mariana, dentro desse, vamos pedir ao Daniel, ele participou da



reunião e já foram definidas as datas, o formato. **MARIANA, SEDESE:** Ok. Deixa eu apresentar o resto ou entra agora? **PRESIDENTE:** Vocês que sabem. Não sei se o Daniel já está preparado. **DANIEL - CEAS:** Vocês que mandam. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É mais fácil voltar depois. **MARIANA, SEDESE:** Deixa eu passar porque aí a gente muda a apresentação. É isso que você falou, Lucas? Eu me confundi. **PRESIDENTE:** Pode ser dessa forma. **MARIANA, SEDESE:** A preparação para os conselheiros, nós tivemos ontem com a palestra da professora Eleonora Schettini. Tivemos participação de convidados: Cogemas, CRP, diretorias regionais. Estiveram presentes 63 pessoas. Foi gravada e vai ser disponibilizada no *site* do CEAS. Tivemos correspondências recebidas do município de Rio Espera. A Secretaria Executiva ficou de responder. O do Conselheiro Vinícius, eu não sei se ele já está aqui presente. Eu apresentei, Vinícius, para a organização da conferência e, também, na Mesa Diretora de ontem, a sua solicitação, assim como uma outra solicitação que chegou do Comitrate - Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, de inclusão de tema na conferência estadual. Antes de passar a palavra, depois se você quiser fazer algum comentário, o pessoal queria esclarecer. O que foi discutido foi o seguinte: como as conferências já têm um tema definido previamente, que inclusive vem do Conselho Nacional com aqueles eixos que também vão ter que ser trabalhados na conferência, ficou entendido que outros temas como o Programa Nota Fiscal Mineira, poderiam ser apresentados nas plenárias do CEAS. A gente marca uma plenária, quando a lei tiver aprovada, porque já estamos aguardando a tramitação do projeto de lei e esse ponto seria apresentado na plenária quando já tiver esse projeto maduro, pelo menos publicado. Da mesma forma, vamos responder para o comitê também, para o Comitrate. O Programa Nota Fiscal Mineira eu expliquei que é um programa que visa beneficiar as entidades de assistência social com prêmio, é uma iniciativa do governo de Minas que vai melhorar a arrecadação tributária e, por consequência, vai fazer distribuição de valores para entidades de assistência social. A Secretaria de Fazenda convidou a Sedese para participar desse programa, só que ainda está na Assembleia Legislativa. Acho que é isso, não é, Vinícius? **VINÍCIUS, SEF/MG:** É isso mesmo. O projeto de lei encontra-se em tramitação na Assembleia Legislativa, então esperamos que até a data dessa 14<sup>o</sup> Conferência Estadual esteja sancionada pela Assembleia Legislativa e pelo governador também. E como você falou, a intenção é destinar premiação para o cidadão e, também, para beneficiar as entidades de assistência sociais municipais. Tem uma destinação direta para todas as entidades municipais de assistência social e de todos os 853 municípios. Seria algo em torno de meia hora essa solicitação, mas em 15 minutos conseguimos passar toda a informação de como seria essa premiação, essa destinação dos recursos. **MARIANA, SEDESE:** Ok. A nossa ideia é aguardar a publicação da lei porque após a publicação da lei é que iniciamos os

procedimentos para execução, operacionalização. Tem que fazer o decreto regulamentador. Eu acho que vamos ter um documento de fato, concreto, com validade, para trazer o assunto para a discussão do CEAS. O objetivo da Secretaria de Fazenda era trazer isso mesmo, só que estamos aguardando a publicação da lei. **VINÍCIUS, SEF/MG:** Vamos aguardar então a publicação da lei. Aprovação e publicação. **MARIANA, SEDESE:** Ok. **VINÍCIUS, SEF/MG:** Obrigado, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada você. Esse outro ponto foi discutido na reunião de organização da conferência, que foi a criação de uma sala de soluções tanto pela empresa que vai ser prestadora de serviço quanto para os conselheiros que estarão na organização da conferência, conselheiros e comissão organizadora. O que foi pensado é que precisamos incluir para empresa é que ela tenha uma equipe em quantidade suficiente de apoio tecnológico, quantidade de pessoas proporcional à quantidade de participantes da conferência. Que a gente pense e discuta com essas empresas qual que tem que ser o tempo limite de resposta e de espera para solução de problema tecnológico, quando for o caso. Além disso, vamos ter que criar um fluxo para diferenciar os problemas de organização da conferência que vão ser resolvidos pela comissão organizadora e os que vão ser resolvidos pela empresa. E foi pensado de na nossa sala de soluções estarmos todos juntos, o fato da comissão organizadora, a Secretaria Executiva do CEAS e a equipe da Sedese estar presencialmente na Cidade Administrativa facilitaria e agilizaria essa solução de problemas. Isso tudo foi discutido nessa reunião, colocado dessa forma e vamos dar andamento nisso aqui, agora, em conversa com as empresas até fechar nosso termo de referência. Para além disso, sobre Regimento Interno das conferências regionais. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Oi. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Cortou essa parte da Cidade Administrativa para mim. Não entendi. **MARIANA, SEDESE:** É porque nós conversamos o seguinte: pensamos em ter uma sala de soluções que seria as pessoas da comissão organizadora, nós - CEAS, com Secretaria Executiva e a equipe Sedese, estarmos juntos na Cidade Administrativa facilitaria o atendimento, pensando que o atendimento de quem vai estar no município pode ser por telefone, pode ser *WhatsApp*, plataforma, então a equipe da empresa vai ter solução para o problemas lá da plataforma, mas pode ter problema de inscrição, substituição de titular por suplente. A gente foi até relembrando quais vão ser os problemas da comissão organizadora, quais que vão ser da empresa e para fazer um atendimento mais rápido. Se estivéssemos todos juntos na Cidade Administrativa isso poderia facilitar porque teria mais telefone, todo mundo junto para disponibilizar linhas de atendimento, enfim. Foi a ideia que tivemos e que achamos que é viável porque está todo mundo em Belo Horizonte. Quem está na Secretaria Executiva do CEAS ou quem está na Sedese, está em Belo Horizonte. A gente ainda falou, o teletrabalho é facultativo, ele não é obrigatório. Havendo a

necessidade vamos, sim, para a Cidade Administrativa. Lá está até funcionando até por sistema de cadastro. Eu não sei se quem está fora de Belo Horizonte sabe, mas quando vamos para lá, temos que avisar, tem que preencher um formulário, fazer medição de temperatura, enfim, aqueles protocolos. Foi isso. Ficou claro? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sim. Seria possível acrescentar nesse pedido que seja feito um protocolo para garantir a segurança do pessoal da Secretaria Executiva, preferencialmente também que haja a possibilidade de testagem do pessoal, ver uma parceria com a Secretaria Estadual de Saúde. Eu acho que é importante, uma vez que até mesmo, vamos supor, são duas semanas seguidas de reunião das conferências regionais, então acho que é importante garantir essa segurança para eles. Nós temos exemplos também de profissionais que estão no CEAS, mas que moram em outras cidades, exemplo, a própria Rosa. Acho que é importante tentar garantir esse protocolo também para os colaboradores da Sedese, que vão auxiliar nesse sentido. **MARIANA, SEDESE:** Sim. Teste eu não sei se a gente conseguiria, mas os protocolos, lá na Cidade Administrativa isso já está sendo obrigatório. Nesse caso, de estarmos indo lá, a gente teria que se organizar. E como isso vai ser em setembro e outubro, a tendência é que até lá a gente também já esteja – expectativa de uma pessoa esperançosa – em uma onda mais branda da pandemia. Estávamos falando do Regimento Interno. Foi marcada uma reunião da comissão organizadora para fechar o Regimento Interno, para o dia 7 de julho, de 8h30 às 12h. A gente optou por deixar toda parte da manhã e, se precisar de acabar antes, acaba antes porque o Regimento Interno é um documento maior para ser feito com várias pessoas. **ROSALICE, SEDESE:** Mariana, só acrescentando sobre o Regimento Interno, eu já postei no grupo da comissão organizadora a minuta do Regimento Interno das conferências regionais e um *drive* para que as pessoas possam contribuir e fazer as suas intervenções, suas manifestações lá no documento mesmo. **MARIANA, SEDESE:** Está ótimo, Rosa. Acho que acabou nesse ponto, não foi? **ROSALICE, SEDESE:** É. Esse foi o último ponto. Os demais são só... **MARIANA, SEDESE:** (Áudio ruim) [00:17:31]. **ROSALICE, SEDESE:** Para as pautas da semana que vem, da outra reunião. **MARIANA, SEDESE:** Ok. Então, é isso, gente. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Obrigada. Em relação a minha participação em todas as conferências regionais, eu não prometo, mas farei o possível. Como trabalhadora do Suas, eu tenho uma certa dificuldade de liberação. São nove conferências regionais, do dia 27 de setembro a 8 ou 9 de outubro, então participar de todas fica um pouco complicado em função da agenda de trabalho, mas farei o possível para participar e também participarei presencialmente dessa sala de soluções, dessas salas que tiverem na conferência estadual. Está mais próxima da equipe. Algum conselheiro gostaria de fazer alguma colocação em relação as questões que foram apresentadas da comissão organizadora da conferência? Eu queria acrescentar um ponto

e vocês se inscrevam no *chat*. Eu queria acrescentar também a informação de que foram publicados os vídeos do tema central da conferência. Desculpa, não sei se a Mariana falou dos vídeos. Eu achei que não falou. Falou, Mariana? **MARIANA, SEDESE:** Não. **PRESIDENTE:** Fiquei em dúvida agora. Porque teve os vídeos que foram gravados, teve o tema central e os 5 eixos, então a Ascom já fez a edição, já foi divulgado nas redes sociais do Cogemas. Não sei se foi divulgado no *site* do CEAS, mas já foi enviado para o *e-mail* de todos os conselhos municipais. A gente pede o apoio de todos para a divulgação da Sedese nas redes sociais, no *blog* da rede Suas e, também, no (áudio ruim) [00:19:22] com as entidades, que todos nos apoiem na divulgação. O Bruno, presidente do conselho de Três Pontas deu até um retorno, um *feedback* positivo para a gente em relação a esses vídeos. O caderno de perguntas e respostas que a gente já publicou também, muito bacana. O Lucas já conferiu que não está no *site* do CEAS ainda não. Acho que foi divulgado ontem. Na correria ainda não deu tempo, mas é importante a gente divulgar. Ficou um material muito bom. Fica o nosso agradecimento a todos os parceiros do CEAS que se disponibilizaram para gravar os vídeos. Em breve vamos publicar os textos também, são cinco textos dos eixos mais o texto do tema central, que está em fase de edição lá na Ascom e, nos próximos dias, devemos divulgar para os municípios também. Deixa eu passar a palavra para o Conselheiro Lucas que está inscrito. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Patrícia. Eu só quero lembrar que ficou faltando um ponto das regionais. Um evento que o Daniel ia fazer a apresentação, ficou faltando de apresentar. É isso. **MARIANA, SEDESE:** É gente, que lerdeza, desculpa. **PRESIDENTE:** Bem lembrado. Vou pedir ao Daniel ir exibindo e, enquanto isso, passo a fala para a Ivone. **DANIEL - CEAS:** Vocês querem passar a fala para Ivone e depois eu apresento? **PRESIDENTE:** Enquanto você vai colocando, achando o arquivo, a Ivone já vai falando. **DANIEL - CEAS:** Beleza. **IVONE, COGEMAS:** Eu acho até bom o Daniel apresentar, porque o que eu vou falar tem a ver com a comissão, mas tem a ver também com o grupo do GT. Acho que é bom ele apresentar também. **DANIEL - CEAS:** Beleza. **PRESIDENTE:** Esse GT, na verdade, foi um grupo dentro da comissão organizadora da conferência que se reuniu para poder fazer a organização logística desses encontros. **DANIEL - CEAS:** Está bem. Sobre os informes, primeiro vou começar falando do mecanismo que vamos utilizar. Serão esses apoios em relação a apoiar, incentivar as conferências municipais e foi uma das técnicas da Diretoria Regional de Poços de Caldas que sugeriu utilizar o *Sympla*. *Sympla*, quem não conhece, é um *site*, uma *startup*, inclusive de Belo Horizonte que é para shows, eventos, etc. Testamos dentro da Secretaria Executiva... A gente se propôs a testar, eu falo por mim, mas depois eu posso passar a palavra para o pessoal da Secretaria Executiva. A gente gostou das possibilidades. Por quê? Porque vai pelo *Zoom*. O *Zoom* é o mecanismo de videoconferência, então não tem

limite de pessoas e não tem o limite de 40 minutos que normalmente o *Zoom* tem. Então conseguimos fazer, digamos assim, esse encontro para mais de 100 pessoas que é o limite do *Google Meet*, que é esse que estamos utilizando aqui hoje. A gente não tem essa limitação de pessoas, não tem limitação de tempo. Qual é a única questão, digamos assim, que temos que falar aqui para vocês? É que a gente faz um evento e a pessoa tem que comprar um ingresso, é claro que ela não vai pagar nada. Você compra gratuitamente o ingresso e tem que ter baixado o *Zoom* no aparelho, seja no celular ou no computador. Na nossa opinião essa é a melhor solução, até que eventualmente tenhamos um outro mecanismo. Como, por exemplo, fiquei sabendo que o estado está em termos de finalizar o contrato com a *Microsoft Teams*, que não teria limitação de pessoas. Mas, por enquanto, essa é a solução que encontramos. Conversamos com as diretorias regionais por meio da Fabiana – não sei se ela está aqui hoje – mas até agradecer o apoio dela. Definimos todas as datas desses apoios, que ficou acordado em reunião para tentarmos ali, nas primeiras semanas de julho. Aqui eu coloquei o *Zoom* para vocês enxergarem – não sei se vocês estão conseguindo ver – de todas as datas. Agora ficou para definir quais conselheiros participarão de quais datas. Aqui já temos todas as datas definidas, agrupadas pelas regionais. Outra questão também é que Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia, falaram que já realizaram apoio semelhante. Eles têm medo de que a mobilização não tenha tanta adesão, mas conversamos internamente e acordamos que eles vão ajudar, ainda assim, na mobilização. Em resumo era isso. As datas estão aí para vocês visualizarem. Eu tomei a liberdade de colocar na pauta porque, se vocês quiserem, já podem ir definindo quem vai participar ou não, mas eu deixo a cargo do conselho. **PRESIDENTE:** Ok, Daniel. Obrigada. A organização ficou muito boa e a forma para escolher as datas, conversando com o pessoal da diretoria regional foi importante. O pessoal da equipe do CEAS colocou que os cinco vídeos já estão no *site* do CEAS, dentro da pasta conferência, assim como o eixo central. **PAULA, SEDESE:** Patrícia, acho importante o que o Lucas falou, que não estavam lá, mas tem uma parte específica com todas as normativas e orientações. Eu não sei por que (trecho incompreensível) [00:25:21] não pôs na página de rosto, mas tem os trâmites lá, burocráticos do *site*, que talvez não tenha permitido. Está tudo dentro de uma pasta, todos os cinco vídeos e os eixos, inclusive já acessei desde ontem, já vi os vídeos. Eles estão sim, só que estão dentro de uma pasta específica com tudo de conferência. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, em cima dessa fala de Paula, eu acho que seria interessante – e é uma sugestão que eu apresento – de encaminhar um *link* que vá direto para o *site* do conselho, ou mesmo identificar o caminho: página inicial, conferência, 14ª conferência e acha todo o material lá. Acho que fica mais fácil para quem for ter o acesso, já que não vai achar direto na página de abertura. **PRESIDENTE:** No *e-mail* enviado para os conselhos municipais foi com o *link*, eixo por

eixo já com o *link*. Eu recebi lá no *e-mail* do Cmas. Ficou facinho de acessar lá, porque vai o *link* para o Youtube da Sedese. Em relação a esses grupos, esses encontros virtuais, vai ser solicitado apoio da Ascom para peças de divulgação dos encontros. Vai ser um formato de bate-papo com os municípios, visando incentivá-los a realizar a conferência. O Bruno me deu um retorno interessante. Ele falou que o município de Três Pontas não estava querendo fazer conferência, não é, Bruno? Bruno está aí? Dá esse retorno para nós.

**BRUNO, CMAS TRÊS PONTAS:** Afirmativo. Inclusive teve um comentário que foi feito pela gestão aqui, que achei interessante no sentido do incomodo da gestão, no sentido do emponderamento dos usuários. Eu achei absurdo isso. Até comentei com a Patrícia ontem que, do ponto de vista de um usuário, de um trabalhador do Suas, fiquei até com um pouco de constrangimento acerca disso, mas após o recebimento do *e-mail* que foi enviado para os municípios, a posição do município aqui mudou totalmente. Convocaram uma reunião meio que extraordinária com a comissão organizadora que *a priori* não havia sido nem definida, mas por eu estar à frente da vice-presidência do conselho, fui convocado. Achei muito interessante esse comentário e acho que o diálogo, o controle social continua sendo, aqui no município, uma luta que estamos conseguindo confrontar da maneira mais democrática possível e, também, graças ao apoio do CEAS porque, se não, provavelmente isso teria passado e já tinham batido o martelo que nem teria conferência. Mas, após o *e-mail* que provavelmente deve ter chegado na segunda-feira passada, eles procuraram a gente e convocaram a reunião urgente na terça passada. Há, praticamente, uma semana. Achei muito interessante e finalizo a minha fala.

**PRESIDENTE:** Obrigada, Bruno. Achei interessante o *feedback* que a partir do *e-mail* do CEAS motivou o município a convocar e realizar a conferência. Esperamos que esses novos encontros com as regionais, com as 22 regionais motivem os gestores, os presidentes de conselhos municipais a convocar e realizar as conferências, uma vez que tivemos um retorno pequeno no *e-mail* em relação ao quantitativo de municípios que já convocaram. Vai ser um tira dúvidas mesmo. O que o conselheiro, que for participar na hora, não tiver condições, as dúvidas vão ser anotadas e respondidas posteriormente, mas o caderno de perguntas e respostas também já dá mais subsídios para que a gente possa contribuir nessa discussão. Depois, na comissão, a gente discute internamente os conselheiros que vão poder participar. Eu vou olhar as agendas aqui, vou tentar participar de, pelo menos, dois encontros. E é importante que os conselheiros que participam da comissão organizadora da conferência ou até da comissão de apoio aos conselhos, possam contribuir participando desses encontros. São encontros de uma hora, uma hora e meia de duração, bem rápido, mas com esse objetivo de se aproximar dos municípios, de acolher as dúvidas, as dificuldades e de incentivar a realização do processo conferencial em âmbito municipal. Enfim, acho que eu já trouxe as minhas considerações sobre essa pauta. A Ivone, que estava inscrita, também para trazer

as contribuições. **IVONE, COGEMAS:** Estamos aqui com a pauta da comissão da conferência e com a pauta do grupo de mobilização das regionais para aderir mais as conferências, eu queria fazer duas ressalvas. Uma com relação ao grupo, a comissão, nós tivemos as definições, os grupos que subsidiarão com os vídeos, com os temas, com a temática. Eu queria colocar uma reflexão porque sempre o pessoal que está ligado ao gabinete do André Quintão, da Frente em Defesa do Suas no estado, sempre eles contribuíram, eram convidados para participar e contribuíram muito com as discussões do estado. Eu queria propor, sugerir que pudéssemos contar também com esse apoio do deputado, que nessa condição dele na Frente em Defesa do Suas, pudesse contribuir com a gente nesses encontros regionais de mobilização, mas também com a conferência estadual e as conferências regionais. Eu trago aqui para pensarmos no que pode agregar e, também, a pessoa também da Simone Albuquerque, que eu acho que ela teve uma contribuição muito grande na outra conferência. O que ela poderia agregar e também contribuir com essa conferência agora. Meu desenho, eu acho que dois conselheiros fizessem as rodadas, ou dois conselheiros que fizessem a rodada e mais algum assessor que pudesse ajudar nesse ponto das conferências regionais. E poderíamos também contar com o apoio do pessoal que está lá no gabinete, como da Simone também, que pudesse contribuir com essas rodadas das mobilizações regionais. E dois conselheiros fixos que passassem as nove regionais, entendeu? **PRESIDENTE:** Sim. Obrigada, Ivone. A Frente Parlamentar com certeza vai poder contribuir bastante na divulgação, até mesmo na organização da conferência. Tem a Aninha que é do Gabinete do André Quintão, outro dia o pessoal estava comentando que parece que ela participou da organização de todas as conferências estaduais até hoje, não é Rosa? **ROSALICE, SEDESE:** Foi. A Aninha sempre teve na comissão organizadora da conferência, sim. Na maioria dos anos ela sempre participou das conferências. Ela e outras professoras da área da assistência social. **PRESIDENTE:** Isso. A Rosa sempre traz isso mesmo que historicamente, na comissão organizadora a gente sempre trazia convidados para discutir metodologia, para contribuir com os textos. Há dois anos a gente até chamou o pessoal do Articulando Redes, da Professora Márcia Mansur. Convidou também o Leonardo Curi que é da Frente Mineira em Defesa do Suas. Eu acho que a Secretaria Executiva podia até fazer um levantamento desses atores que costumam contribuir com a organização do processo conferencial e convidar nas próximas reuniões da comissão. No dia 7, que vai ser Regimento Interno, questão muito objetiva de minuta de resolução, então, talvez, não seja o caso. Mas, quando a gente for discutir metodologia e mobilização, enfim, acho que é importante convidar esses atores, sim, bem lembrado pela Conselheira Ivone. Mais alguém gostaria de se inscrever sobre essa pauta? **ROSALICE, SEDESE:** Patrícia, eu só gostaria de perguntar a dona Ivone, ela citou, além da Simone Albuquerque, o áudio deu um probleminha aqui.

Ela falou Simone Albuquerque e quem mais antes dela? **MARIANA, SEDESE:** O Gabinete do André. **ROSALICE, SEDESE:** Está bem. **IVONE, COGEMAS:** Nós temos o Zé Ribeiro que sempre participa das reuniões. (Áudio ruim) [00:35:04] que é bem ligado ao Suas mesmo, que traz a pauta do Sistema Único de Assistência Social, eu acho que seria fundamental. Como a Frente Mineira em Defesa do Suas, que a própria Patrícia lembrou muito bem da Márcia Mansur. Têm muitos outros grupos lá, não é? Pessoas que sempre participaram dentro da contribuição que podem. **ROSALICE, SEDESE:** Pode deixar. A gente vai fazer esse levantamento das composições anteriores da comissão e passamos para a comissão. Eu anotei aqui. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia? **SÁVIO, CMAS BH:** Pessoal, eu acho que se for fazer algum convite para Frente Parlamentar, tem que mandar a correspondência para o presidente da Assembleia. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Concordo plenamente. **SÁVIO, CMAS BH:** Naturalmente indica o representante da Frente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Era isso mesmo que eu ia falar, para não personificar em uma pessoa só. **SÁVIO, CMAS BH:** Não. No gabinete, nada disso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** E até porque ano que vem é ano eleitoral. **SÁVIO, CMAS BH:** Isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Então temos que preservar o conselho disso. **SÁVIO, CMAS BH:** Eles é que resolvem lá. Na Assembleia existe a Frente, manda para o presidente da Assembleia. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso. **PRESIDENTE:** Sim. Bem registrado. **IVONE, COGEMAS:** Concordo. **PRESIDENTE:** Eu acho que é até uma prática já da Secretaria Executiva de direcionar o ofício ao presidente da Assembleia solicitando a participação do presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Suas. Eu acho que... **SÁVIO, CMAS BH:** Exatamente. **PRESIDENTE:** Praxe já, não é, da Secretaria Executiva. **SÁVIO, CMAS BH:** Já é uma prática. Da mesma forma (áudio ruim) [00:36:45]. **PRESIDENTE:** Mas é bom registrar em ata. **SÁVIO, CMAS BH:** Em Defesa do Suas, da mesma forma, Frente em Defesa do Suas, aí eles resolvem. Agora, essas organizações, a gente deve dar graças a Deus de existir. Uma frente de defesa na Assembleia e uma frente de defesa que congrega todos os trabalhadores, todas as entidades, todos os usuários e governamentais, é uma honra e é um privilégio. **PRESIDENTE:** Mariana queria fazer alguma colocação? Ela abriu o áudio. **MARIANA, SEDESE:** Não, eu acho que era nesse sentido que vocês já falaram mesmo. Eu entendi que o encaminhamento também, vamos ter que fazer esse levantamento e discutir na comissão organizadora. Eu acho que é isso. **PRESIDENTE:** Ok. A gente discute e até já conto com a pauta também porque, por exemplo, na pauta do Regimento Interno acredito eu que não seria o caso de convidar, mas daqui a pouco vamos trabalhar mais em cima da metodologia da organização das regionais, estadual, o que até então a gente ficou muito focado nas municipais. Nas resoluções de orientação, na mobilização, manual,



caderno de perguntas e respostas, vídeos, enfim. Dando sequência à pauta, o próximo ponto é a questão da Revisão do Regimento Interno. A gente está em um horário um pouquinho antecipado. A gente podia parar cinco minutos? Minha garrafinha de água já secou de novo, então 13h52, retornamos 13h57. **PRESIDENTE:** Gente, 13h57, vamos retornando do nosso pequeno intervalo. A próxima pauta é a Revisão do Regimento Interno. Foi uma pauta inserida ontem, na reunião da Mesa Diretora, a partir da solicitação do Conselheiro Éleron, que é integrante do GT no qual está sendo realizada a revisão do Regimento Interno. Ele trouxe uma discussão em relação à dificuldade de tempo que os conselheiros têm enfrentado, algumas mudanças de agenda e da comissão, que foi discutido no grupo e a gente tinha falado sobre a possibilidade de trazer, levar para a Mesa Diretora ou plenárias, caso fosse necessário. Só que o Conselheiro Éleron, ele não está presente no momento. Basicamente, vou contextualizar essa pauta. Estava reunindo quinzenalmente. No início conseguimos avançar dentro do previsto. No último mês tivemos uma certa dificuldade, teve que remarcar uma ou outra reunião, ou cancelar em função da data da comissão organizadora da conferência, que também estava sendo quinzenal, mas acabou que teve mês que precisou de ser semanal em função da agenda, que a gente tinha que trazer pautas aqui para plenária. O Lucas me corrigiu aqui, elas foram canceladas e não remarcadas. No dia 25 de maio, ontem, na Mesa Diretora, eu estava até trazendo isso, que no dia 25 de maio não havia sido realizada a reunião porque não teve *quórum*. E a Rosa informou que foi realizada mesmo com três pessoas. O GT, não me lembro quantos são, acho que são dez e na primeira reunião do GT foi pactuado que as reuniões ocorreriam com *quórum* de seis integrantes. São nove? Eu acho que é número par porque é paritário. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Está sem a nomeação da Gabi. **PRESIDENTE:** Ah, está. Isso mesmo. E agora também com a saída da Joana, teria que rever essa resolução para nomear o substituto para Gabi e para Joana. Tiveram esses cancelamentos de reunião, a reunião aconteceu apenas com três integrantes e sem *quórum*. Eu, por exemplo, nem tinha conhecimento assim. A gente trouxe essa pauta para discutir como poderíamos fazer em relação a essa revisão. O Conselheiro Sávio está inscrito. **SÁVIO, CMAS BH:** Sobre esse assunto houve até um princípio de discussão, eu até me posicionei nas mensagens, no grupo da revisão do Regimento Interno. Foi só até aí que eu fiquei sabendo. É o seguinte: a gente chegou para fazer, esse grupo acho que reuniu duas ou três vezes, depois descobrimos que ia ser muito difícil, pensando, não é? Pelo menos eu achei isso, em seis meses que é o limite dado desde que começou, de darmos conta disso, principalmente paralelo ao trabalho da estruturação da conferência. E não é só da conferência, da proposta de mudança do Conselho Estadual. O ano que acontece a conferência e a eleição dos nossos conselheiros é um ano muito difícil, pelo que eu estou vendo. A preocupação com a conferência, ainda mais em um modelo

diferenciado e novo, feito como está sendo, acho que até está tendo muito sucesso. Está resolvendo as coisas até muito rápido, mas, agora, vamos partir para um papel... Talvez, seja um dos principais da conferência, que também não esperávamos realizar – diferente das conferências anteriores – que é o papel do convencimento. Eu estou falando isso porque eu tenho participado – vocês vão ver depois, na hora que a gente for dar o relatório das comissões temáticas – da última reunião de Governador Valadares, onde tinha 67 pessoas tratando-se de 70 municípios, mas, na verdade, só tinha 20 municípios, se não me engano, 20 ou 30. Quer dizer, menos da metade de qualquer forma. E é muito difícil. Esse ano vai ser muito difícil esse convencimento. Não está sendo muito fácil, não. Há uma intervenção. Acho que o esforço nosso vai valer nesse sentido. Eu acho que ficar concentrando em duas coisas completamente diferentes e importantes, Regimento Interno é muito importante. Mas, a minha opinião é a seguinte: o Regimento Interno, na verdade, na forma que ele está, precisa realmente de sofrer modificações. Sabemos disso, mas ele não impede o conselho de funcionar. As modificações não são tão graves, já pontuamos algumas. E, na verdade, não é que exista um movimento para que não ocorra a discussão do Regimento Interno, não. Acho que Regimento Interno, de 4 em 4 anos, até de 6 em 6 anos, tem que sofrer uma revisão mesmo. Em qualquer lei, quem é jurista, quem é do campo jurídico sabe, que a partir do momento em que a coisa é aprovada, com cinco horas, um dia, já apresenta alguma defasagem porque não acompanha a realidade. Eu estou absolutamente convencido de que é muito importante a revisão do Regimento Interno, mas eu digo também que ele não está atrapalhando o funcionamento do conselho. E outra coisa, do ponto de vista da prática, a gente percebeu é que o regimento vai ficar enorme. Vai haver uma discussão, não só de 50 artigos como primeiramente foi proposto, não é isso? Equivale mais ou menos a 10 a 14 páginas, uma coisa mais ou menos assim, para 70 páginas. Olha o trabalho que não vai dar colocar isso tudo para aprovação. Acho que isso vai demorar tempo. Isso simultâneo ao momento de preparação da conferência, acho que só vai causar problemas para nós. Então não é mudar, é no sentido de tentar adiar as discussões sobre o Regimento Interno para depois da conferência. Aí, dure o tempo que durar, que se faça com as modificações que têm que se fazer. As modificações ainda não foram discutidas. Elas foram postas, mas não foram discutidas. A previsão é de que haja bastante trabalho pela frente. Eu não gostaria que isso se misturasse à conferência. É só isso. Pelo que eu entendo, por isso concordei – nas mensagens relativas ao grupo do Regimento Interno com alguém que se posicionou, não sei se foi o Élerson – eu logo endossei porque, na verdade, eu acho que ele estava achando também: uma simultaneidade de trabalhos importantes e que o foco principal teria que ser a conferência. Foi só isso. **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. A próxima inscrição é da Luanda. **LUANDA, CRP/MG:** Eu acho que fui muito contemplada na fala do Sávio, apesar de eu não compor o

GT, mas venho acompanhando as dificuldades de agenda que estamos tendo enquanto conselho. Ontem, na reunião da sociedade civil, a gente até conversou um pouco sobre o quanto que estamos se sentindo... A gente no geral, não estou falando só de conselho, não, mas na atualidade imposta pela pandemia. O quanto que triplicou o número de reuniões, triplicou o número de agendas e temos que ficar salpicando de uma para outra. Então eu penso que, talvez, seja estratégico para a gente essa priorização até para poder a coisa ficar bem feita mesmo, que é algo muito importante para nós. A gente lembrou também que quando do presencial era bem mais complicado agendar tantas reuniões extracalendário oficial do CEAS por diversas questões. Era bem limitado em número de reuniões e acaba que, quando assumimos esse compromisso de estar aqui como conselheiro, assumimos também esse compromisso de reservar as datas que comumente foi colocado de agendas do CEAS mesmo. E sabemos que assumindo no ano de conferências, a gente já tem os extras mesmo. Na gestão passada em que eu estive também e acho que ficaram muitas atividades acumuladas para o pleno, em um momento de plena dificuldade de participação também. Vou de novo – eu sou a pessoa que fica repetindo isso toda vez – mas, lembrar que estamos nesse momento atípico, que temos pouca qualidade de participação. Hoje de manhã a dona Anédia até brincou e falou: “E se isso acontecer na conferência?” porque, realmente, nós estamos à mercê de *Internet* cair, de ter *Internet*, de ter sinal, todas essas coisas que já estamos discutindo, todas essas dificuldades que estamos buscando soluções, mas que precisamos considerar também para o momento. Acho que precisamos ter essa sensibilidade. Eu acho que é mais nesse sentido mesmo. **PRESIDENTE:** Ok, Luanda. A próxima inscrição é da Natália. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Olá. Boa tarde. Só quero reforçar essa discussão e concordar com o que a Luanda trouxe. Estamos com muitas agendas extras ao que era previsto no CEAS, quando presencialmente. E fazemos uma discussão do Regimento Interno concomitante com uma organização das conferências e com baixo *quórum* nas reuniões, eu acho que corremos riscos de não fazer uma discussão mais detalhada. Mesmo diante desse acúmulo de agendas e, pensando que mesmo que essa perspectiva *online* nos favoreça menos custos, talvez, nas reuniões porque possibilita alguns dos conselheiros participarem à distância, têm outros impactos. A gente tem tido um número de reuniões muito grande, para além daquelas que costumávamos ter e pode gerar uma dificuldade nas discussões. Eu concordo de suspender essa discussão, nesse momento, e retornar após a conferência. **PRESIDENTE:** Ok, Natália. A Ivone falou que eu pulei o Lucas, mas ele só comentou. De vez em quando eu pulo, mas vocês me avisam se eu pular, está bem, gente? A próxima inscrição é da Isaura. **ISAURA:** Eu não sou muito de falar aqui, (Áudio ruim) [00:56:11] *chat*, mas essa pauta, eu concordo com o que foi falado pelos demais conselheiros, pelo Sávio, pela Luanda e Natália. Na verdade, é muito importante revisar o Regimento Interno,

fazer essa revisão, mas também concordo que nesse momento a prioridade está na conferência. Lembro que quando têm duas coisas importantes, a gente tenta seguir (áudio ruim) [00:56:49] pode correr o risco não conseguir trabalhar muito bem nas duas. Estamos realmente sobrecarregados nesse momento (áudio ruim) [00:57:10] muitas coisas. Nosso grupo mesmo, estamos vendo a dificuldade com a agenda. Eu concordo que a gente deveria fazer esse adiamento mesmo. **PRESIDENTE:** Ok, Isaura. Ficou bem baixinho, mas deu para escutar. Agora a Ivone está inscrita. **IVONE, COGEMAS:** Eu também acho de grande relevância a discussão do Regimento Interno e obrigatória. Eu acho que o momento, concordo com todos que estão aí, não é tirar... **PRESIDENTE:** Ivone caiu? Ficou mudo aqui para mim. **DANIEL - CEAS:** Para mim também. **MARIANA, SEDESE:** Acho que ela caiu. Não estou vendo ela. Alguém está vendo ela? **PRESIDENTE:** Quando eu estou com o *chat*, não vejo todos os participantes. **PAULA, SEDESE:** Ela está na tela, mas está sem som. **PRESIDENTE:** Ivone hoje está gastando a chance dela de cair durante as falas. Na conferência isso não pode acontecer, não, está bem? Deixa eu passar para a próxima inscrição. Depois da Ivone é a Silmônica que está inscrita em seguida. **SILMÔNICA, CMAS**  
**JUIZ DE FORA:** Boa tarde a todos e todas. Eu sou Silmônica, do Cmas de Juiz de Fora. Manifestar aqui que eu concordo e endosso a fala de todos os conselheiros que falaram antes de mim em relação à revisão do Regimento Interno neste momento. Entendo a importância e a necessidade da revisão, mas vejo que não é tão urgente para coincidir com a organização da conferência. Uma coisa pode contribuir ou atrapalhar a qualidade da outra, então concordo com o adiamento dessa revisão para depois da realização da nossa conferência. Era só isso. **PRESIDENTE:** Ok, Silmônica. A Ivone colocou que o celular dela descarregou e que no computador não tem áudio. Então acho que ela está nos ouvindo. Ela colocou que concorda em prorrogar para depois da conferência. Acho que ela está nos ouvindo, mas não tem como falar, não é, Ivone? Só digitar. A próxima inscrição é da Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Eu estou aqui pensando, gente. Eu acho que é importante, sim, não paralisar a revisão do Regimento Interno. Eu já estou pensando em uma proposta meio termo porque eu acho, eu entendo, também concordo que as agendas estão muito difíceis. Agora, quando Sávio falou: a gente nunca conseguiu fazer tanta coisa igual temos feito, eu também acho que o ritmo de produtividade está bom, as coisas têm andado. Acho que o trabalho virtual traz dificuldades, mas também traz vantagens. Então, é aquilo, temos participado de muita coisa, mas, por enquanto, eu acho que estamos até dando conta de tudo, sabe? Eu acho interessante fazermos essa avaliação mesmo, quando a Luanda traz, o Sávio traz, mas enfim. O que eu ia dizer é que eu vejo que a paralisação do trabalho da revisão do Regimento Interno também é ruim porque a gente perde o ritmo. A minha proposta seria: a prioridade é conferências sim, mas podemos tentar fazer reuniões bimestrais, por exemplo, fazermos uma agenda de uma reunião em julho, uma em

setembro, outra em novembro. É uma ideia que me veio aqui, mas é para pensarmos melhor porque eu acho que paralisar é pior. A gente já começou, já entramos em um ritmo, então acho que o trabalho estava sendo interessante, estava sendo muito (áudio ruim) [01:01:58]. Não é analisar 70 páginas. Não sei. Não vejo por esse lado, não. Você participou das reuniões, Francielly? Você estava participando de alguma? Eu não lembro. Mas eu acho que a gente (áudio ruim) [01:02:15]. **FRANCIELLY:** (Áudio ruim) [01:02:15]. **MARIANA, SEDESE:** A gente tem uma minuta de documento até que já foi compartilhada, vários conselheiros já levantaram pontos, então é isso. Minha proposta seria rever o cronograma e pensar em quantas reuniões, para esse objetivo, a gente dá conta de fazer esse ano ainda. **PRESIDENTE:** Em cima da fala da Mariana, eu até achei interessante essa proposta, a cada dois meses. Quando a gente fala que está dando conta (áudio ruim) [01:02:54] frenético, até dois meses atrás eu acho que estava dando conta, agora, cá entre nós, acho que eu arreguei, sabe? Ainda mais agora, em setembro, que teremos as conferências regionais e vocês falaram que presidente vai ter que estar em todas. Para ter uma participação de qualidade, eu acho que é importante repensar mesmo porque quando criamos o GT com 6 meses, a previsão era de uma reunião por mês, ficou sendo duas por mês. Quando a gente criou a comissão da conferência, a ideia era uma reunião por mês, está sendo duas, três por mês. A demanda, o volume de trabalho aumentou muito. Para além disso, teve a *live*, teve outras reuniões, por exemplo.. Agora vai ter essa dos encontros virtuais, não sei o quê, enfim. Depois disso apareceu muita demanda. A perspectiva era analisar, como o Sávio trouxe, que era um regimento de 50 artigos, 10 páginas, e agora uma proposta de 150 artigos, 70 páginas. É isso que o Sávio e a Francielly colocaram aqui. Eu acho interessante essa proposta de não paralisar, de ser bimestral, mas também tem a questão de ser setembro, mês das conferências regionais também, é um complicador. Enfim, desculpa ter pulado a inscrição da Gabi. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Só queria reforçar a fala do Sávio e de outras pessoas que falaram nessa mesma perspectiva. Eu fico me questionando o que você falou, Patrícia, será que estamos dando conta e até onde estamos nos desgastando diante disso? Ontem, inclusive, foi a minha primeira queixa com a Paula. Falou: “E aí, Gabi, como é que tá?” Eu falei: “Eu estou exausta” porque são diversas atividades, inclusive muitas atividades que, talvez, eu poderia estar assumindo junto ao CEAS e não estou conseguindo assumir justamente pela demanda de trabalho que são inúmeras. O trabalho virtual nos sobrecarregou nesse sentido. Acho que precisamos nos preocupar porque trata-se de uma normativa que vai regulamentar os nossos trabalhos, então exige, realmente, uma dedicação grande. E, assim como o Sávio falou, as conferências estão em um formato diferente. Elas propõem uma ação diferenciada do conselho. A gente vai ter que fazer uma busca ativa com os municípios para tentar atingir o máximo de municípios nas conferências municipais. Isso

exige fôlego de nós. Precisamos, talvez, repensar nessa questão dessa análise do Regimento Interno. E tem outra questão, gente, é voltar no que eu já falei um milhão de vezes: garantir a participação de todos. Ontem foi mais um ponto de discussão na nossa reunião, porque o Damião, o Irajá colocou que ele gostaria, sim, de participar das palestras, que não haveria impedimento para ele, mas ele só tem celular. Como é que ele vai analisar o *PowerPoint* e participar das palestras? Então, assim, a gente não conseguiu, embora tenhamos a participação, garantir a qualidade dessas participações. São diversas questões, diversas situações que precisam ser analisadas e refletidas. E eu penso que o regimento, embora seja muito importante a discussão dele, precisamos discutir isso em um momento oportuno e que a gente possa realmente debruçar em cima dele para fazer algum trabalho de bastante qualidade. É só isso. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Gabriela. Obrigada. Não temos nenhuma inscrição no *chat*, mas a maioria das falas foi nesse sentido, desse adiamento temporário da revisão do GT. A Mariana trouxe essa proposta de ser bimestral. A gente poderia consensuar em uma proposta? Como que podemos conduzir essa pauta? **LUANDA, CRP/MG:** Eu acho que quem está no GT também pode se posicionar, não é, Patrícia? Em relação à proposta da Mariana ou a outra proposta que foi apresentada. **PRESIDENTE:** Quase todo mundo do GT se manifestou, Mariana, Sávio, Isaura, Natália. Todo mundo é do GT. O Élerson não está aqui presente, mas ele que trouxe a pauta. Do GT tem a Silvia que (trecho incompreensível) [01:07:36], Lucas que é o coordenador, a Gabi e a Joana. A Joana, acho que ela não está hoje, não é? Dos representantes do GT, acho que só... **JOANA, SEDESE:** Estou sim, Patrícia. **PRESIDENTE:** Ah, a Joana está aí, não tinha visto. Está caladinha. **JOANA, SEDESE:** Estou sim. Estou aqui caladinha ouvindo vocês. **SÁVIO, CMAS BH:** O que a Joana acha? **JOANA, SEDESE:** Sávio, eu também sou a favor da reunião bimestral. Eu acho que não pode parar, mas, às vezes a forma como que estamos, o ritmo que estamos, com excesso de trabalho que todos estão, acho que muito em razão do teletrabalho. Acho que isso aumentou o trabalho para todo mundo, porque o trabalho vem de forma muito mais rápida. Chega tudo mais rápido. As respostas são mais rápidas. Eu acho que não tem que parar porque acho extremamente importante para o conselho, mas ao mesmo tempo, o semanal fica complicado. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu também não acho ruim, não, de dois em dois meses. Ou a gente faria, por exemplo... De dois em dois meses, não é? Bimensal. Seria uma em julho e uma outra em setembro. Quero ver arrumar dias para setembro. Ou então, uma em julho e depois acelera, depois da conferência, da forma como estávamos conduzindo, praticamente de 15 em 15 dias. Eu acho que seria uma boa. Uma reunião julho ou agosto, que ainda dá para fazer. Depois, na hora que tiver os encontros mesmo, eu acho que fica difícil até concentrar em outra coisa. A gente faria uma em julho e depois, de 15 em 15 dias, a partir da conferência. Acho que seria uma boa, tentando conciliar as

diversas opiniões. **PRESIDENTE:** A gente poderia consensuar então do GT ser realizado a cada dois meses, a próxima reunião em julho e precisaríamos que o governo indicasse dois novos representantes em substituição da Gabriela, que era representante da comissão de orçamento, e em substituição da Joana enquanto representante da comissão de normas. Da outra vez a indicação foi (áudio ruim) [01:10:18] porque temos que publicar, porque é a alteração de uma resolução. **SÁVIO, CMAS BH:** Patrícia, podia até olhar a data de uma vez, porque pode coincidir com esses calendários que temos feito. **MARIANA, SEDESE:** A minha pergunta é se a substituição da Gabriela já está tramitando, Secretaria Executiva? Porque se já estiver tramitando, na próxima plenária já vai ter publicado, esperamos. **ROSALICE, SEDESE:** Mariana, a substituição da Gabi na comissão ainda não, porque tinha que vir a indicação. A gente pode mandar os dois, a resolução já alterando os dois nomes, da Gabi e da Joana de uma vez, mas a Joana nem entrou de licença. **MARIANA, SEDESE:** É isso que eu falei, tem que publicar o novo conselheiro. Não é isso? No caso da Joana, a Suzanne só pode assumir depois que (trecho incompreensível) [01:11:40]. **ROSALICE, SEDESE:** Depois que publicar. Ontem ou antes de ontem, nós já começamos o processo. Já encaminhamos solicitando a publicação. O trâmite já iniciou, mas demora uns 45 dias mais ou menos. **PRESIDENTE:** Mas, aí podemos aguardar também a nomeação da Suzanne, porque eu estou entendendo que a Mariana vai indica-la para compor o GT. **MARIANA, SEDESE:** Se precisarmos reunir em julho, podemos indicar outra pessoa. Não é o problema, não, está bem? Porque se for para atrapalhar o funcionamento, pode ser outra pessoa. **PRESIDENTE:** E tem que indicar alguém para o lugar da Gabi também. O Lucas se inscreveu. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Patrícia. É um tema muito caro para mim a questão da normativa. Eu recordo que na reunião no dia 11 de maio nós tivemos uma reunião muito proveitosa em que eu havia apresentado uma breve contextualização sobre o Regimento Interno. E lembro que naquela oportunidade eu falei da importância do Regimento Interno, que ele traz um conjunto de normas pactuadas pelos membros de um coletivo para regular o seu funcionamento. É um documento que tem uma validade indeterminada e que cujos parâmetros devem ser construídos com base na funcionalidade, na clareza dos seus dispositivos. E lembro também que citei a fala de alguns conselheiros, e aqui me valho também novamente da fala do Conselheiro Hugo Bento, na 252ª Plenária do CEAS, em que ele disse: “O conselho, ele não é: “eu fazer aquilo que eu tenho vontade”. Nós temos todo um rito. Nós temos uma lei. Nós temos Regimento Interno. É sobre esse que temos que nos debruçar para conduzir o controle social satisfatoriamente”. Essa foi uma fala do Hugo Bento. Na 253ª, a Conselheira Patrícia, então vice-presidente, ela disse: “Eu acho que no momento, ele [o Regimento Interno], como está lotado, é bom fazer as atualizações para ficar mais próximo das realidades”. Acredito que esse contexto da fala dos

conselheiros, traz justamente essa necessidade dessa atualização no Regimento Interno, diferentemente da necessidade de uma suspensão da sua atualização. É importante dar continuidade nesse trabalho. Nesse resgate histórico das 15 reuniões plenárias que este colegiado pleno já teve, em 13 delas foi questionado de algum dispositivo do Regimento Interno e eu posso citar: na 252ª sobre o procedimento da aprovação das resoluções *ad referendum*; na 253ª sobre o procedimento para apreciação de matérias comuns das comissões e aplicação das faltas às plenárias virtuais; a 254ª que falava sobre a instalação das plenárias com relação ao *quórum* de participação. E hoje mesmo, nessa plenária, que foi questionado sobre a forma de interpretar determinado dispositivo do Regimento Interno com relação ao *quórum* e a forma de se fazer, de se chamar uma votação. Eu acredito que é oportuno fazermos a revisão do Regimento Interno neste momento, até porque é uma demanda que não é de hoje. Não é deste mandato essa demanda. É uma demanda que vem há muitos anos atrás, que isso foi algo que me marcou na primeira reunião presencial que tivemos de comissões e a Rosa fez esse relato para gente. Ela entregou as competências do conselho para a gente e falou: “Olha, precisamos debruçar sobre a revisão do Regimento Interno porque ele está muito defasado e já tem uma demanda bem anterior”. E têm aí conselheiros que retornaram nesse mandato que podem confirmar isso que eu estou dizendo e a própria Rosa também pode dar testemunho disso. Acredito que seja o momento oportuno, lembrando que é ano de conferência, sim, mas lembrando também que nós só temos dois anos de mandato e no primeiro ano nós não fizemos. E se a gente deixar para o próximo ano, para o próximo mandato, se tiver outros conselheiros assentados nessas cadeiras que hoje nós ocupamos, eles podem demorar o mesmo prazo que o nosso para enxergar os déficits e as dificuldades que existem no Regimento Interno. Querendo ou não é de competência nossa, que estamos nessa cadeira, assumir as responsabilidades de, ao menos, dar início, dar o start e avançar nessa discussão. O meu posicionamento é de apoiar a proposta da Mariana, de dar seguimento na discussão do Regimento Interno, ainda que em uma periodicidade diferente. Façamos as alterações da resolução que criou o Regimento Interno que sejam oportunas e que dê uma flexibilidade para que a gente possa realizar essas reuniões. E lembrando que hoje a composição do GT é de 10 conselheiros e são 3 seis conselheiros que compõem esse Conselho Estadual. Nós temos outros conselheiros que, na medida do possível, também podem estar junto conosco validando as discussões desse Regimento Interno. E destaco, só para poder finalizar, Presidente, e conto até com a compreensão de ter extrapolado o tempo. Quando Sávio traz que vamos analisar 70 páginas, são 70 páginas que este conselheiro que vos fala apresentou porque foi aberto o prazo para todos os demais conselheiros a submeter propostas do GT, mas somente eu consegui apresentar. E aqui não é uma crítica, porque eu compreendo muito bem as dificuldades das agendas de cada um e até mesmo a



disponibilidade de cada um para poder submeter à apreciação dos demais essas propostas. Mas, em respeito também ao trabalho deste conselheiro que vos fala, eu peço para que não sejam suspensas as atividades do GT em respeito também a minha representação, porque aqui não falo em nome próprio. Eu falo em nome da minha representação e das entidades que eu aqui represento. Eu peço encarecidamente a todos os conselheiros titulares e em condição de titularidade que possam defender a revisão do Regimento Interno nas propostas que foram submetidas. A gente tem, sim, condição de avançar. Nós somos um conselho com 3seis conselheiros. Há possibilidade, sim, de outros assumirem essas funções. Há possibilidade também de dividir o conselho em dois para cuidar da conferência, para cuidar do Regimento Interno, lembrando o que como foi dito pela Eleanora anteontem: os conselhos e as conferências são as duas instâncias de controle social. São o ápice do controle social essas duas instâncias. E garantir um Regimento Interno robusto e que faça defesa institucional do conselho é de nossa responsabilidade. E, também, chamo uma responsabilidade enquanto coordenador da Comissão de Ética, que nós, enquanto conselheiros e exercemos esse mandato, precisamos se ater a essas competências que são inerentes à função que a gente ocupa. Obrigado, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. Eu acho que é unanimidade no conselho isso que você traz, da importância da revisão do Regimento Interno e somos muito gratos as suas colaborações em relação à minuta, em relação a logomarca da conferência, a logomarca que você trouxe como proposta hoje para o CEAS. A gente fica muito feliz que você consegue utilizar sua disponibilidade e tempo em prol do CEAS. Você tenta contribuir da melhor maneira possível e somos gratos a isso. Verificando aqui as propostas de encaminhamento, tivemos a proposta da Mariana de reuniões bimestrais. Ela colocou aqui no *chat* que pensou até o início de setembro e depois em novembro. O Sávio colocou que em novembro não precisa de ser bimestral, vai ser depois da conferência, aí pode ser quinzenal. Tem mais alguma proposta ou podemos consensuar na proposta apresentada pela Mariana e pelo Sávio? Um ponto também para revisão dessa minuta, que eu queria colocar aqui é a questão do *quórum*. Na primeira reunião do GT percebemos a necessidade de colocar a exigência de *quórum*. São dez conselheiros, se não me engano, e estabelecemos *quórum* de seis. Está até na súmula da primeira reunião. Eu acho que é importante acrescentar isso na resolução, já que ela vai ser alterada em relação ao prazo, que era até agosto para concluir. E, em relação a nomeação dos representantes governamentais, em substituição a Gabi e a Joana, a gente incluía a previsão de *quórum* de seis conselheiros nesse GT de dez. Lembrando: a Mariana indicaria os dois representantes. De repente pode ser que até tenha algum representante governamental aqui que tenha interesse de participar. E quando a gente tiver essas indicações, a gente publica a resolução. A Ivone está inscrita. **IVONE, COGEMAS:** Primeiro, quero me

desculpar porque esqueci meu celular, descarregou. Com relação à proposta, tem uma proposta que foi a do Sávio, da Natália, de voltar à discussão do regimento pós-conferência, depois da conferência. E uma proposta da Mariana de que faça um calendário agora, para continuar uma reunião em julho, outra em novembro, de 2 em 2 meses. Eu acho que tem duas propostas. É uma proposta de suspender agora e deixar retornar depois da conferência. E tem uma proposta da Mariana que seria de fazer um calendário, não sei se é bimestral ou trimestral, não suspender e fazer uma proposta bimestral e trimestral. Entendeu? Só esse encaminhamento. **SÁVIO, CMAS BH:** Só que depois, Ivone, eu tentei conciliar, tendo em vista as diversas opiniões. Tendo em vista do que foi colocado pela Mariana e por todos, eu aceito, eu acho importante a proposta da Mariana mesmo. Então, por enquanto só tem a proposta da Mariana, uma reunião em princípio de setembro, depois, o resto, a partir de novembro, quinzenal. Se quiser manter o quinzenal, acho uma boa. **IVONE, COGEMAS:** Essa proposta não era só sua, parece que tinha proposta de Natália, eu também defendi essa proposta, entendeu? **SÁVIO, CMAS BH:** Eu sei, mas você falou meu nome aí, então (trecho incompreensível) [01:23:43] outra. A gente volta. **IVONE, COGEMAS:** Porque estava lá na escrita. **PRESIDENTE:** está Certo. Ivone pontuou bem, porque eu raciocinei na proposta de Sávio de consensuar na proposta (áudio ruim) [01:24:00], mas teve mesmo a proposta da Ivone, da Natália. Conselheiro Lucas se inscreveu. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, é só para sugerir nessa questão do ponto da nomeação, eu já tinha até trazido essa discussão e eu gostaria de retomar. A inclusão também de, pelo menos, uns dois ou três suplentes para esse grupo de dez, para que eles também, na falta de *quórum*, possam ser chamados para que a gente consiga alcançar nessa temática. Então, além dos dez, que sejam inclusos também três suplentes, ou quatro, quantos forem necessários e acharem pertinentes para que a gente consiga garantir a discussão qualificada na quantidade dos conselheiros. **PRESIDENTE:** Na plenária passada o Conselheiro Lucas até pediu a inclusão desse ponto de pauta, de manhã a gente discutiu um pouco sobre isso e eu até manifestei minha opinião no sentido de que temos dez conselheiros participando do GT e que se a gente colocasse mais conselheiros suplentes, às vezes, podia pegar a discussão meio que o “bonde andando”. Isso é muito informal, não é, gente? Eu gosto muito desses ditadozinhos assim. Eu fico muito com receio em relação a isso, sabe? Vou dar exemplo da Francielly. Francielly é minha amiga. Eu sou titular e a Francielly é minha suplente. Ela não participou de nenhuma reunião, aí eu não participo, ela entra e, às vezes, não sabe das discussões, não conhece o histórico, porque um artigo puxa o outro, enfim. Não sei até que ponto que isso é produtivo. Sabe? Eu queria conhecer a opinião dos demais conselheiros. E eu queria ver com a Natália, com a Ivone, com as outras pessoas que propuseram que a revisão retornasse após a conferência, se poderíamos consensuar na proposta da Mariana de ser

uma reunião em julho, uma em setembro e a partir de novembro seriam duas, não é, Mariana? Porque seria quinzenal. **MARIANA, SEDESE:** Estou até sugerindo datas, se vocês quiserem avaliar. No caso da indicação da Subas, eu posso indicar também o Cristiano porque o Cristiano, na ausência da Joana, a Suzanne depois pode entrar como convidada, porque o Cristiano também já é conselheiro há bastante tempo, acredito que ele também pode contribuir bastante nessas discussões. Para não atrasar, acho que o objetivo aqui é tentar chegar em um consenso e resolver. **PRESIDENTE:** Eu acho que data a gente podia discutir depois, lá no grupo da comissão. Você colocou 9 de julho, já corri para olhar minha agenda. Minha agenda já está toda azulzinha de reunião. Dia 9 de julho tem comissão de financiamento do Conselho Municipal de Nova Lima. Então eu acho bom tentarmos pensar nessas agendas (áudio ruim) [01:27:03] deixar o mês e a data conversar no grupo do GT, sabe? A Ivone colocou aqui no *chat* que se puder entrar mais governo, que ela se oferece enquanto representante do Cogemas. Então teria o Cristiano e a Ivone para compor? Só que é por comissão, não é,, gente? A Ivone é da comissão de orçamentos, é na vaga da Gabi. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia. **PRESIDENTE:** Sim, conselheiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu queria sugerir que essa nomeação fosse de pessoas que tivessem disponibilidade e que não estivesse na comissão organizadora, porque vai ter uma demanda maior, então eu acredito que fique mais fácil. **PRESIDENTE:** Precisamos ter um representante governamental da comissão de normas e um representante governamental da comissão de financiamento. Eu acho que o governo pode avaliar entre eles para ver qual que seria a melhor indicação dentro dessas comissões. **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, é porque eu sou da comissão de normas também, não sei se pode, nesse caso aí (trecho incompreensível) [01:28:16]. **PRESIDENTE:** Você está como vice-presidente. Porque lá na minuta... Vocês conseguem apresentar aí, Daniel? Eu mando a resolução no seu *WhatsApp*, Daniel. **DANIEL - CEAS:** Beleza. **MARIANA, SEDESE:** Mas, isso pode ser alterado agora na plenária também, não pode? Porque assim, pelo menos estamos em plenária, a plenária delibera. Eu acho que se a gente constar aqui que é substituição de membro de governo ou da sociedade civil, de modo geral estamos falando de um Regimento Interno que é para o próprio conselho. **SÁVIO, CMAS BH:** Patrícia, faz uma recapitulação. Como é que foi a escolha dos membros dessa comissão? Foi de cada uma das outras comissões? **PRESIDENTE:** Isso. A concepção do GT... Eu mandei a resolução do GT para o 'zap' do Daniel, para ele projetar. **ROSALICE, SEDESE:** Eu estou com ele aberto aqui. Se quiser, eu projeto aqui, está bem, Daniel? **SÁVIO, CMAS BH:** Não precisa, não. Vocês é quem sabem. Eu só queria ver a composição. **PRESIDENTE:** Mas eu vou explicar a concepção. A concepção foi de ter a participação da presidente, da vice-presidente e um representante governamental e um representante da sociedade civil de

cada comissão. E a minuta está dessa forma lá, no artigo 2º: “O grupo de trabalho, respeitada a paridade entre seus membros, será composto pelos seguintes conselheiros: I – Presidente; II – Vice-Presidente; III – Representante Governamental da comissão de política”, era a Silvia e Representante da Sociedade Civil da comissão de política, o Élferson, e assim por diante. A plenária é soberana e poderia mudar a concepção, mas eu acho que é interessante a proposta de ter um representante governamental e um da sociedade civil de cada comissão para trazer a visão. Temos muita questão das atribuições da comissão. **SÁVIO, CMAS BH:** Com certeza. **PRESIDENTE:** O que mais pega no regimento, na verdade, na minha opinião, é a questão das atribuições das comissões conjuntas. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho que você tem toda razão, Patrícia. Acho que você tem inteira razão. Não tem como, não. Quando a comissão que tem que se formar é importante, você vê só: quais as comissões extraordinárias? São as comissões organizadoras do processo eleitoral, comissão organizadora da conferência, comissão de revisão do Regimento Interno. É sempre assim em qualquer lugar, pega-se a representação de quem já está em comissão e não pega representação de quem nunca participou de nenhuma comissão. Eu acho que é dá importância para comissão você pegar as pessoas que já estão no jogo, no jogo, no exercício da discussão de algum tema, ou seja, pertencente a alguma comissão. Sobre isso aí, eu acho que não tem como não. Só queria dizer também que a gente é absolutamente radical com relação quando fere os princípios, que são uns dez, mais ou menos, da política pública. As diretrizes da política pública. Os direitos socioassistenciais, quando fere. Aí a gente tende também a ser radical. Não é à toa, na discussão anterior que a gente queria transformar auxílio em renda, porque lá tem um direito à renda, um dos dez direitos assistenciais é esse e a gente fica radical mesmo. Agora, em um assunto desse a gente também acha importante o Regimento Interno, por isso a possibilidade de um consenso. Você me entendeu? Minha proposta anterior é pelo adiamento mesmo, mas a gente viu também que entre as pessoas que se posicionaram arredaram o pé. Quando a gente percebe que as pessoas fazem concessão e não estão em jogo essas características principais da política, como eu disse antes, a gente negocia completamente. Não tem problema. **PRESIDENTE:** Ok. Sávio, então caso a plenária como esse entendimento de manter um representante da sociedade civil e um do governo de cada comissão, na composição do GT, aí seria um conselheiro governamental da comissão de orçamento em substituição a Gabi e a Conselheira Ivone se candidatou. E um conselheiro governamental da comissão de normas para além da Mariana, nessa representação. Não sei se o governo está entendendo que a Suzanne vai entrar na comissão de normas substituindo a Joana. A presidência da coordenação de normas era até da Joana, não sei se essa substituição da Suzanne seria nesse sentido. Mas, se for dessa forma, Mariana, eu sugiro que gente aguarde a nomeação da Suzanne para publicar

essa resolução indicando a Suzanne para normas e Ivone para orçamento. Qual é o seu entendimento, Mariana? **MARIANA, SEDESE:** A questão é que se a Suzanne não entrar na de normas, eu acho que a de normas fica desfalcada também, porque tem aquela regra do segmento e da representação. De toda forma, vamos aguardar. Eu não sei as últimas nomeações. Não demoraram tanto, não, não é? E a Joana também está aqui presente ainda. Está bem, gente? A Joana não saiu não. Não vamos desconsiderar. **JOANA, SEDESE:** Oi, gente, ainda estou aqui. Não me tirem à força, não. A Suzanne é ótima. Estou extremamente feliz de ser ela a nova conselheira. **MARIANA, SEDESE:** A Joana... **JOANA, SEDESE:** Estou aqui ainda. Sou apegada a Subas, ao CEAS. Eu sou apegada. **PRESIDENTE:** Deixa eu abrir um parêntesis, Mariana, a Joana não estava na reunião, mas falamos que você vai ganhar no sábado, na segunda, depois da reunião do CEAS, igual foi com a Gabi. **JOANA, SEDESE:** Nossa Senhora. Ainda é o mês que vem. **PRESIDENTE:** Ah, está. A gente achou que já estava no finalzinho. **JOANA, SEDESE:** Não. É até o mês que vem. **MARIANA, SEDESE:** É porque eu falei que a Joana entrou em 36 semanas, mas na 36ª **JOANA, SEDESE:** Não, 35. **MARIANA, SEDESE:** É, então, melhor ainda. Mas, enfim, até a Joana sair de licença, ela está presente também. Foi só no sentido de antecipar pensando na plenária do mês que vem, porque na plenária do mês que vem a gente acredita que a Joana não estará presente. **JOANA, SEDESE:** Acho que para tudo, no mês que vem, já não seria eu. Já tem que ter a substituição. Tudo. Todas as reuniões que eu... **PRESIDENTE:** É porque a gente também tem que trabalhar com essa ideia da Mariana, da próxima reunião ser em julho, depois, setembro e novembro. O Lucas está perguntando, e a Marcela? Marcela não é conselheira, não, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu jurava que ela ia entrar no lugar de Gabi. **MARIANA, SEDESE:** Não, quem entrou no lugar da Gabi foi o Élder. O Élder também pode participar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ah, foi o Élder. É verdade. **MARIANA, SEDESE:** O Élder pode participar. Élder também está disponível aqui. **PRESIDENTE:** Gente, finalizando os encaminhamentos, essa resolução do GT, ela tinha o prazo de seis meses, que era até agosto, que a primeira reunião foi em março. Ela tinha seis meses e foi prorrogado por mais dois meses. A alteração seria de ampliar esse prazo da revisão, considerando que vamos fazer... Eu estou entendendo que estamos consensuando de ser bimestral, a próxima reunião é em julho, a outra em setembro e novembro seria quinzenal. A gente retomaria o ritmo quinzenal. Ivone, Natália e demais, podemos consensuar nessa proposta da Mariana? E quando for publicar... Eu fiquei falando e a Natália abriu o áudio. Eu não escutei. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Oi. Patrícia, eu concordo com os demais. Eu mantenho a minha opinião, mas eu acho que é o consenso do grupo, então, ok. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. Ivone? Ivone falou aqui no *chat*. “Beleza.” A alteração da resolução, o que eu já tinha falado de prever o *quórum* de

seis. O governo vai fazer indicação dos nomes da comissão de política e de Financiamento. A gente tem, a princípio, a Suzanne e a Ivone que se candidatou. E temos a questão do Conselheiro Lucas em relação à suplência, nenhum conselheiro se manifestou em relação a isso, além do Lucas e de mim. Eu queria ouvir da plenária se o Lucas mantém a proposta de ter suplente ou, ele balançou a cabeça que sim, que ele mantém a proposta de incluir os suplentes. Eu queria o posicionamento da plenária, se é favorável a inclusão de suplentes no GT ou de manter a composição com os dez conselheiros em condição de titularidade. **SÁVIO, CMAS BH:** Olha, eu não sou a favor de suplente, não, porque está se imaginando... Esse compromisso que estamos tirando aqui, vamos marcar datas suficientes para que todos possam participar. Se por acaso um, ou outro não participar, é uma eventualidade do momento ou não pode ocorrer. Atualmente não é costume de nenhuma comissão importante como essa é de não ter *quórum*. A gente está fazendo, até a comissão de apoio aos conselhos, está tendo *quórum* ultimamente. Não acho que esse é o momento, porque se fizer para isso tem que fazer para todas. Eu acho que nenhuma comissão está deixando de funcionar por falta de *quórum*, não. Eu acho que vai ter *quórum*, sim, em julho. Vai ter *quórum* em setembro porque é uma comissão importante. É importante o que vamos tratar, então acho que não há necessidade dessa suplência. **PRESIDENTE:** Mais algum conselheiro gostaria de se manifestar? Porque aí eu vejo se coloco a proposta em votação ou não. Acho que coloca em votação, não é, Lucas, porque você manteve a proposta. Podemos fazer a votação sem ser nominal, daquela forma que a gente costuma fazer? **SÁVIO, CMAS BH:** Patrícia, por que você não fala assim, coloca no *chat* se aprova ou não aprova. Por exemplo, aprova a proposta ou não aprova? Aí a pessoa escreve “sim”, o resto escreve “não”, depois a Secretaria Executiva tem que contar e ver se, primeiro, tem *quórum* para votar isso. E, segundo, quais são as abstenções, quais são os contrários e a proposta a favor. Aí você fica absolutamente legítima com relação a votação. **PRESIDENTE:** Obrigada pela ideia. Acato a proposta do Sávio. Peço que os conselheiros se manifestem no *chat*, os conselheiros titulares ou em condição de titularidade, para não contarmos voto de suplente. **SÁVIO, CMAS BH:** Isso. **PRESIDENTE:** Os conselheiros que concordam com a proposta do Conselheiro Lucas de incluir suplentes no GT, por favor, se manifestem no *chat* pela aprovação. Quem for contra à proposta e estiver de acordo com a composição de dez conselheiros no GT, acho que não precisaria se manifestar. Só quem concorda. **SÁVIO, CMAS BH:** Sim ou Não. **PRESIDENTE:** Então, está bem, desculpas. Não fui clara, mas retomando. **MARIANA, SEDESE:** Patrícia? **PRESIDENTE:** Oi, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** É porque agora me deu uma dúvida sobre essa questão de ter ou não o suplente. Eu li aqui também o que a Ivone colocou, a questão de ter, eu acho que a discussão sobre a suplência envolve a discussão do *quórum*, se foi isso que eu entendi. Eu acho interessante que a Ivone colocou

assim: “Pode ter a reunião sem *quórum*, mas não tem decisão”. Eu tenho esse entendimento da Ivone também, porque uma coisa é reunir e discutir. Acho que pensando no que o Élerson falou ontem e no que o Sávio colocou, têm coisas que são princípios que temos que respeitar e que não podem ser descumpridos nunca, mas ter uma reunião, fazer a discussão de um assunto com os presentes, não ter uma decisão e depois em outra reunião, aqueles que estavam ausentes solicitam um resumo da discussão. Outra questão que eu vejo sempre, e no nosso regimento é muito claro, deliberação a gente só tem em plenária. Nas reuniões de comissão temos várias discussões, encaminhamentos, mas a gente traz tudo para ser deliberado aqui e a aprovação final é da plenária. Eu não vejo necessidade de ter suplente, mas também não vejo a necessidade de colocar que a gente não pode fazer discussão dos assuntos sem *quórum*, porque entendo também que o *quórum* é para deliberação. Nós estamos falando de comissão, está bem, gente? Eu estou querendo colocar o meu pensamento nesse sentido porque temos muitas comissões. As discussões são importantes. Às vezes, as comissões se reúnem com poucas pessoas, mas tudo que é tirado ali, colocado em uma súmula, volta na reunião seguinte, sempre está na plenária para deliberação. É um pouco nesse sentido, porque isso também está relacionando a nossa produtividade, que é o que estamos falando aqui. Nem todo mundo pode participar, mas quem pode faz um esforço para estar ali, naquele dia, e às vezes temos que considerar isso. Todos com suas dificuldades, mas quem consegue contribuir é sempre muito importante. É para pensarmos melhor no encaminhamento. **PRESIDENTE:** Essa discussão do *quórum*, ela tomou força nesse mandato, muito a partir das falas do Sávio. Porque o Sávio trouxe essa questão da comissão de política, se faz ou não a reunião com dois conselheiros, (trecho incompreensível) [01:43:38] conselheiros sem ter *quórum*. Na primeira reunião do GT de revisão do Regimento Interno, a gente discutiu isso e pactuou de ter o *quórum* de seis conselheiros, isso ficou até na súmula da reunião. Foi uma questão que não estava contemplada dentro da resolução do Regimento Interno e, no momento que estamos discutindo essa resolução, eu trouxe aqui para a plenária para discutirmos. Eu queria até ver o entendimento dos conselheiros em relação a essa necessidade ou não do *quórum*. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu queria opinar, Patrícia. **PRESIDENTE:** Sim, Lucas. **IVONE, COGEMAS:** Também queria, Patrícia. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A exigência de *quórum* pelo Regimento Interno está prevista especificamente para as reuniões plenárias. É claro que precisamos de ter participação dos conselheiros para que se possa haver uma discussão nas comissões temáticas, mas eu entendo que a verificação de *quórum* é tão somente de *quórum* simples, não de *quórum* específico como estava sendo exigido de 2/3. Seria mesmo nesse sentido, e reforçando essa questão da suplência, se a gente exigir *quórum*, a gente querendo ou não, conseqüentemente precisa de suplência a exemplo do

próprio conselho, se não, não faria sentido existir a cadeira de suplência no conselho. Tanto é que os suplentes veem, na falta do titular em condição de titularidade, para exercer o voto, a decisão. É justamente nesse sentido. Mais especificamente sobre a reunião do dia 25, eu acabei me esquecendo de tratar, eu assumi os riscos da realização da reunião e não tivemos nenhum tipo de decisão. Somente fizemos uma leitura prévia de um capítulo da minuta que eu apresentei e tão somente para discutir com a Secretaria Executiva e não houve nenhum tipo de decisão. A reunião aconteceu tranquilamente sem exigência e observação de *quórum* justamente por isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Conselheiro Lucas. Registre aqui no *chat*, mas acho importante registrar em ata que não foi exigido 2/3 do *quórum* porque são dez, a gente pactuou no GT seis em dez. Não chegou a 2/3, não. Ontem, na Mesa Diretora, a gente discutiu sobre essa questão porque não sabíamos que tinha sido realizada a reunião sem *quórum* porque não foi enviada a súmula, então grande parte dos integrantes do GT não sabia da realização da reunião. E o que conversamos é que a gente ia ter que retomar os pontos que foram discutidos. O Sávio se inscreveu. **SÁVIO, CMAS BH:** É o seguinte. Uma coisa que vamos definir no Regimento Interno é justamente esse *quórum*. É superinteressante essa ideia de 50% + 1, não é *quórum* especial, 2/3, nem nada. Simplesmente 1 a mais do que a metade. Dentro de uma lógica, não tem nada demais nisso. Agora, também, hoje em dia está até mais fácil porque antes era ruim, você tinha que participar da reunião no CEAS, chegava lá não tinha *quórum*. Você perdia a viagem. Você tinha que voltar para casa. Agora não, você faz a reunião aqui, deu *quórum*, não deu *quórum*, pronto, desliga o computador e está tudo certo. Ficou mais fácil. Essa é uma das vantagens que a Mariana estava dizendo aí. E realmente, o *quórum* é essencial porque a legitimidade da proposta, principalmente quando tem que fazer um parecer, eu acho que, com certeza, vamos definir isso no nosso Regimento Interno. A gente vai funcionar dessa forma, mas não estou vendo problema nenhum mais. Eu acho que já podia partir para encerrar esse assunto. Não sei a quantidade de assunto que ainda tem, mas esse assunto já foi deveras discutido. A gente podia, agora, essa exclusividade dessa comissão não ter *quórum*. Vota então, Patrícia. Faz um voto aí. Quem é favor da proposta do Lucas que é de ter o suplente, coloca sim, quem não é a favor coloca não. E vamos para votação, gente. Tem hora que é assim mesmo. É uma votação também que não está botando em perigo nenhum princípio, nenhuma diretriz e nenhum direito socioassistencial, não. Pode votar, ué. **PRESIDENTE:** Tranquilo, Sávio. Obrigada. Vou passar para Ivone e aí a gente finaliza os encaminhamentos. **IVONE, COGEMAS:** Desde que eu entrei no CEAS, todas as comissões tinham suplentes porque me foi informado isso, que não tinha condições de ser só com titular. Todos os conselheiros participavam das comissões. Eu defendo a questão de ter um número pelo menos 50% + 1 para ter uma reunião, até porque representa o pensamento de um grupo. Antes de agendar



uma reunião, deve ser consultado se todos os seis, pelo menos terão condições, ou 50% + 1, para agendar aquela reunião. E, se teve a reunião, não deu, aquela reunião deve ser desmarcada em respeito aos conselheiros que integram aquela comissão. Eu acho que não é deliberativo, não é, mas foi instituída uma comissão para levar para o pleno uma discussão que, às vezes, não é a mesma que eu penso, a que o Lucas pensa, que a Patrícia pensa. Mas, a comissão quando vota, ela leva um consenso da comissão. Então, quem está ali na comissão, (trecho incompreensível) [01:50:02], tal e tal, mas vai consenso da comissão. A comissão tem poder, sim, de votação e decisão. Eu acho que minimamente a gente deve manter, sim, um *quórum* de pelo menos 50% + 1, consultados os conselheiros daquela comissão se aquela reunião pode existir ou se não pode existir. Se têm duas pessoas, eu acredito que duas pessoas não têm condições de fazer um debate se são dez pessoas naquela comissão. Eu acho que pode fazer o debate se eles quiserem, mas não é da comissão, é dos dois conselheiros que estão fazendo. Eu entendo assim. Eu acho que por respeito a uma comissão que a pessoa falta, ou não pode participar de uma reunião, não é por motivo alheio, tem alguma justificativa. Quando se dá a realizar uma comissão, ela, pelo menos, deveria atentar para isso. É o meu ponto de vista.

**PRESIDENTE:** Sim. Sim. Dona Ivone, eu queria só esclarecer que têm conselheiros suplentes dentro da comissão. Por exemplo, do GT o Élerson é suplente. O Sávio é suplente. A suplência que o Lucas traz aqui é para além desses dez conselheiros, ter mais dois, caso, por exemplo, você vá fazer uma reunião e não tem seis – que seria o *quórum* que estamos discutindo aqui – aí chamaria os outros dois suplentes. **IVONE, COGEMAS:** Entendi. Não. Não. **PRESIDENTE:** Na plenária temos os suplentes sempre participando, é aquele negócio que eu falei que não pega o bonde andando porque vai participar de todas as reuniões também. **IVONE, COGEMAS:** Entendi. **PRESIDENTE:** O Lucas colocou que ele gostaria de ouvir a Secretaria Executiva sobre o *quórum*. **IVONE, COGEMAS:** Dona Anédia quer falar também. **PRESIDENTE:** Está bem, então vou passar para dona Anédia, está bem, gente? Porque ela sempre vai ter prioridade aqui e depois eu passo para Secretaria Executiva, enquanto isso vocês se organizam aí. Dona Anédia. **LUANDA, CRP/MG:** Eu que confundi a dona Anédia com a Ivone. Eu vi alguém abrindo o áudio na fala do Lucas. **PRESIDENTE:** Dona Anédia está na reunião não, Luanda. **IVONE, COGEMAS:** Uai, que isso, Luanda. **LUANDA, CRP/MG:** Já estou zoada no dia. **MARINETE:** Dona Anédia ia sair mais cedo e comunicou. Já deve ter saído. **IVONE, COGEMAS:** Desculpa a minha fala, entendi. Seria, além da comissão, ter mais dois suplentes. No meu ponto de vista, acho que não teria que ter em todas as comissões. Eu acho que vai criar mais problemas. **PRESIDENTE:** Deixa eu passar para a Secretaria Executiva, já que o Conselheiro Lucas gostaria de ouvir a Secretaria Executiva sobre o *quórum* das comissões. **DANIEL - CEAS:** Pessoal, estou olhando aqui o regimento e só

tem *quórum* na plenária. Nas comissões eu acho que fica uma questão em aberto, na minha opinião. Pediria a opinião da Rosa, do pessoal que está a mais tempo, mas na minha leitura taxativa da regulamentação, é só plenária. É bem taxativo. Em relação às comissões, acredito que o regimento não fala nada sobre isso. **IVONE, COGEMAS:** Só uma pergunta, Daniel. As comissões são paritárias? **PRESIDENTE:** Fala que está preferencialmente, eu acho. **IVONE, COGEMAS:** Mas, nós estamos montando-as paritárias? **MARIANA, SEDESE:** Isso que ia falar: sim, estamos fazendo elas sempre paritárias. **PRESIDENTE:** Na medida do possível. Por exemplo, temos duas suplências de Cmas e sociedade civil, então não temos nem paridade, vamos tentando organizar para manter a paridade dentro das comissões. Deixa eu passar a palavra para a Rosa. **ROSALICE, SEDESE:** Realmente, no Regimento Interno não fala sobre *quórum* para as comissões, mas seria interessante isso estar de experiência, que as comissões conseguissem ter pelo menos um *quórum* para realizar suas discussões porque estamos tendo comissão que está com número baixo de participação de conselheiros. Os técnicos mesmo relatam isso para nós, mas enquanto Regimento Interno não tem *quórum* para as comissões e também não há uma exigência de paridade entre as comissões. Porém, já há muito tempo a gente vem mantendo isso, sociedade civil e governo na mesma quantidade dentro das comissões na medida do possível, claro. É isso. No regimento não é exigido, mas seria... Igual o Sávio várias vezes fala dessa necessidade de se observar isso dentro das comissões também, exatamente por causa disso, porque têm comissões que têm muitas faltas dos conselheiros. **SÁVIO, CMAS BH:** É por isso mesmo que precisamos de mudar o Regimento Interno, porque na prática já estamos fazendo outra coisa, entendeu? É preciso oficializar a prática atual. É por isso que é preciso mudar. Não é que vamos esperar o regimento para depois mudar, é porque já está mudando de acordo com a necessidade e você tem que oficializar. Correto. **PRESIDENTE:** Isso mesmo, Sávio. O Lucas até colocou aqui, que se não está no regimento, não tem exigência. Justamente por isso que estamos discutindo, porque pactuamos na primeira reunião da comissão, mas apesar de que a gente pactuou, estamos vendo a necessidade de colocar na (áudio ruim) [01:56:31], então temos uma resolução que regulamenta esse GT e a proposta é justamente incluir nessa resolução a previsão do *quórum* de 50% + 1. Mariana está inscrita. **MARIANA, SEDESE:** Eu estou até com medo de piorar a confusão, porque o assunto é realmente complexo. O que eu pensei aqui foi o seguinte: essa questão do *quórum*, geralmente olhamos o *quórum* para iniciar a reunião e quando vai fazer a votação pega a planilha e olha. Mas, muitas vezes, vários conselheiros se ausentam da reunião, não participam das discussões e, também, não consideramos isso. Eu fico pensando assim: quando estamos discutindo participação qualificada, participação nas discussões, envolvem outras questões também, para além de apenas contabilizar um número de

pessoas presentes naquela tabelinha. Eu acho que é... Não tem opinião formada também para falar o que é certo ou o que é errado não. Eu acho que realmente é um assunto que precisa de muita reflexão, que está dentro do debate do Regimento Interno. É isso, porque não é simples. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. A Suzanne colocou aqui no *chat*, o artigo 25º, parágrafo 3º: “A composição das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho, será definida pela plenária, preferencialmente paritária, devendo haver um coordenador e um adjunto escolhidos entre seus membros.” Finalizando a discussão, acho que temos que colocar duas questões em votação. Em vez de colocar no *chat*, eu vou propor votação porque eu acho que vai ser mais rápido. Primeiro ponto, os conselheiros que concordam. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia. Vou retirar o suplente de novo. **PRESIDENTE:** Lucas. Lucas. Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Gente, debate é isso, controle social é isso. A gente vai (trecho incompreensível) [01:58:56]. **PRESIDENTE:** Não falei nada. Só falei seu nome. Aqui, a questão do *quórum*, os conselheiros que concordam com a instituição de *quórum* de 50% + 1, ou seja, de seis participantes, por favor, permaneçam como estão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Questão de ordem, Presidente. **MARIANA, SEDESE:** Não ficou claro para mim. É para acontecer a reunião ou é para acontecer deliberação? Fiquei com essa dúvida ainda. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. *Quórum* para realização da reunião é 50% + 1, ou seja, seis participantes dentro do GT. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Questão de ordem, Presidente. **PRESIDENTE:** Pois não, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** O Regimento Interno já prevê como deve ser composto a funcionalidade dos grupos de trabalho das comissões temáticas. É preciso fazer alteração no Regimento Interno para poder exigir o *quórum*. Resolução inferior ao Regimento Interno não pode fazer isso. **PRESIDENTE:** Eu vou pedir para exibir o Regimento Interno para a gente sanar a dúvida. **MARIANA, SEDESE:** Rosa, você é quem está digitando? Eu pediria só para acrescentar na frase de cima, para ficar claro quando todo mundo ler, entender o que estamos discutindo. **DANIEL - CEAS:** Eu coloquei aqui, Mariana, estava escrevendo. **MARIANA, SEDESE:** Ah, é você Daniel. **DANIEL - CEAS:** Eu só parei porque eu vou colocar o regimento, mas está aqui, votação da necessidade de *quórum* das comissões para a realização da reunião, 50% + 1. **MARIANA, SEDESE:** Ok, é porque eu li em cima. Obrigada. **DANIEL - CEAS:** Isso. Eu já estava escrevendo aqui, Conselheiro Lucas, questionamento do regimento, só que já vou colocar o regimento. **ROSALICE, SEDESE:** Daniel, se você preferir, eu posso exibir ele aqui. **DANIEL - CEAS:** Não faz diferença, não. Eu vou passar aqui mesmo, mas obrigado, Rosa. Só um minutinho. **PRESIDENTE:** Seria para localizar sobre o que o regimento fala sobre a instituição de GT. **ROSALICE, SEDESE:** Artigo 25º. **PRESIDENTE:** Mas eu falo em relação à instituição. Eu acho que tem um artigo que fala que as comissões...

**ROSALICE, SEDESE:** Das Comissões Temáticas. **PRESIDENTE:** Ele não fala em relação a isso. “Artigo 25º As Comissões Temáticas, de caráter permanente, e os Grupos de Trabalho, de caráter eventual, integram a estrutura do CEAS. Parágrafo 1º As Comissões Temáticas no grupo de trabalho analisarão antecipadamente os assuntos de sua competência para subsidiar as deliberações da plenária e as da Mesa Diretora.” Aí ele vai falando algumas coisas, que a composição vai ser definida na plenária, preferencialmente paritária e têm algumas coisas que não trazem alusão à questão em debate. Eu tenho um entendimento que as demais resoluções, para além do Regimento Interno, elas disciplinam, regulamentam o funcionamento. Se a gente pega a resolução, vamos ver que na resolução que institui o GT tem algumas coisas que não estão previstas no Regimento Interno, por exemplo. Tem uma coisa na minuta que a Secretaria Executiva fez, a gente tinha até tirado algumas coisas e colocou na plenária. Por exemplo, aqui no artigo 2º, da resolução do GT, parágrafo 2º, fala assim: “Para o alcance do consenso nas discussões, a coordenação poderá se valer de instrumento de votação respeitados os princípios democráticos.” Isso é uma coisa que não está dentro do regimento, mas que está dentro da resolução. Eu queria consultar a plenária para saber qual que é o entendimento dos conselheiros. Se os conselheiros entendem que na resolução do GT, que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho, responsável pela revisão do Regimento Interno. Se seria viável estabelecer o *quórum* mínimo ou se o entendimento é que estaria descumprindo o Regimento Interno, uma vez que não há previsão legal quanto a isso. A Conselheira Francielly está inscrita.

**FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Boa tarde, pessoal. Patrícia, eu acho que a discussão, realmente, está um p’ouco confusa porque em alguns momentos apareceu que a plenária tem poder de decisão, poder de avaliação sobre a constituição dos GTs. Depois o Lucas entrou e falou que o regimento não prevê *quórum*, enfim, gente, eu acho que essa aqui é uma discussão que a gente aperta e solta, na qual vamos consensuar. Desde o início estamos consensuando, ninguém é rígido na sua opinião eternamente. Eu tenho uma opinião e o outro fala outra coisa, aquilo me faz refletir e eu acabo achando que podemos encontrar uma terceira opinião. A gente não precisa ser rígido dessa forma aqui. Eu acho que se a plenária entende que o *quórum* é uma forma de qualificar as discussões, qual é o problema? Por que render tanto essa discussão? Por que caçar tanto artigo dentro do Regimento Interno? Por que impor tanto que no Regimento Interno não tem? Acho que precisamos saber consensuar. Eu não estou sentido que aqui está consensuando. Eu acho que a vontade está querendo prevalecer. Desde o início estamos consensuando. A gente entrou com uma proposta, vieram outras propostas. A gente foi discutindo e foi chegando a uma decisão que é melhor para o CEAS. Agora, se a plenária entende que o *quórum* é uma coisa legal, por que está rendendo tanto? Realmente não estou entendendo. Vocês me desculpem de está colocando para plenária, mas eu realmente não estou entendendo

para que lado está indo essa discussão. **PRESIDENTE:** Muito obrigada, conselheira. Acho muito pertinente o seu posicionamento. Sávio também concordou aqui com você no *chat*. Bom, 15h20, lembrando que estava previsto para as 15 horas a gente discutir uma pauta muito importante que é a Vacinação dos Trabalhadores do Suas. A próxima inscrição é da Conselheira Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Eu fui contemplada com a fala da Francielly. E só queria reforçar isso aí. O regimento prevê, sim, prevê que a plenária vai deliberar sobre isso. Eu acho que se há um consenso, então, como a Fran, acho que teria que consensuar aqui e chegar em uma decisão mais próxima. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu estou achando, Patrícia, que é o seguinte: nós já chegamos em uma proposta muito boa de consenso que foi a realização da reunião em julho e em setembro. Vamos ficar por aí? E quando vier um parecer de qualquer comissão, se houver necessidade, se alguém quiser, pergunta quantas pessoas tinham na discussão. Pronto. Só isso. Depois a gente deixa o resto para revisão do regimento. Não precisa de ficar matutando com isso agora, não. Eu acho que deixa do jeito que está e pronto. Fazer duas reuniões em julho e em setembro foi a melhor decisão que a gente tomou aqui. Eu também não estou entendendo. Estou de acordo com a Francielly, para que mais coisas sendo que o principal a gente já decidiu. E aí, quando achar conveniente, quando qualquer conselheiro quiser, pergunte quantas pessoas estavam nessa proposta que está aparecendo aqui para mesa decidir. Só isso. **PRESIDENTE:** Sávio, você não estava na reunião da Mesa Diretora ontem e eu estou trazendo essa proposta de inclusão da previsão do *quórum* na resolução que institui o GT de revisão de Regimento Interno, justamente porque na primeira reunião do GT, a gente pactuou para as reuniões serem realizadas com o *quórum* de seis conselheiros. Foi uma pactuação que não estava prevista na resolução. E ontem, na reunião da Mesa Diretora, a gente tomou conhecimento que dia 25 de maio foi realizada uma reunião do GT com três integrantes, mas os membros do GT que não participaram da reunião desconheciam uma vez que a súmula não foi enviada e não foi enviada nenhuma mensagem, nenhuma informação que essa reunião foi realizada dia 25 de maio. Para evitar esse tipo de situação que eu estou sugerindo colocar na resolução, já que ela vai ser alterada, a previsão do *quórum* de 50% + 1. **SÁVIO, CMAS BH:** Com certeza. O Lucas tem que abrir mão. Aí ele chega para você e fala assim: “Não, mas tem que seguir o regimento e o regimento atual está que o *quórum* não é esse.” Entendeu? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sávio, mas a minha palavra não é a final. **SÁVIO, CMAS BH:** Precisa ajustar isso, Lucas. A gente... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu sou apenas um conselheiro, Sávio. Nós somos 3seis conselheiros, alguns titulares, outros suplentes. É a minha opinião e eu não vou converter a minha opinião se eu entendo que ela está incorreta. Desculpa, mas é que eu estou fazendo a defesa da minha representação. E eu vou pedir respeito para os demais conselheiros porque eu fui um

conselheiro eleito, então eu tenho uma representação aqui. Se eu tenho uma opinião divergente, eu só quero mesmo é que ela seja respeitada. Nós vivemos dentro de um estado democrático de direito e nós estamos falando dentro de um conselho de controle social que deve respeitar os parâmetros democráticos. **SÁVIO, CMAS BH:** Lucas, ninguém está querendo o contrário, não, Lucas. **PRESIDENTE:** Conselheiros, vamos fazer a inscrição, por favor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não quer dizer que a minha opinião seja a correta. Eu tenho outros meios para questionar. Depois eu posso ir à Mesa Diretora e questionar junto com Mesa Diretora, o próprio regimento prevê isso, mas o que a plenária decidir é isso. Cada qual tem o seu direito a voto que é previsto pelo próprio regimento. **IVONE, COGEMAS:** Ajuda, Lucas. Nós estamos lendo o regimento e não achamos isso. **PRESIDENTE:** Questão de ordem, conselheiros. Vamos nos inscrever. Eu queria finalizar essa discussão. Eu apresentei uma proposta de inclusão de instituir o *quórum* de 50% + 1. O Conselheiro Lucas propõe que não seja instituído e a interpretação dele é que não tem revisão no Regimento Interno. O meu entendimento é de que, apesar de não estar previsto no Regimento Interno, a plenária é soberana, e que existem coisas em outras resoluções que não estão previstas no Regimento Interno que, de fato, não abarcam tudo. Dessa forma, estou entendendo que a plenária não está considerando que é ilegal prever *quórum* na resolução que institui o GT de revisão do Regimento Interno. Eu vou colocar em votação. Em regime de votação. Os conselheiros que concordam com a inclusão na resolução de instituição do GT de revisão do Regimento Interno, que concordam com a inclusão da previsão de *quórum* de 50% + 1, ou seja, de seis conselheiros, por favor, permaneçam como estão. Os conselheiros que discordam da previsão de instituição de *quórum*, por favor, se manifestem no *chat*. Vou dar um tempo para manifestação no *chat*. Por enquanto, apenas o Conselheiro Lucas se manifestou em discordância. Conselheiro Márcio Caldeira também se manifesta em discordância. Se algum conselheiro estiver com dificuldade de escrever no *chat*, mas quiser abrir o microfone para manifestar a discordância também pode abrir. **SÁVIO, CMAS BH:** Isso mesmo, tem que dar oportunidade para quem se manifesta no áudio, no vídeo. **PRESIDENTE:** Ok. Eu estou entendendo que a plenária deliberou a favor da inclusão de *quórum* de 50% + 1, seis conselheiros na resolução do GT de revisão do Regimento Interno. Para além disso, estou entendendo que estamos deliberando também, vou colocar em regime de votação. É melhor. Em regime de votação. Os conselheiros que concordam com a proposta apresentada pela Mariana, eu entendo que tenha tido um consenso que as reuniões sejam no mês de julho, mês de setembro e retornando quinzenal no mês de novembro, permaneçam como estão. Quem discorda ou se abstém, por favor, manifeste no *chat*, em relação à periodicidade das reuniões do GT. Confirmou o consenso em relação a esse ponto. Aprovado. Vou registrar aqui em ata a abstenção da Conselheira Silmônica em

relação a (áudio ruim) [02:14:17]. Antes de ir para o próximo ponto de pauta que é da Vacinação dos Trabalhadores do Suas. Apesar de que já atrasamos 28 minutos, eu proponho cinco minutos de intervalo para água, banheiro e lanche. Podemos retornar 15h33. Conselheiros, 15h33minutos. Vamos nos preparando para retornar da nossa pequena pausa. Na pauta da Vacinação dos Trabalhadores do Suas, vamos dar um retorno sobre a reunião da Mesa Diretora que foi realizada no dia 8 de junho. Não lembro quais foram os encaminhamentos, mas eu posso me esquecer de algum. Se eu esquecer de algum, eu peço para Secretaria Executiva me lembrar. Foi uma reunião que teve a participação da Frente Parlamentar em Defesa do Suas. Essa Frente foi representada pelo Presidente, o Deputado Estadual André Quintão, que participou da reunião. A Secretaria de Estado de Saúde, ela esteve representada pela Josiane Gusmão, Coordenadora Estadual de Imunização. O Cress esteve representado pela sua Presidente Júlia Restore. O CRP esteve representado pela sua Diretora Jéssica. O Cogemas esteve representado pela Presidente Ivone e pelo Vice-Presidente José Crus. O Conselho Estadual de Saúde esteve representado pelo Vice-Presidente Ederson. O Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas esteve representado pela Conselheira Luanda. Faltou alguma representação que eu não tenha citado, gente? Nós convidamos a CIB da Saúde também, mas não foi enviada representação. Não sei como é a divisão, organização da CIB da Saúde, não ficou claro se a Josiane Gusmão representou a CIB da Saúde. **MARIANA, SEDESE:** Eu acho que ela estava representando a Secretaria de Saúde porque a secretária foi convidada, o secretário não pode comparecer e ela compareceu. **PRESIDENTE:** Isso mesmo. Ela é Coordenadora Estadual de Imunização e compareceu como representante da Secretaria de Estado da Saúde. Entre os convidados só a CIB que não teve representação, CIB da Saúde. Enfim, foi feita uma discussão muito proveitosa, muito rica e tivemos diversos encaminhamentos. Eu não sei se já passo para os encaminhamentos ou se algum dos conselheiros que participaram, gostaria de trazer mais informações sobre as discussões realizadas. Acho que não, então vou trazer um pouco dos encaminhamentos. Dentro dos encaminhamentos: foi solicitado que a Sedese fizesse um levantamento do quantitativo de trabalhadores do Suas que têm no estado de Minas Gerais. E esse levantamento foi apresentado no dia 10 de junho, na reunião da CIB do Suas, aproximadamente 30 mil trabalhadores, sendo aproximadamente 15 mil da rede privada e 14 mil servidores públicos. Vamos trazer na nota, depois, os dados exatos. Além desse levantamento, foi pontuado também a possibilidade de realização de uma audiência pública da Frente Parlamentar, mas o deputado colocou que como não estão tendo reuniões presenciais, as audiências públicas estão limitadas, isso poderia demorar um certo tempo. Foi falado também sobre a realização de uma campanha nas redes sociais com as diversas entidades, mas isso ainda não foi formulado. A gente discutiu ontem na Mesa Diretora que talvez fosse necessário

fazer outra reunião para discutir um pouco mais sobre as estratégias de comunicação dessa campanha. Como encaminhamento também ficou do conselho do CEAS, junto do Conselho Estadual de Saúde e da CIB do Suas, fazer um ofício conjunto pautando a CIB da Saúde para levar essa pauta da Vacinação dos Trabalhadores do Suas para o âmbito da CIB da Saúde. O Conselho Estadual de Saúde e o CEAS promoverem uma reunião conjunta convidando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, a sra. Elizabeth Jucá e o Secretário de Estado de Saúde, o sr. Fábio, para uma reunião para discutir essa pauta. Gente, eu estou tentando lembrar tudo de memória aqui, está difícil. Outro encaminhamento foi a elaboração de uma nota conjunta a ser assinada por todas as instituições que participaram. Essa nota foi minutada pela Secretaria Executiva e enviada para todas as instituições que contribuíram. Ficou uma nota muito boa e vamos ler daqui a pouco para aprovação da plenária. Outro encaminhamento foi de ter uma articulação com o Ministério Público do Trabalho, e o José Crus entrou em contato com uma promotora que orientou que o formato interessante seria tentar uma mediação junto ao Ministério Público do Trabalho, na área do meio ambiente. E o Fórum Estadual de Trabalhadores do Suas, por representar todos os trabalhadores do Suas, poderia fazer essa mediação. Foi pensado no Creas, mas tem que colocar na mediação o quantitativo de trabalhadores. Se fosse o Creas, por exemplo, ia colocar só o quantitativo de trabalhadores assistentes sociais. Se fosse o CRP, somente os psicólogos. E aí teve uma consulta junto à advogada do PSINDMG - Sindicato dos Psicólogos e Psicólogas de Minas Gerais, e que foi dado esse entendimento que seria viável que o Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas fizesse essa solicitação de mediação. Luanda, me ajuda lembrar de mais algum participante. Algum encaminhamento que eu esqueci ou algum ponto de discussão importante da gente trazer aqui? **LUANDA, CRP/MG:** Acho que foi isso, Patrícia. Só complementar que foi uma oportunidade boa de conversarmos entre vários atores da Política de Assistência e com a pasta da saúde. A representante da saúde colocou a questão da amarração com o Plano Nacional de Imunização. Nesse momento ela não via a possibilidade de abertura de nenhuma brecha. A gente colocou essa questão e o Conselho Estadual de Saúde colocou, também, muito bem essa questão de que está sendo problematizado essa questão do Plano Estadual de Imunização e tudo mais. Eu também não estou muito bem da memória, não, mas é isso aí. Eu ia falar mais um outro ponto importante, mas, depois, se eu me lembrar, peço a palavra. **IVONE, COGEMAS:** Se lembrar, eu só queria, aí você volta. Patrícia, você lembrou da audiência pública que foi pedida para o André? **PRESIDENTE:** Lembrei. Eu falei no início que pode ser um pouco demorada em função do fluxo lá na Assembleia. **LUANDA, CRP/MG:** Eu lembrei da lei. **IVONE, COGEMAS:** Eu lembrei que... **PRESIDENTE:** O que eu esqueci da lei que ele falou da autoria dele... **LUANDA, CRP/MG:** Era isso que eu ia falar. A gente tem a questão que o Deputado André Quintão colocou que



em dezembro do ano passado foi aprovada uma lei de âmbito estadual que regulamenta a vacinação no estado e que o estado não incorreria em nenhuma ilegalidade já que está amparada por essa lei, no caso de incluir a vacinação dos profissionais do Suas no plano de imunização. A gente foi lembrando também da experiência de outros estados, de alguns municípios do nosso próprio estado. Deu para formular um entendimento. Deu para perceber que está todo mundo alinhado com a ideia da importância dessa priorização. Eu acho que foi um passo muito importante que o CEAS deu chamando essa reunião e que para as próximas lembramos dos outros atores que não haviam sido convidados para a reunião oficialmente, então para ir pensando junto a questão da mobilização lá também.

**IVONE, COGEMAS:** Patrícia, só para reforçar, está tendo um debate muito forte nos grupos de *WhatsApp*, dos gestores municipais de assistência social, sobre essa situação da morosidade da vacinação dos trabalhadores do Suas. Eu acho que é um dado muito importante. Depois, não sei, averiguar porque pelo que falaram nos grupos, tem alguma regional que autorizou o município a vacinar os trabalhadores, se realmente existe isso. Pela orientação da coordenadora estadual, eles estão seguindo o plano nacional, mas eu não sei. Deveria averiguar se realmente teve alguma regional de saúde que autorizou os municípios a vacinar os trabalhadores do Suas. Isso ainda não é uma pauta na CIB Saúde, não teve essa definição. Fica muito difícil, quer dizer, uma regional autoriza, a outra não autoriza e fica essa dificuldade. Eu não sei se tem viés legal. Deveria verificar se tem. Isso está criando muita dificuldade nos grupos. **PRESIDENTE:** Ok, Ivone. Eu também tive essa notícia informal que está circulando em relação aos distritos de saúde. Eu não sei se é de Ubá. Estou até olhando aqui porque eu recebi umas mensagens também em relação a isso. **LUANDA, CRP/MG:** Só para entender, da regional de saúde que autorizou?

**PRESIDENTE:** Foi falado. Isso são notícias informais, está bem, gente? A gente só está fazendo comentários aqui. A dona Ivone recebeu essa informação. Eu também recebi, por coincidência, uma informação de que a regional de saúde de Manhumirim e de Ubá teriam autorizado essa vacinação, que teria sido um acordo com as gestões locais, alguma coisa nesse sentido. Isso, regional de Ubá e de Manhumirim e que alguns municípios vacinaram, recebi essa mensagem em tempo real aqui, enfim. É importante tentarmos tomar conhecimento de forma mais oficial em relação a isso. O Conselheiro Lucas, ele pediu para fazer uma pergunta, à vontade conselheiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**

**CURVELO/SSV:** Patrícia, obrigado. É só sobre aquele ponto da conferência. Eu lembro que o Daniel projetou sobre os encontros das regionais para serem nomeados os conselheiros que poderão participar. Acho que não chegou a preencher ou preencheu e eu não percebi. É das regionais, (trecho incompreensível) [02:32:05] motivacional, não é?

**PRESIDENTE:** É dos encontros. A definição foi que na comissão organizadora da conferência ele iria fazer a definição dos nomes para não tomar muito tempo da reunião

porque, às vezes, a gente fica muito tempo em algumas pautas e passa do horário previsto.

**LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Beleza, obrigado. **PRESIDENTE:** Entre os encaminhamentos que fizemos o relato aqui, da reunião do dia 8 de junho, foi uma nota conjunta, então eu vou pedir para Secretaria Executiva exibir a nota e fazermos um revezamento na leitura. Acho que é até uma capacitação a leitura dessa nota, sabe? Bom, vários atores. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente? **PRESIDENTE:** Pois não, Márcio se inscreveu. **MÁRCIO, ASSPROM:** Só passar uma informação aos conselheiros. Eu represento o município de Belo Horizonte e, também, o Fórum de Entidades Socioassistenciais acompanha a mesa de gestão do trabalho, que é uma instância regulamentada aqui na Secretaria Municipal de Belo Horizonte. Uma das pautas dessa mesa foi justamente a vacinação dos trabalhadores do Suas no município. Nós elaboramos uma nota técnica justificando toda a necessidade e a dimensão dos trabalhadores do Suas e todas as proteções. E essa nota foi disparada para várias instâncias do município. E no dia 16 nós tivemos uma audiência pública na câmara municipal, na Comissão de Saneamento e Saúde da Câmara para justamente fazer esse movimento de inclusão dos trabalhadores do município no plano de imunização. No município também está sendo feito um levantamento, um cadastramento dos trabalhadores do Suas, justamente com foco em buscar esse avanço no processo de vacinação para todos os trabalhadores do Suas. Acho que é mobilização, atuação do conselho, temos que trabalhar realmente nessa perspectiva para fortalecer essa demanda que temos tratado ao longo desses últimos meses. Só para dar esse informe para todos. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Márcio. Bem lembrado. A Luanda até colocou aqui no *chat* que essa nota ficou muito boa e que está servindo de referência para o Brasil todo. E nessa reunião que citamos, o José Crus até trouxe essa nota também e enviou para servir como base, a gente usou muitos considerandos também dessa nota. Vou ler os considerandos e depois passo para o Daniel dar sequência na leitura. “NOTA PÚBLICA CONJUNTA. INCLUSÃO DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, ENQUANTO PÚBLICO PRIORITÁRIO PARA VACINAÇÃO CONTRA COVID-19.” Não vou ler os números, não, para ser mais rápido, está bem, gente. Vocês vão acompanhando aqui. “Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social que institui o Suas; considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde, que reconhece como profissionais de saúde de nível superior, assistentes sociais e psicólogos; considerando a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social, que caracteriza o assistente social como profissional da saúde; considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova a norma operacional básica dos recursos humanos do Suas; considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas e reconhece as categorias profissionais de nível

superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Suas; considerando a Resolução CNAS, que ratifica as categorias de nível médio e fundamental no âmbito do Suas; considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde, que declarou o surto do novo Coronavírus como Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional; considerando a Lei que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019; considerando a Deliberação nº 130 do Comitê Extraordinário do covid-19, que institui o protocolo Onda Roxa em Biossegurança Sanitário - Epidemiológico; considerando o Decreto (numeração especial), que trata a situação de Emergência em Saúde Pública em razão do surto de doença respiratória do Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento; considerando o decreto que regulamenta a Lei nº 13.979, que considera no artigo 3º, a assistência social e o atendimento à população em estado de vulnerabilidade como atividades essenciais, definindo no parágrafo 1º, que são serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade assim consideradas aquelas que, se não atendidas, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população; considerando a portaria do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus; considerando a portaria do Ministério da Cidadania, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus no âmbito do Suas; considerando a portaria que aprova as recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Suas e dos estados, municípios e do Distrito Federal, com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da assistência como medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do Suas; considerando a Lei Estadual que dispõe sobre a adoção de medidas para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19; considerando a portaria do Ministério da Cidadania que aprova as recomendações para funcionamento da rede socioassistencial da proteção social básica e de proteção social especial de média complexidade do Suas, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diversos cenários epidemiológicos da pandemia; considerando o plano nacional de operacionalização da vacinação contra covid-19, que destaca que a intenção de oferta da vacina da covid-19 a toda população brasileira para a qual o imunobiológico esteja aprovado de maneira escalonada considerando prioritariamente a proteção dos grupos vulneráveis e a manutenção dos serviços essenciais; considerando o plano de contingência para vacinação contra covid-19; considerando a Resolução CEAS, que dispõe sobre a recomendação ao Governo do

Estado e ao Ministério da Saúde quanto a inclusão em caráter de urgência dos trabalhadores da assistência social no plano estadual e nacional da vacinação contra covid-19; considerando a essencialidade dos serviços estabelecidos no âmbito do Suas e a necessidade de garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores do Suas, profissionais envolvidos no atendimento à população em situação de vulnerabilidade.” **PRESIDENTE:** Vou pedir ao Daniel para dar sequência na leitura. **DANIEL - CEAS:** Pode deixar, Patrícia. Vou passar aqui, eu vou lendo, e se vocês tiverem alguma consideração, por favor, falem pelo áudio porque eu estarei lendo. Eu coloquei no 150% e espero que todos estejam conseguindo ler. Vamos lá. “A assistência social é um direito social instituído pela Constituição de 1988 e possui caráter universal. A partir de 1993, a publicação da LOA, a assistência social é reiterada como política de Seguridade Social, formando o tripé da Seguridade Social. A LOA assegura a assistência social como um direito do cidadão e dever do estado, que deve prover os mínimos sociais necessários às famílias e indivíduos por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas promovendo acesso a serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social. Nesse sentido, o Suas organiza a oferta de assistência social no Brasil a partir da promoção e proteção social às famílias e indivíduos. A pandemia agravou a crise sanitária e a desigualdade social no Brasil, o que afeta diretamente as famílias e indivíduos mais pobres e que vivenciam vulnerabilidades sociais, pessoais e violação de direitos públicos prioritários do Suas e que exige dos trabalhadores uma atuação proativa, protetiva e preventiva para intervir socialmente nesses agravos. Diante do atual cenário, em 8 de junho de 2021, o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, promoveu reunião com o Conselho Estadual de Saúde, Secretaria de Estado de Saúde, Frente Parlamentar em Defesa do Suas, Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas, Conselho Regional de Serviço Social, Conselho Regional de Psicologia, Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, dentre outros órgãos e instituições que atuam e integram várias instâncias do Suas (defesa, pactuação, negociação, deliberação) para discutir sobre a inclusão dos trabalhadores do Suas como grupo prioritário no processo de vacinação do estado de Minas Gerais, tendo em vista a essencialidade das provisões públicas da assistência social. As instituições signatárias dessa nota se posicionam em defesa da vacinação de todos os brasileiros pelo Sistema Único de Saúde - SUS, porém, diante da escassez de vacinas, essa defesa perpassa pelo reconhecimento da necessidade de priorização daqueles que trabalham nos serviços públicos essenciais e que se expõem mais ao risco de adoecimento e se tornarem vetores de transmissão do novo Coronavírus. Nesse sentido, a Deliberação nº 130, de 3 de março de 2021, o Comitê Extraordinário da covid-19, que instituiu o protocolo Onda Roxa,

em Biossegurança Sanitário-Epidemiológico - Onda Roxa – com a finalidade de manter a integridade do Sistema Estadual de Saúde e a interação das redes locais e regionais de assistência à saúde pública em razão da pandemia de covid-19, que estabelece: Parágrafo 3º - A restrição de horário prevista no inciso I, do *caput*, não se aplica às atividades e aos serviços. I – de saúde, segurança e **assistência social**. Insta nos demonstrar que a supracitada norma coloca em pé de igualdade os serviços de saúde, segurança e assistência social indicando a perspectiva governamental da essencialidade das respectivas áreas. Em meio ao enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus, a atuação da assistência social é essencial considerando toda a história da política e de sua experiência frente a desastres, emergências e calamidade pública, efetivando uma intervenção primordial para mitigação dos impactos e garantias de direitos. 1 – Caracterização dos serviços ofertados no âmbito do Suas. O trabalho social neste campo de proteção social demanda a interação entre os profissionais e usuários, estabelecendo vínculos de confiança e permitindo a consecução dos objetivos almejados dos serviços. Não apenas a essencialidade do contato, se faz necessário em função da própria natureza do trabalho social, que se baseia na confiança da escuta e da acolhida, mas também cabe mencionar que muitos daqueles que requerem proteção social não possuem os meios tecnológicos e financeiros necessários para utilizar dos serviços públicos disponíveis por meio de telecomunicação ou via *Internet/remoto*. Com o objetivo de melhor caracterizar as ofertas realizadas no âmbito da Política de Assistência Social, essa sessão traz informações sobre os equipamentos do Suas, bem como sobre os serviços prestados por esses equipamentos. Ademais, serão apresentados dados que demonstram o volume dos atendimentos e acompanhamentos realizados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Para assegurar as proteções afiançadas pelo Sistema, a Política de Assistência Social está organizada em níveis de proteção. I – Proteção Social Básica. São os conjuntos de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visam prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. II – Proteção Social Especial. Conjunto de serviços, programas e projetos, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários na defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. O quadro abaixo demonstra a relação entre as proteções, os equipamentos e os serviços ofertados. Figura 1 – Serviços ofertados por cada equipamento de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, no Sistema Único de Assistência Social.” Aqui tem demonstrada a figura. Demonstrando os níveis de proteção, os equipamentos, os serviços ofertados. Se tiver pequeno o *link*, a gente já encaminhou o *link*, vocês podem acompanhar por aí também. Já vejo que têm

algumas pessoas acompanhando aqui. Aqui tem a fonte. E aí vem passando pelos equipamentos. “O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica no Suas, nos territórios. Conforme a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais de 2009, o Cras oferta especialmente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. O Cras caracteriza-se por estar presente nos territórios, nas áreas de maior vulnerabilidade e atuar na promoção e garantia de direitos da população, consistindo na principal porta de entrada do Suas. Em Minas Gerais, 852 municípios possuem ao menos um Cras, que totalizam 1.195 unidades em todo o estado. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF é voltado para a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços essenciais públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, dentre outras). Consiste no trabalho social com famílias de caráter continuado com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e um fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Em relação à execução desse serviço em 2020, a figura 2 demonstra que não houve interrupção de sua oferta. Sendo que em todos os meses do ano o volume de famílias em acompanhamento manteve-se próximo da média anual. Destaca-se o mês de junho de 2020, no qual mais de 240 mil famílias eram acompanhadas pelo PAIF. Apenas em 2020, 98.852 novas famílias ingressaram no serviço. Tem essa figura 2. Total de famílias acompanhadas pelo Cras localizadas em Minas Gerais, em 2020. A linha azul, está escrito aqui: total de famílias em acompanhamento pelo PAIF/mês. E a linha amarela tem a média de famílias acompanhadas em 2020. Ainda no âmbito desse serviço, percebe-se um aumento no número de atendimentos individuais realizados, que passaram de 252.585 em março de 2020, para 409.911 no mês subsequente, acréscimo de mais de 60%. A demanda expressiva no mês de abril de 2020, coincide com o início do pagamento do auxílio emergencial, criado pela Lei Federal nº 13.982, de 2 de abril de 2020, o que sugere que as estratégias criadas para enfrentamento da pandemia geraram impacto direto no trabalho executado pelos Cras. Ademais, nota-se um aumento das visitas domiciliares realizadas nos meses subsequentes ao primeiro trimestre de 2020. Acerca das visitas domiciliares, a Portaria do Ministério da Cidadania nº 100 de 2020, dispõe que: quanto a reorganização do atendimento. C) No caso de usuários que integrem os grupos de risco à infecção do novo Coronavírus, adotar estratégias e horários diferenciados para situações

em que o atendimento presencial for indispensável, como os primeiros da manhã, dias ou períodos específicos para estes casos, considerar a possibilidade de realização de visitas domiciliares, se esta for a melhor alternativa para a proteção do usuário. Quanto às visitas domiciliares, recomenda-se que as visitas domiciliares sejam realizadas em situações extremamente necessárias, nos casos em que for avaliado como imprescindível para atender a demanda do usuário e representar a alternativa mais benéfica para a proteção. Quanto às orientações expedidas pelo Ministério da Cidadania, acerca das visitas domiciliares, quanto aos dados da figura 3, demonstram que esse tipo de atendimento foi demandado durante a pandemia. Em 2020, os Cras de Minas Gerais realizaram 3.860.285 atendimentos individuais e 489.783 visitas domiciliares.” Tem a figura 3, que está demonstrando o total de atendimentos e visitas domiciliares realizadas pelo Cras, localizados em Minas Gerais, em 2020. A linha azul, que é a linha aqui de cima são os atendimentos individualizados realizados. E a linha amarela, a de baixo, são as visitas domiciliares realizadas por mês. “Ressalta-se, ainda, que as visitas domiciliares se relacionam diretamente com a oferta do Serviço de Proteção Social Básico no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. O serviço tem como finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais prevenindo situações de risco, a exclusão e ou isolamento. A assistência social vivencia ainda um momento de aumento da demanda na busca por benefícios e em maior escala os de transferência de renda gerada pelo período de pandemia e agravamento da crise econômica. E, neste sentido, as ações de gestão e operacional do Cadastro Único experienciam a ampliação dos atendimentos às famílias em situação de extrema pobreza nos municípios, como é possível observar a figura 4, que contém os dados do número crescente de famílias extremamente pobres no CadÚnico. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características do domicílio, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Famílias inseridas no CadÚnico em situação de extrema pobreza (renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 89,00), em Minas Gerais.” A gente vê que aumenta. Tem um gráfico aqui falando que realmente aumentou essa questão mesmo. “O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por sua vez, é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a

fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária, possui caráter preventivo e proativo pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento das capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. O SCFV tem como objetivos prioritários: complementar o trabalho social com a família; prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial das pessoas com deficiências, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; promover acesso a serviços setoriais, em especial das Políticas de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer, existentes nos territórios, contribuindo para usufruto dos usuários aos demais direitos; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã; possibilitar acessos às experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências. O serviço deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. O público prioritário do SCFV são crianças, adolescentes e idosos: em situação de isolamento; em situação de trabalho infantil; convivência de violência e/ou negligência fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; em situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do ECA; em situação de rua; em situação de vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. Por ser um serviço eminentemente coletivo, a oferta do SCFV foi extremamente comprometida pela pandemia do Coronavírus, de acordo com as orientações para a flexibilização e suspensão temporária de atividades coletivas expedidas pela Portaria do Ministério da Cidadania nº 334, de 24 de março de 2020, destacando a necessidade de retomada de atendimento a esse público, desde que em condições seguras para os trabalhadores e usuários. Figura 5 mostra o total de usuários inseridos no SCFV, realizado pelos Cras de Minas Gerais. Localizados em Minas Gerais, em 2020. A linha azul que é a primeira linha da legenda: crianças de até 6 anos. A linha laranja que é a de cima: crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, a superior. A linha cinza que está acima da azul: são jovens de 15 a 17 anos. E a linha amarela que está entre a laranja e a cinza: são pessoas idosas. Além dos serviços socioassistenciais, a Política de Assistência Social prevê a oferta de benefícios eventuais que são provisões suplementares e provisórias concedidas às famílias



em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporárias e de calamidade pública. A concessão e o valor dos benefícios são definidos e efetivados pelos estados, municípios e Distrito Federal. No ano de 2020, nota-se um aumento expressivo na oferta de benefícios eventuais. A oferta desses benefícios em situação de calamidade e emergência foi orientada pela Portaria do Ministério da Cidadania nº 58, de 15 de abril de 2020. Benefícios eventuais nessa situação de calamidade e emergência, orientações gerais: seguem elementos importantes a se considerar na oferta de benefícios eventuais em situações de calamidade e emergências: I – O benefício deve ser concedido na forma de pecúnia e/ou bens de consumo, em caráter provisório. II – Seu valor deve ser fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento, de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos atingidos e/ou afetados. III – Oferta de benefícios eventuais em bens, na situação de calamidade em decorrência da pandemia da covid-19, deve estar em conformidade com as necessidades e demandas dos requerentes e com a realidade local, podem ser bens normalmente concedidos em situação de vulnerabilidade temporária com um alinhamento assegurando-se a qualidade do bem ofertado. Em termos de garantia de proteção social, é mais importante considerar a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas pessoas, as ameaças e os riscos que se impõem do que a oferta de um ou de outro bem específico. A situação de calamidade ocasionada pela pandemia da covid-19 poderá fazer com que as famílias e indivíduos atendidos precisem de um tempo maior que o previsto na norma sobre o prazo de duração da oferta do benefício para enfrentarem a vulnerabilidade vivenciada. A figura 6, demonstra o aumento da demanda de benefícios dessa natureza, concedidos/entregues pelos Cras, que totalizam 845.848 em 2020. A linha azul aumentando, passando de 41.685 no primeiro tópico para 70.275 no último mês. No primeiro mês passa de 41.685 para o último mês de 70.275. Os Serviços de Proteção Social Especial são estruturados conforme o nível de complexidade. A Proteção Social Especial de Média Complexidade tem como objetivo atender, por meio de serviços, programas e projetos, indivíduos e famílias que sofreram ou que sofrem algum tipo de violação dos seus direitos, tais quais: violência física e/ou psicológica; negligência; violência sexual; adolescentes em cumprimento de medidas educativas ou sob medidas de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual, etc. Para oferta de Serviços Especializados da Proteção Social Especial de Média Complexidade tem-se, na Tipificação de Serviços Socioassistenciais, as determinadas unidades: os Creas, os Centros Pop e os Centro Dia. Os Creas são unidades públicas de Política de Assistência Social onde são atendidas as famílias e pessoas em situação de risco social ou, como anteriormente mencionado, tiveram seus direitos violados. Tais equipamentos devem obrigatoriamente ofertar o PAEFI, podendo ofertar os serviços como serviços de atendimento de medidas socioeducativas em meio aberto e

ofertar informações, orientações jurídicas, estimular a mobilização comunitária, etc. Em Minas Gerais há 256 unidades de Creas municipais, localizadas nos 238 municípios, além de 4 Creas Regionais e 1 Creas Regional em reordenamento. Os Centros Pop são voltados para o atendimento especializado à população em situação de rua, realizando atendimentos individuais e coletivos, bem como oficinas e atividades de convívio e socialização. Ainda, ofertam apoio para o referido público possibilitando acesso a espaços de higiene pessoal, alimentação, auxiliando na provisão de documentação, etc. Em Minas Gerais há 28 unidades de Centro Pop localizadas em 26 municípios. Os Centro Dia, por sua vez, são unidades destinadas ao atendimento especializado às pessoas idosas e às pessoas com deficiência que têm algum grau de dependência de cuidados. A equipe da unidade, então, compartilha com os cuidadores das famílias e os cuidados necessários para facilitar a inclusão e participação social do referido público. Há 390 Centros Dia em Minas Gerais. No que tange aos serviços o PAEFI, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e o Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS. O PAEFI fornece apoio e acompanhamento das famílias com um ou mais de seus integrantes em situação de ameaça ou violação de direitos, fornecendo orientações direcionadas à promoção de direitos e ao fortalecimento da função protetiva das famílias. Assim como no PAEFI, nota-se também aumento no número de casos, (famílias e indivíduos vitimados) acompanhados pelo PAEFI em 2020. De acordo com a figura 7, mais de 30 mil pessoas vitimadas ingressaram nesse serviço durante o período. figura 7 – Total de Casos Acompanhados pelo PAEFI ofertado pelos Creas localizados em Minas Gerais em 2020. A linha azul são os casos em acompanhamento pelo PAEFI, de janeiro até dezembro de 2020. Já o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade tem por finalidade prover a atenção socioassistencial e o acompanhamento necessário aos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, auxiliando no resgate à autoestima e na resignificação de trajetória. O SEAS, por sua vez, realiza abordagem buscativa a fim de identificar formas de violação de direitos, buscando promover as necessidades imediatas dos usuários e promover a inserção deste público na rede de serviços socioassistenciais. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem por objetivo, por meio dos serviços de acolhimento tipificados, garantir a proteção integral, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido, para as famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do seu núcleo familiar e/ou comunitário. Serviço de acolhimento é ofertado em modalidades diferenciadas de forma a atender as especificidades de cada público conforme estabelece a tipificação nacional de serviços socioassistenciais: crianças e adolescentes, jovens entre

18 e 21 anos, adultos e famílias, jovens e adultos com deficiência, pessoas idosas, mulheres em situação de violência e famílias ou indivíduos desabrigados/desalojados. Figura 8, Modalidades de acolhimento, de acordo com o público atendido. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada visando o desenvolvimento das relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender os requisitos previstos nas normativas existentes e às necessidades dos usuários oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Serviços de acolhimento devem garantir aos indivíduos e famílias acolhidas as seguranças socioassistenciais afiançadas: segurança de acolhida que está relacionada ao acolhimento em condições de dignidade com padrões de qualidade quanto à higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto, dentre outros; segurança de convívio ou vivência familiar, comunitário e social, que consiste em assegurar o acesso ao convívio familiar comunitário e/ou social e acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos e Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social, que diz respeito ao acesso às atividades segundo suas necessidades, interesses e possibilidades, ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades, dentre outros.” **PRESIDENTE:** Quer que outra pessoa continue a leitura? **DANIEL - CEAS:** Não precisa, não. A não ser que vocês queiram. **PRESIDENTE:** Já que você bebeu água, então pode ir. **DANIEL - CEAS:** Vocês sabem, eu costumo falar nos apoios que eu dava na assistência, que o monótono, ele vem de monótono, de um tom só, por isso que eu perguntei, mas vamos embora então. “De acordo com os dados do Censo Suas de 2019, mais de 20 mil pessoas estavam acolhidas nas unidades localizadas em Minas Gerais, em 979 unidades. De acordo com os dados mais recentes, o número de unidades de acolhimento cresceu para 1.164 unidades. Figura 9 – Total de Vagas em Unidades de Acolhimento em Minas Gerais, de acordo com o público em 2019. Tem-se o número de público por unidade. A capacidade máxima de atendimento, o número de vagas na segunda coluna e, na terceira coluna, as pessoas acolhidas, as vagas ocupadas. 2 – Trabalhadores que compõem as equipes de referência dos serviços socioassistenciais. CadSuas, instituído pela Portaria nº 430, de 3 de dezembro de 2008, no qual são registradas todas as informações cadastrais de prefeituras, unidades gestoras, fundos, conselhos municipais, redes socioassistenciais e trabalhadores do Suas, em 2 de junho de 2021, aponta a existência de (30.084) trabalhadores do Suas cadastrados em Minas Gerais, entre trabalhadores da rede pública (14.975) e trabalhadores da rede complementar (15.109). Observa-se que neste dado não foi

contabilizado os números de trabalhadores do Suas já vacinados em função de estarem incluídos em outros grupos prioritários de vacinação, como por exemplo, aqueles que atuam em unidades de acolhimento para pessoas idosas ou para pessoas com deficiência (que totalizam 917 e 10.363 respectivamente). O consolidado de trabalhadores, de acordo com a natureza de cada equipamento, está descrito na figura 10, o total por município de Minas Gerais pode ser consultado no Anexo 1. Figura 10 – Total de Trabalhadores da Rede Socioassistencial do Suas em Minas Gerais, 02 de junho de 2021. A 1ª coluna tem o nome do equipamento. Na 2ª, o total de unidades governamentais. Na 3ª, total de unidades não governamentais. A 4ª, total de unidades. A 5ª, total de trabalhadores em unidades governamentais. A 6ª, total de trabalhadores em unidades não governamentais e a 7ª, total de trabalhadores. A estimativa do perfil etário dos profissionais que atuam nesses equipamentos, de acordo com o Censo Suas de 2019, demonstra que quase a totalidade de trabalhadores possuem idade inferior a 60 anos, sendo numerosa aqueles nas faixas etárias entre 30 a 40 anos e de 41 a 50 anos. Essa estimativa sugere que, considerando os públicos prioritários para vacinação relacionados à idade, há probabilidade que grande parte dos trabalhadores da assistência social ainda não tenha sido vacinada. Não foram consideradas as situações de comorbidades incluídas como prioridades no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid-19, por ausência de dados sobre a ocorrência dessas comorbidades nos trabalhadores. Figura 11 – Demonstra a Estimativa do Perfil Etário dos Trabalhadores do Suas em Minas Gerais, de acordo com o Censo Suas de 2019. Tem a primeira coluna, Equipamento e as idades. A primeira coluna é de 16 a 17 anos. A segunda coluna é de 18 a 29 anos. A terceira coluna é de 30 a 40 anos. Até chegar na última coluna em percentual de pessoas com menos de 60 anos. Vocês veem que a maioria aqui na figura. 3 - Conclusão. Os Dados e as Normativas Apresentadas demonstram não apenas a essencialidade dos serviços e benefícios ofertados no âmbito da assistência social, mas a necessidade de garantir a segurança dos usuários e trabalhadores para plena manutenção dessas ofertas. Ademais, há exemplos de estados brasileiros como Pernambuco, Paraná, Espírito Santo, dentre outros e municípios brasileiros, onde trabalhadores do Suas já estão sendo vacinados com a primeira dose da vacina contra a covid-19, sendo beneficiados os profissionais em exercício e que atuam nas unidades, serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e Cadastro Único. Destaca-se nesse processo a Lei Estadual nº 23.787, de 7 de janeiro de 2021, disponível no Anexo 2, que dispõe em seu artigo 2º. Para fins de vacinação de que trata essa lei, terão prioridade idosos, profissionais da saúde, quilombolas, indígenas, acautelados, **servidores públicos** que em razão de suas atividades tenham contato com o público, além de outros grupos de risco para a covid-19, definidos em regulamento. Entendemos, então, que do ponto de vista legal, não há impedimento para que o governo

do Estado de Minas Gerais promova a inclusão dos trabalhadores do Suas no grupo prioritário de vacinação contra à doença infecciosa, a covid-19. Diante do assim disposto, considerando a essencialidade dos serviços socioassistenciais e a necessidade de proteção dos que operacionalizam este direito constitucional e que estão na linha de frente, solicitamos a inclusão dos trabalhadores do Suas (de nível fundamental, médio e superior), mesmo que tardia, no grupo prioritário para a vacinação contra a covid-19, junto à Coordenação Estadual de Imunização, Comissão Intergestores Bipartite da Saúde e Conselho Estadual de Saúde.” Tem-se as instituições e os signatários, referências biográficas e os anexos. E aqui tem na íntegra a Lei nº 23.787, quem nem estava lá no corpo do texto. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. Deixa eu passar para Suzanne que queria comentar sobre a nota. **SUZANNE:** Só para explicar a lógica dessas contribuições que a Subas fez, porque é assim, não existe um formato, um modelo no qual a gente faz esse tipo de requerimento. Mas como é uma nota técnica, a nota técnica costuma ter três partes, uma parte de contextualização, introdução, que fala de onde surge a demanda, o que a nota técnica está analisando, uma parte de argumentação e, por fim, vem a conclusão, os indicativos de encaminhamento, qual que foi a conclusão tirada a partir da argumentação. A minuta de nota que recebemos estava muito bem desenvolvida na parte da contextualização e na parte da conclusão. Então, o que a gente fez foi trazer essa parte de argumentação e usamos duas coisas, primeiro, caracterizar o que são os serviços da assistência social porque vamos endereçar esse documento para outras áreas. No caso da saúde, por exemplo, a gente achou importante explicar o que é cada equipamento, o que é cada serviço, por isso acabou ficando extenso, porque achamos que deveria. Enfim, que seria importante explicar bem o que são esses serviços que a assistência social presta. E a outra estratégia que achamos que seria importante é apresentar dados. Como vocês viram no relatório de gestão, falamos disso também, mas a verdade é que sem a proteção da vacina a assistência social continua funcionando. É isso que a gente queria dizer. Teve serviço que foi impactado negativamente, como no caso, o serviço de convivência que já tem um ano que muitos municípios não conseguem executar. Então é importante criar condições de segurança para os trabalhadores e usuários para retomada desse serviço. Tem a questão dos benefícios eventuais que aumentaram muito, então foi isso assim, o que a gente quis contribuir foi mais nessa parte da argumentação com essas duas estratégias, mostrar o que são os serviços e mostrar os dados de como os serviços funcionaram em 2020 na pandemia. Era só isso que eu queria acrescentar. **PRESIDENTE:** Obrigada, Suzanne. Eu acho que a nota já estava muito boa assim e as contribuições que vocês colocaram, deixou a nota maravilhosa. Ficou grande, mas no início estávamos com uma nota pública conjunta, agora, eu acho que pode até mudar o título e colocar Nota Técnica. Achei que ficou muito boa assim. Considerando que o grande objetivo é que a CIB

da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde, façam a inclusão dos trabalhadores do Suas como público prioritário, então esses dados reforçam a necessidade de inclusão. Tem uma parte que me chamou atenção, por exemplo, serviço de convivência, serviço de convivência caiu muito o público. A partir dessa vacinação você pode começar outras estratégias, começar retornar as atividades presenciais, resguardados todas as medidas de segurança e mostrando também que a assistência não parou, que o PAEFI, que o Centro Pop, que esses serviços continuam funcionando. Eu achei que esses dados que vocês colocaram enriqueceram muito. Fiquei muito feliz. **SUZANNE:** A Patrícia que deu a ideia de procurarmos esse perfil etário. E a gente ia procurar só para: “Vamos ver o que vai dar.” E acabou sendo um argumento ótimo, que vocês puderam ver quem tem quase 98%, se pegar todos, tem menos de 60 anos. Tem, sim, realmente uma probabilidade grande desses profissionais não terem sido vacinados. A gente não tem dado de comorbidade. Foi uma ótima ideia que você deu e gerou um argumento ótimo para a nota também. **PRESIDENTE:** Obrigada. A questão é que os trabalhadores do Suas estão aí trabalhando e não estão sendo vacinados, salvo algumas exceções, alguns municípios mineiros e também agora tivemos a notícia recente de que o Mato Grosso também inseriu. A gente pode colocar Mato Grosso no exemplo também. Na reunião da Mesa Diretora com todas essas instituições, a gente discutiu a partir da fala da Ivone, da inclusão dos conselheiros tutelares e acabamos esquecendo de colocar. É importante adicionar também os conselheiros tutelares que não são trabalhadores do Suas, mas reconhecemos a importância. Uma contribuição também que tivemos lá no FET foi de colocar a inclusão do gênero. Depois, quando for fazer a revisão do português, da nota, a revisão final, acrescentar, por exemplo, o título: Inclusão das Trabalhadoras e Trabalhadores do Suas. Na assistência social isso é importante também. Tudo (trecho incompreensível) [03:19:01] na verdade. A gente tem a inscrição aqui da Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Eu ia falar sobre esse ponto, mas que bom que a Patrícia já retornou, mas parabenizar o direcionamento da nota que realmente conseguiu dar uma boa justificativa. Ficou grande, mas ficou bem explicativo. Só queria colocar para avaliação, porque quando colocamos os considerandos no início, a gente partiu da assistência, depois entrou da saúde e depois voltou na assistência de novo. Se não teria que fazer... Só questão de posição, entendeu? Iniciar com os considerandos da saúde, tal, tal e depois continuar com os considerandos da assistência. Não sei, ou se tem uma lógica na hora que a Suzanne organizou. Se teve alguma lógica, entendeu? Parece que foram trocados os considerandos. **PRESIDENTE:** A gente pegou os considerandos, a princípio, da nota de Belo Horizonte que Márcio citou. Depois eu acrescentei os considerandos da Resolução do Cmas de Nova Lima, da recomendação de vacinação. E foi colocado com a ordem cronológica, a lei mais antiga primeiro. O Daniel, da área de direito e têm várias pessoas aqui, Mariana, Lucas, em

relação a ordem de considerandos, segue a ordem cronológica ou como podemos pensar nessa ordem dos considerandos? **DANIEL - CEAS:** Patrícia, eu sou formado em direito, mas essa você me pegou. **PRESIDENTE:** (Trecho incompreensível) [03:20:59]. **DANIEL - CEAS:** Não sei é uma frase muito poderosa. **IVONE, COGEMAS:** Lucas? O Lucas é compêndio. **MARIANA, SEDESE:** Eu ia falar que eu também não lembro de ver uma regra falando como tem que ser. O que eu me lembro é de ver uma regra de uso de vir a norma maior para menor, então vir do governo federal, por exemplo, da lei federal para depois vir a estadual. Mas também não sei se é certo ou errado, não. **DANIEL - CEAS:** É. Eu pensei pela mesma lógica, pegar governo federal, estadual e municipal, na ordem, digamos: lei, decreto, resolução. Essa ordem que eu acho que faz sentido, mas tem que estudar mesmo porque é bem específico e é de caráter, inclusive de... **PRESIDENTE:** Técnica legislativa. **DANIEL - CEAS:** Técnica legislativa, exatamente. **PRESIDENTE:** Na época que eu dei uma estudada em técnica legislativa para fazer as resoluções, como sou secretária executiva de Nova Lima, acaba que a gente é que faz as resoluções, eu tinha visto uma orientação nesse sentido de ser cronológica. Mas eu acho que podem ser as duas opções, pode ser cronológica e pode ser pela hierarquia das leis, digamos assim. Temos resolução, por exemplo, resolução do Cfeas, resolução do Cnas, eu acho que fica até difícil você pegar hierarquia porque você vai ter federal, que o conselho federal, é federal obviamente. O Cnas é federal e a LOAS é uma lei. Acho que poderia ficar mais difícil para colocar dessa forma do que a ordem cronológica, por isso que acabei optando por cronológica. Mas eu acho que não dá prejuízo, de repente, o Daniel pode dar uma estudada nessa questão da técnica legislativa e colocar de acordo com o entendimento a partir do estudo, enfim. Eu comemorei aqui: "Nossa, que bacana que ele foi sincero." Porque a gente não tem que saber de tudo, não, e isso é difícil. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente, o importante é que o conteúdo da nota está excelente. Acho que a ordem dele por conteúdo é que o grande princípio do processo. Parabéns a todos que construíram aí. **PRESIDENTE:** Isso mesmo. Parabéns a todos que contribuíram. Fiquei muito feliz com o resultado e esperançosa de que esse conteúdo consiga convencer as pessoas que precisam ser convencidas ainda sobre a necessidade da inclusão dos trabalhadores do Suas como público prioritário. Parabéns mesmo e agora vou colocar em regime de votação. Os conselheiros que concordam com a nota. **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, desculpa. Eu estava querendo pensar aqui em um encaminhamento, a nota, agora, vai para CIB Saúde, para nossa secretária, a secretária da Sedese, o secretário de saúde, mas eu estou pensando na publicização, na divulgação, *site*, envio para o Cogemas compartilhar, Cmas compartilhar. A gente também compartilhando o posicionamento que eu acho importante nesse momento em que estamos vendo que os prefeitos estão tomando a decisão de públicos dentro dos planos municipais de vacinação. Mesmo tendo, talvez, uma deliberação do estado que

demore alguns dias ainda, o fato de um prefeito poder se sentir seguro e embasado na decisão dele, eu vejo que poderíamos contribuir – até a opinião da Ivone – mas pensando como gestor municipal. Eu também aqui como gestora. Têm muitos prefeitos querem tomar a decisão, mas estão inseguros e o fato de fazermos uma nota técnica colegiada vai auxiliar nisso. Contribuir nesse sentido, de tomar mais esse encaminhamento também. A partir do momento que ela estiver assinada por todos. A gente fechou, todo mundo (trecho incompreensível) [03:25:43] estando de acordo. **LUANDA, CRP/MG:** Eu estava inscrita também, Patrícia, só fazer uma palavra para parabenizar mesmo. Acho que ficou excelente. Ficou muito bom o trabalho, a nota. E dizer da importância dela, não só para agora, estamos construindo um entendimento, um posicionamento que sabemos que no ano que vem, talvez, vá precisar de vacina e no outro também. Se todo ano os trabalhadores do Suas ficarem à mercê de... Se não tiver um entendimento definido, vai ficar muito difícil, então estamos construindo algo também para o futuro, uma garantia de agora para frente. Está muito bom. Também fiquei muito feliz. A angústia que estamos sentindo do lado de cá também, ela vai sendo um pouco apaziguada com argumentos bem fundamentados, com essa construção coletiva. **PRESIDENTE:** Isso mesmo. Eu não tinha visto as inscrições, me desculpem. O próximo inscrito é o Márcio Caldeira. **MÁRCIO, ASSPROM:** Eu só queria sugerir a questão do encaminhamento dessa nota para o maior número de instituições possíveis, porque essa foi uma das estratégias que colocamos aqui em Belo Horizonte e que deu esse rebatimento, inclusive em uma audiência até rápida, na Câmara Municipal. Quanto mais a gente publicizar esse conteúdo, mais alcance levamos dessa mensagem que estamos construindo por meio da nota. Eu acho que se for elencar todas aqui, podemos deixar algum escapar, mas eu acho que é muito importante ampliar ao máximo o alcance dessa nota. **PRESIDENTE:** Com certeza. **LUANDA, CRP/MG:** Eu só queria também dar uma outra sugestão, desculpa, mas é porque falamos *en passant* e não consensuou de outras entidades que não foram convidadas para reunião, também poderem assinar a nota porque comungam e, também, representam os trabalhadores. Então, estou falando aqui do SINTBREF especificamente, mas, também, talvez pode ter outras entidades queiram e que possam também assinar. Fazer esse convite para poder incluir essas entidades. **PRESIDENTE:** Sim. Eu queria até sugerir, inclusive, tem um formato que o CEAS até já recebeu, porque aí coloca a nota em um *link* e dispara para as entidades e as entidades que quiserem assinar, elas se manifestam. Eu já vi vários formatos de nota que são feitos dessa forma. A Jéssica, que é diretora do CRP, ela sabe como que faz. Não sei se vocês conhecem. Acho que a Secretaria Executiva, o pessoal mais antigo, já deve ter visto de a gente receber. Às vezes, receber um *e-mail*, uma entidade emitiu uma nota e falava, abrir a possibilidade caso a gente quisesse assinar junto. Não sei como é o formato, mas eu já vi isso várias vezes. Não sei se eu estou



conseguindo explicar. Eu vou submeter o texto da nota à aprovação da plenária, para enviarmos para as instituições assinarem a nota. A Secretaria Executiva encaminha para Jucá, para o presidente do Conselho Estadual de Saúde, são as entidades que contribuíram, são as primeiras a assinar, acho que isso é via SEI. Os conselheiros que concordam, permaneçam como estão. Não havendo nenhuma manifestação contrária no *chat*. Aprovada a nota. Parabéns a todos os envolvidos. Tomara que tenha um resultado bem positivo no menor espaço de tempo possível. Naquela reunião foi falado de encaminhar para os senadores que representam Minas Gerais, porque agora teve uma aprovação na Câmara dos Deputados que voltou para o senado, em relação à vacinação, então isso subsidia também essa discussão que a nossa luta é pela inclusão no Plano Nacional de Vacinação, ainda mais que não sabemos se vai ser necessário vacinar todos os anos igual a Influenza. Precisamos dessa inclusão no Plano Nacional de Vacinação para sempre ficar respaldado e não ter que ficar sempre rediscutindo, lutando nos municípios. E a gente encaminha para AMM, o Cogemas também divulga. A gente também pede o apoio da Subas na divulgação e vamos dar ampla divulgação para essa nota, que eu acho que vai subsidiar muitos municípios, muitos prefeitos também a tomarem essa atitude. Lembrando que sabemos que não tem Plano Estadual de Vacinação no estado de Minas Gerais. Vários estados têm, aqui não temos ainda. Mas, há um entendimento de que os municípios também poderiam fazer essa inclusão, dada a autonomia dos entes. O próximo ponto de pauta são as Comissões Temáticas. Eu não pensei em uma ordem de comissões, não. Eu acho que comissão de normas estava com uma pauta importante em relação a (trecho incompreensível) [03:31:31] que está aí. Não sei se tem pauta para encaminhamento ou se são só informes. Como são 16h45, para tentarmos não ultrapassar muito o horário, eu vou lembrar os coordenadores do pedido de que tragam os pontos para deliberação, evitando apresentar os informes. Vou passar para normas primeiro, pode ser assim? **ROSALICE, SEDESE:** Daniel, você (trecho incompreensível) [03:32:00]. **DANIEL - CEAS:** Eu vou parar aqui. **ROSALICE, SEDESE:** Obrigada. **DANIEL - CEAS:** A Joana está presente. Está, não está, Joana? **JOANA, SEDESE:** Estou sim, Rosa. **ROSALICE, SEDESE:** Eu não estava te vendo grávida. **JOANA, SEDESE:** Ah? **ROSALICE, SEDESE:** Não estava te vendo. **JOANA, SEDESE:** É muita gente. Eu também, quando entro no celular eu só vejo três pessoas. Pode iniciar? **PRESIDENTE:** Sim, Joana, grávida, por isso comecei por você. **JOANA, SEDESE:** Isso é ótimo. A comissão de normas se reuniu ontem e todos os conselheiros estavam presentes. Isso é muito bom. Ficamos muito felizes de ter todos os conselheiros presentes. Ontem tivemos convidados para o nosso ponto 1, nossa pauta nº 1, que foi a Lei nº 23.795, de 15 de janeiro de 2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragem – PEAB. Nós fizemos um convite a dois servidores do Semad, teve a participação da Ana Carolina Melo e o Felipe Nahur, que são técnicos e, também, do

jurídico da Semad para levar alguns pontos que estávamos com dúvidas dessa lei, para trocar informações mesmo, conversar, entender um pouco. Os aspectos da discussão foram os seguintes: a lei não dispõe qual órgão competente para regular a Política Estadual dos Atingidos por Barragem. Na verdade, apesar de ela não ter especificado qual o órgão competente, a gente entende que são diversos órgãos dentro da estrutura do estado porque a matéria é diversificada também. E, conforme informação dos técnicos, a Semad ainda não foi chamada para regulamentação da lei. É porque, na verdade, ainda não teve regulamentação dessa lei. Não tem ainda uma construção concluída ou iniciada também de regulamentação da lei. Ela não está sendo aplicada, por enquanto, porque essa era uma das nossas dúvidas também, de qual legislação que iríamos aplicar e se a gente continuaria aplicando a 12.812, que é mencionada nessa lei nova também ou a lei nova, considerando também que ela abrange todas as barragens do estado e o CEAS analisa atualmente as barragens de recursos hídricos. A gente teria que verificar as competências junto com a condição operacional do CEAS e limitar, ver quais são realmente as competências do CEAS. Então nós precisamos aprofundar melhor essa discussão, estudar melhor quais são as competências mesmo, qual é a intenção mesmo (trecho incompreensível) [03:36:15] que foi posta ali. E, também, marcar a presença do CEAS na construção dessa regulamentação, mostrar que nós estamos presentes, nós estamos interessados em apoiar nessa regulamentação, até mesmo para colocar os nossos pontos de vista e o que entendemos que temos competência para fazer dentro dessa nova lei. Os encaminhamentos foram: com base nas informações da Semad, o processo de regulamentação ainda não foi iniciado e a comissão vai aprofundar o assunto dentro das competências do CEAS, que é exatamente isso que eu falei, que vamos aprofundar melhor, verificar as legislações de competência do CEAS e trabalhar junto nessa regulamentação. Na verdade, estamos nos adiantando, apesar de após uma lei ser necessária uma regulamentação quando se existem muitas lacunas na legislação, mas como ainda não foi iniciado, estamos nos adiantando para podermos levar o que o CEAS entende, o que o CEAS tem como competência para discussão de uma futura regulamentação. O ponto 2, foi um *e-mail* encaminhado com o Ofício nº 15/2021, de um técnico do município de Ibiracatu, solicitando orientações técnicas sobre benefícios eventuais no Suas e propôs uma unificação das orientações técnicas sobre benefícios eventuais, sob a ótica do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios, no âmbito do Suas, para que não tenha desencontros e falta da oferta do benefício. Em outras demandas iguais, nós decidimos por encaminhar à Sedese para ela fazer a nota técnica, dar essas orientações específicas sobre os benefícios eventuais. Inclusive, eles já fizeram orientações, cadernos, tem muito material bom que eles podem incluir para orientar esse município. O encaminhamento é esse. Nós só tivemos esses dois pontos de deliberação.

**PRESIDENTE:** Ok. Em discussão. Caso os conselheiros tenham alguma dúvida. Não tem nenhuma inscrição. Os encaminhamentos propostos pela comissão de normas estão entendidos pelos conselheiros? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia? **PRESIDENTE:** Sim, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só um informe rapidinho. Como foi mencionado, só para dar um retorno bem rápido. Como estou relator do processo, a gente ainda está em fase de apuração das denúncias. Já procedi junto com a Rosa pedidos de algumas diligências. E no mais, o mais rápido possível, estamos tentando agilizar o procedimento do jeito que está aí e, depois, quanto mais breve possível, a gente dá retorno para plenária. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro. Como não temos nenhuma inscrição no *chat*. Vou pedir para vocês colocarem os encaminhamentos aqui, que eu faço a leitura para colocar em votação. Nós temos um encaminhamento de: “Com base nas informações da Semad, o processo de regulamentação ainda não foi iniciado e a comissão vai aprofundar o assunto dentro das competências do CEAS.” Então, não (trecho incompreensível) [03:40:28] deliberação. O segundo ponto é a parte de encaminhamento: “Encaminhar para Sedese para orientações em relação a essa solicitação do município de Ibiracatu.” O encaminhamento é só o envio de um ofício para Sedese, não é? **JOANA, SEDESE:** Isso, Patrícia. É só encaminhar a demanda solicitando essas orientações técnicas. **PRESIDENTE:** Isso. Os conselheiros que concordam com a proposta de encaminhamento da comissão de normas, de envio de ofício para Sedese, sobre as orientações técnicas, por favor, permaneçam como estão. Os conselheiros que discordam, se manifestem no *chat*. Não havendo nenhuma inscrição e nenhuma manifestação no *chat*, Aprovado o encaminhamento do ofício. Obrigada, Joana. **JOANA, SEDESE:** Obrigada. **PRESIDENTE:** Eu passo a palavra agora para a comissão de política, o Élerson, o Coordenador não está presente, então o Coordenador Adjunto Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Obrigado, Patrícia. Boa tarde, pessoal. Eu projeto aqui, Adelmira. **ADELMIRA:** Ok, se quiser eu estou aqui. **CRISTIANO, SEDESE:** Qualquer coisa, o pessoal da comissão, se puder também contribuir porque a gente fez uma discussão de alguns pontos. A gente fez a reunião ontem. Participaram da reunião: dona Anédia, o Élerson, a Luanda, a Silvia e a Adelmira, que é a técnica de referência da nossa comissão. A gente teve várias ausências aqui. Somente uma pessoa justificou a ausência que foi a Lígia. E justificou em nome dela e do Gian também porque estavam com uma agenda lá na Secretaria de Saúde. A gente fez a primeira discussão sobre a questão que a gente já trouxe aqui, que é da revisão da minuta de resolução conjunta CEAS, Cedca, que é sobre o funcionamento das unidades de acolhimento para criança e adolescente, que é aquela Resolução nº 56, do Cedca. Isso é um assunto que já está virando quase que uma série na Netflix com 10 temporadas, porque a última informação que temos é de que foi feita uma tentativa...Tentativa não, foi realizada uma reunião conjunta entre o CEAS e o

Cedca, a Subas participou também com o Caodca, que foi uma provocação da dra. Paola, do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Preocupada com os encaminhamentos, ela puxou essa discussão para que pudéssemos fazer um acordo junto, entre o CEAS e o Cedca, em relação a essa minuta. Eu acho que é importante registrar aqui, por parte do CEAS, em especial por parte da comissão de política, a gente vem incansavelmente provocando essa discussão, tanto que elaboramos uma minuta de resolução já há algum tempo, inclusive com o apoio da Subas também que a Tatiane, da Diretoria de Alta Complexidade, nos ajudou. Mas, uma minuta da comissão de política, que já tinha sido encaminhada também. A gente já tinha feito várias sugestões e enfim, dessa reunião com o Ministério Público e o CEAS, a gente definiu uma série de encaminhamentos para que pudéssemos conversar, as duas comissões de política do CEAS e de política do Cedca, para chegar a um consenso em relação a essa minuta de resolução. A gente entendeu, nessa reunião do CAO, CEAS, Cedca e Subas, que havia um consenso de que haveria um esforço em analisar as propostas de alteração. E ficou claro também, pelo menos para mim, de que há interesse em fazer essa revisão da resolução, mas, por outro lado, há uma enorme dificuldade de comunicação com o Cedca. A Adelmira fez aqui, na nossa súmula, uma série de tentativas que fizemos ao Cedca, de marcar uma reunião conjunta entre as duas comissões, agora no mês de junho, mas não tivemos sucesso em relação a isso. A gente enviou vários *e-mails*. A gente não teve resposta desses *e-mails* e, mesmo assim, considerando que na reunião com o CAO ficou definida uma data que até o dia 24 de agosto para realizarmos uma plenária conjunta com o Cedca para aprovar essa minuta. Então entendemos que as duas comissões precisam alinhar e chegar a um acordo para levar para os conselheiros dos dois conselhos essa minuta já com o parecer das comissões. A gente fez tentativas nesse mês, mas não tivemos sucesso nelas. E, na discussão da comissão de ontem, como encaminhamento estamos sugerindo aqui que o CEAS envie um ofício ao Cedca convidando para uma reunião extraordinária entre as duas comissões. A gente propôs a data 25 de junho e a ideia é que, ao invés de tentarmos chegar a um acordo de uma reunião conjunta entre as duas comissões, uma data, a comissão de política fazer, agendar uma reunião extraordinária e convidar o Cedca para essa reunião. Porque precisamos fazer esses registros todos dessas tentativas junto ao Cedca de chegar a essa discussão da minuta. Esse é o primeiro encaminhamento que a gente fez. Estamos propondo essa data e, se for aprovado, vamos enviar para presidência do Cedca esse convite, para que a comissão de política participe dessa reunião porque vamos tratar da resolução. A notícia que temos é que o Cedca está fazendo uma discussão interna sobre a minuta, mas temos pouquíssimas informações sobre o andamento dessa ação lá. O segundo ponto é uma denúncia recebida pelo CEAS em 2018, de que trabalhadores do Suas recebem salário-mínimo, trabalhadores com escolaridade de nível

superior. Denúncia apresentada por representação dos trabalhadores. Essa é uma denúncia que recebemos em 2018 e somente em abril tivemos a resposta do conselho municipal, que é no município de Carangola. E a gestão informa que está recompondo a equipe, que já está quase completa e que sobre a questão da defasagem salarial dos trabalhadores, está solicitando ao setor de recursos humanos da prefeitura, uma análise. A Subas avaliou nessa apuração também, em relação ao que está no CadSuas, a Adelmira também fez pesquisas no CadSuas e constatou essa relação que está aqui descrita na súmula. E na discussão da comissão fizemos uma discussão sobre essa questão das equipes e, também, principalmente sobre a questão da diferença salarial e da necessidade de se retomar essa discussão sobre a questão do piso salarial para os assistentes sociais e dos profissionais das equipes de referência do Suas, que é uma discussão que vira e mexe, volta, mas que ultimamente não temos feito muito por causa de todas essas coisas que estão acontecendo, mas entendemos que é uma discussão muito importante. Eu até citei o caso dos trabalhadores da educação, que é o meu caso. Eu estou cedido à Sedese, mas eu sou servidor efetivo da educação, que também foi uma luta muito longa, histórica para se conseguir a aprovação do subsídio para professores e essa discussão também precisa ser retomada e discutida na assistência. Outro encaminhamento que a gente fez foi solicitar aos órgãos representativos de trabalhadores, falar a respeito das denúncias para pedir esse apoio do SINTIBREF, ensino médio; PSIND, psicólogos; Cress, e é isso que eu falei, dessa necessidade de retomar e fazer esse debate em relação ao piso salarial dos profissionais (trecho incompreensível) [03:50:01] que há uma diferença muito grande salarial, principalmente na média complexidade com os profissionais, assistentes sociais, psicólogos e advogados. E que os advogados, que trabalham nos Cress, muitas vezes não são exclusivos dos Cress, eles também prestam serviço para prefeitura. São procuradores, às vezes, da prefeitura em municípios pequenos. É uma situação muito comum nos municípios do estado. Sobre encaminhamento, estamos propondo enviar os ofícios para os órgãos que representam as categorias pontuando sobre a importância de se tratar essa pauta e enviar um ofício ao denunciante informando sobre a situação que foi apurada aqui, conforme as informações que obtivemos do CadSuas e das informações que foram enviadas pelo município. Encerrada (trecho incompreensível) [03:50:51]. O Ponto 3 é uma denúncia da União Brasileira das Mulheres de Minas Gerais. É uma denúncia bastante longa e detalhada em relação ao município de Betim, Minas Gerais. Trata de uma série de situações envolvendo a capacidade de atendimento nos equipamentos da assistência do município, tem uma rede grande. É um município grande da região metropolitana. Na verdade, essa denúncia foi para o conselho municipal e o Conselho Estadual, CEAS, foi copiado na mensagem. Na discussão da comissão estamos sugerindo enviar um ofício para o Conselho Municipal de Betim informando que a gente foi copiado nessa mensagem,

nessa denúncia, solicitando informações a respeito do levantamento das informações que foram descritas na denúncia que foi apresentada. A denúncia fala de várias situações, inclusive de questão sobre esse número de trabalhadores em relação aos equipamentos e o porte do município. Como encaminhamento, enviar um ofício para o conselho municipal falando desse recebimento que tivemos cópia solicitando informações e enviar um ofício ao solicitante informando que a gente recebeu a denúncia. Só para dar esse retorno de que o CEAS recebeu e que está fazendo os levantamentos, apurando as informações junto com o conselho municipal e junto e outras informações necessárias. Item 4, acho que é o último, é uma Demanda de Fiscalização dos Serviços do Suas no município de Luisburgo. É a mesma situação. É muito comum esse tipo de denúncias aqui que chegam para a comissão de política, em relação aos profissionais da assistência do município, a quantidade de profissionais e em relação à escolaridade. Essa denúncia traz várias informações e, uma das questões que ela aponta é em relação ao próprio gestor da assistência social do município. O denunciante informa que ele não tem curso superior. A gente fez essa discussão na comissão dizendo que o gestor do município, ele é um cargo de confiança, nomeado pelo prefeito do município. Não existe, pelo menos a gente não conseguiu lembrar de uma orientação expressa de que o secretário ou o gestor municipal da assistência tem que ter curso superior. Mas, em relação aos demais trabalhadores dos serviços do município, do Cras – que é o caso que o denunciante aponta. Estamos só sugerindo, como encaminhamento, informar para o denunciante a respeito dessa questão em relação à necessidade de escolaridade de nível superior para o caso do gestor. E no caso dos coordenadores ou do coordenador do Cras, o que a NOBRH e as orientações técnicas dizem é que ele tem que ser um profissional de nível superior. E que o CEAS vai solicitar informações ao município sobre o levantamento dessa situação dos trabalhadores do município. Acho que essa era a última informação da denúncia. Estou retomando a conexão aqui para projetar os encaminhamentos. A discussão que fizemos foram desses quatro pontos. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano. Obrigada. Em discussão. Os conselheiros que quiserem mais informações podem se inscrever aqui no *chat*. Silmônica abriu o áudio. Queria falar, Silmônica? **SILMÔNICA, CMAS JUIZ DE FORA:** Patrícia, desculpa, foi sem querer. **PRESIDENTE:** Tranquilo. Imagina. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Patrícia, sobre essa orientação. **SILMÔNICA, CMAS JUIZ DE FORA:** Aproveitando aqui, questão de ordem, eu já ia até comentar com o Cristiano para envolver o SINTIBREF, sindicato da categoria, mas logo à frente ele já citou, inclusive é o sindicato do qual eu sou diretora. Nós representamos os trabalhadores dessas instituições parceiras (áudio ruim) [03:55:54] envolver o sindicato dos trabalhadores nessas questões de salário, questões trabalhistas em geral. **CRISTIANO, SEDESE:** Silmônica, obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Silmônica. Obrigada. Gabriela. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Só a respeito do coordenador do

Cras, parece que tem uma, não sei se é uma orientação, acho que é (trecho incompreensível) [03:56:20] mesmo, que fala sobre essa questão de que o ideal seria se fosse profissional efetivo, não é? Eu não sei se foi mencionado isso. **PRESIDENTE:** Não. **CRISTIANO, SEDESE:** Não, mas eu acho que é bom registrar. Adelmira, você que está, eu estou projetando aqui, mas se você puder anotar esses pontos que a Gabriela está trazendo. Acho que é bom reforçar sempre, chamar atenção para isso, apesar de que na prática não é a realidade. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Embora sabemos que muitos coordenadores não estão nessa condição, mas já que vai orientar, já orienta nesses parâmetros. **CRISTIANO, SEDESE:** Sim. **PRESIDENTE:** Isso, a NOBRH prevê que o coordenador de Cras tem que ser concursado. De Creas, a NOBRH esqueceu de colocar, mas têm os cadernos de orientação do Creas que falam. Não está na NOB, mas nos cadernos de orientações falam. **CRISTIANO, SEDESE:** Mas, mesmo assim, têm algumas diferenças, em relação aos Cress têm umas brechas, em relação a NOB, em relação ao caderno de orientações. **PRESIDENTE:** Sim. Se os conselheiros estiverem esclarecidos, vou colocar os encaminhamentos em regime de votação. Na apresentação do Cristiano não estava projetando os encaminhamentos, estava parado na primeira página. Vou pedir para vocês transmitirem aí para recapitular. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu vou colocar. Deixa eu voltar aqui. O encaminhamento 1 é esse aqui. **PRESIDENTE:** Isso. O primeiro encaminhamento é o envio de um ofício para o Cedca, para uma reunião extraordinária para essa pauta que o Cristiano deu um informe (áudio ruim) [03:58:10] muito antigo aqui no CEAS. Além do envio desse ofício, o segundo ponto de encaminhamento: oficializar os órgãos que representam as categorias dos trabalhadores do Suas (SINTIBREF, PSIND e Cress) sobre a importância de tratar com as categorias essa pauta da... Desculpa, gente, essa pauta da questão do plano, não. Eu confundi um pouquinho. **CRISTIANO, SEDESE:** Do piso. **PRESIDENTE:** Do piso, isso. Isso mesmo. Recapitular. O terceiro ponto de encaminhamento: enviar ofício ao Cmas informando o recebimento do ofício sobre a gestão do Suas em Betim, solicitando informações sobre a atuação das equipes de referências do Suas. E o quarto encaminhamento, envio de ofício Cmas para verificar a situação dos trabalhadores de nível médio do Cras, conforme o CadSuas. Verificar a situação do uso do veículo citado na denúncia. Uso de recursos. E, também, enviar um ofício a denunciante que o CEAS vai orientar sobre o cargo de gestor e escolaridade (verificar a NOB e nos cadernos do Cras sobre a informação do coordenador) e aguardar a apuração da denúncia. Se os conselheiros estiverem esclarecidos, vou abrir o regime de votação, já que não tem nenhuma inscrição aqui no *chat*. Os conselheiros que aprovam os encaminhamentos apresentados pela comissão de política, por favor, permaneçam como estão. Os que discordam, se manifestem no *chat*. Não havendo nenhuma manifestação no *chat*, aprovado. Muito obrigada, Cristiano, Adelmira. Na comissão de normas eu agradei só a

Joana, esqueci de agradecer a Rosa. Enfim, já estamos cansados. Vai chegando esse horário, vai ficando mais devagar. Passo agora para comissão de apoio aos conselhos. O Coordenador Irajá conseguiu participar ontem da Mesa Diretora. Acho que participou da reunião da comissão de política também. À noite, às 18h, participou da reunião da Comissão da Sociedade Civil, mas, hoje, ele não conseguiu participar. Então, eu passo a palavra para o Sávio, enquanto Coordenador Adjunto da comissão de política. **SÁVIO, CMAS BH:** Ok. Enquanto a Paula coloca não tela, a gente já vai adiantando. A primeira questão, são três informes e uma proposta para o conselho deliberar. A primeira questão já está na tela. Aqui tem, o Irajá participou ontem. Foi muito bom ele ter participado. Ele resolveu a questão dele lá, me parece, um *Wi-Fi* diferenciado. Foi muito bom. Ele participou e vemos que ele teve dificuldade mesmo. A pessoa está sempre aparecendo, mas não dando conta. Foi uma ausência diferenciada com a sua importância, está voltando a tempo ainda, até participou. A questão principal é com relação ao descumprimento do artigo 30º, da LOAS. Voltando nisso aí. A publicação da Secretaria Nacional de Assistência Social divulga a relação de estados e municípios e a situação da regularidade frente ao disposto no artigo 30º, que estabelece a obrigatoriedade de instituição e funcionamento dos conselhos municipais de composição paritária entre governo e sociedade civil, instituição do Fundo municipal de assistência social e de conselhos, a paridade nos conselhos de assistência social: Fundo municipal de assistência social com orientação e controle do conselho e Plano de Assistência Social. Constata que o CEAS está regular, tanto na composição quanto na instituição do Fundo Estadual. Já em relação aos municípios mineiros demonstram pendências a serem sanadas quanto à paridade e instituição dos fundos de recursos. Demonstraram paridade, mas os números não são muito ruins, não. Por exemplo, 770 municípios demonstraram paridade. Em processo de averiguação 83. Em relação ao Fundo 787 encontram-se em situação regular, ainda que 21 desses municípios estão em averiguação na paridade e, também, para o fundo de assistência municipal. Essa questão, essas determinações do Conselho Estadual para que os municípios se adequem à Resolução nº 30, da LOAS, vem se arrastando por diversos momentos, já teve várias etapas, então a ideia principal, inicial, foi oficializar os municípios a regulamentação das pendências, atualização da legislação, a fim de evitar possíveis sanções ao município. Essas sanções são previstas pela Portaria nº 109, de janeiro de 2020. A equipe propõe a retenção de recursos. Ela foi suspensa com a pandemia, mas a qualquer momento, ela pode voltar. O principal é fazer uma reunião virtual com os conselhos municipais para esclarecer sobre o assunto. Na verdade, são duas reuniões virtuais, uma com os 83 municípios que estão fazendo averiguações com relação à paridade. Paridade tanto do ponto de vista do número de integrantes, conselheiros governamentais e não governamentais, e dentro da própria sociedade civil, a paridade de entidade, trabalhador e



usuário. E a gente discutiu bastante isso na reunião. Isso não é tão fácil, viu, gente? Por isso que ainda não chegou a um número menor de não adequação. Tem cidade, por exemplo, de 3 mil, 4 mil habitantes, que não tem entidade. E uma dificuldade que todo mundo sabe, de reconhecer o trabalhador como autônomo, passível de representar, de se fazer representar nos conselhos. As pessoas, de modo geral, acham que o trabalhador por ser um funcionário público atrelado ao trabalho de governo, ele é do governo. Não vê essa independência do trabalhador atrelado ao sindicato, atrelado à entidade de classe, que seria o Cress, CRP, etc. E atrelado a mais nova instância, que é o fórum dos trabalhadores. Esse atrelamento é forte, ele existe e é bom para política que haja esse atrelamento, mas não é devidamente reconhecido ainda. É uma discussão que temos que começar a fazer de forma mais firme. Isso é uma coisa que atrapalha muito, principalmente nas mesas de gestão do trabalho, essa discussão precisa ser feita. Precisamos convencer os nossos pares, os nossos gestores – não só, sociedade de um modo geral – essa independência do trabalhador na sua atuação. É muito por isso também e a dificuldade do usuário, essa abarca a preocupação geral da representação do usuário. Têm dificuldades mesmo e vamos tentar, através desse encontro virtual, tentar convencer, tentar argumentar, mais ou menos nos moldes que eu estou dizendo aqui. São 86 municípios que participarão, que podem participar dessa reunião virtual para discutir paridade. E 66 municípios na reunião virtual para convencê-los da importância da autonomia da utilização dos recursos e dos mesmos estarem nos fundos municipais de assistência social. Essa é a principal decisão nossa de partir para esses encontros. Esperamos cobertura de vocês. A gente pode deixar para votar no final. Vou falar as outras coisas, que são mais três assuntos aqui rapidinho.

**PRESIDENTE:** Não quis te interromper, mas não resisti. Eu acho que essa pauta é muito importante e achei muito boa essa proposta de encaminhamento de fazer esse encontro virtual para orientar os municípios. **SÁVIO, CMAS BH:** Sei sim. **PRESIDENTE:** (áudio ruim) [04:07:25] por cento ainda está nessa situação. A gente já sabe que têm anos esse acórdão do TCU. Não sei como vocês estão pensando o evento, mas eu queria sugerir convidar o Conselho Nacional, eles têm uma comissão que está tratando sobre isso, para poder ajudar a orientar os municípios. De repente, também, pensar outros nomes aqui do estado mesmo. A gente tem, por exemplo, a Juanita, que sempre ajuda o CEAS. É uma parceira nossa que tem muito conhecimento em relação a questão dos fundos, enfim, pensarmos de convidar pessoas para agregar nessa discussão, talvez, seja uma capacitação para os novos gestores municipais. Só seria (áudio ruim) [04:08:14] mesmo. Desculpa te interromper. **SÁVIO, CMAS BH:** Ótimo. A comissão agradece. Ótimo mesmo. A gente vai manter contato com a Juanita e com o conselho nacional também, com certeza. Aumenta a nossa capacidade de argumentação e de convencimento, logicamente. A outra questão é um encontro muito interessante, o segundo ponto, um atendimento realizado ao

conselho municipal de Brumadinho para instauração do fórum dos trabalhadores. É um e-mail que o CEAS recebeu em 30 de março de 2021, do município, solicitando apoio e orientação para criação do fórum dos trabalhadores no município. O atendimento realizado no dia 8 de junho, às 15 horas, pelo *Google Meet*, pelas Conselheiras Gabriela Loyola e Luanda Queiroga e Paula, técnica da comissão de apoio. Foram repassadas informações para instituição do fórum, disponibilizado material de apoio e contato para comunicações futuras. A gente agradece a Paula, a Luanda e a Gabi, por terem feito essa reunião muito importante, em atendimento a essa demanda do município de Brumadinho, que nem precisa de dizer o tanto que esse município tem sofrido com os últimos acontecimentos. Merece todo apoio e de forma mais imediata possível. Um outro informe é reuniões para Reativação da Urcmas de Governador Valadares. Foi realizada essa reunião em 11 de junho. A reunião com os municípios da região de Governador Valadares para buscar a reativação da Urcmas e mobilizar para a realização das conferências municipais. Com a participação dos Conselheiros Domingos Sávio, Márcio Alves e a Técnica de Apoio Paula. Estiveram presentes o futuro Secretário Executivo do Conselho, o Daniel e Eliane Bissoli. O encontro teve a participação de 67 representantes de 20 municípios. Durante a conversa ficou evidente a dificuldade de alguns municípios de relatarem nunca terem participado de conferências e como começar essas tratativas. Falamos de agendar outra reunião com os municípios que se encontram nessa situação para maiores orientações. Esses municípios são municípios de pequeno porte que solicitaram a reunião à parte. E conseguimos fazer com que 20 municípios participassem de 70 existentes. Ainda não é o ideal, mas é significativo. Houve questionamentos sobre o prazo da realização das conferências em período de pandemia, dificuldade dos municípios pequenos que não contam com a cobertura da *Internet* e equipamentos compatíveis. Ainda que sejam disponibilizados chips aos usuários, não contam com telefones de acesso e, muitas vezes, o próprio município não tem nem mesmo sinal bom. Houve a sugestão de fazer parceria com as escolas e realizar as conferências aos sábados, quando estão livres. Atualizados alguns e-mails e enviado material de apoio às conferências e acesso ao CEAS. A gente sabia que essas reuniões estão sendo muito difíceis e vão ser. A gente tem que aumentar nosso arcabouço na argumentação e fazer com que a ideia de se fazer conferência vingue. É isso que temos feito. Eu acho que temos obtido sucesso. No final dessa reunião, por exemplo, os próprios municípios ficaram propondo, já começaram a propor. Antes vinha dúvida, indagação, indiferença, mas, depois, eles mesmos estavam pensando com a gente a forma, principalmente do usuário participar. E tem aqui um panorama da realização de conferência, o ponto 4, em uma consulta que foi feita por essa comissão, os municípios que retornaram foram 177, para 853 comunicados. O retorno – esse é um problema, vamos ter que estabelecer estratégias de como resolver – foi muito maior do que os retornos

anteriores, que costumavam ficar na faixa de 60 a 80 municípios. Aqui foram 177, já é mais significativo. Municípios que vão realizar as conferências informando até. **IVONE, COGEMAS:** Sávio, foram 178. **SÁVIO, CMAS BH:** Ah, está bem. 178 municípios que vão realizar conferência, informando até dia 17 de junho. Houve o retorno de 178. 124 vão fazer e 49 não definiram. E três disseram que não vão fazer, quer dizer, muito pouco. Se o que está posto fosse proporcional aos municípios que não deram resposta, estava ótimo, mas a questão é que os que não deram resposta, muito provavelmente possam, a grande maioria, ter ideia de não fazer, lógico. Mas a gente continua, temos alguns municípios... **IVONE, COGEMAS:** 127 vão fazer, aumenta mais um aí. **SÁVIO, CMAS BH:** 127, beleza. Estava 124. E 49 deve ser menos municípios que não definiram também, eu diminuo aqui. E 3 não vão fazer, não é isso? Obrigado, Ivone. O ponto 4, é isso aí. Deixa eu ver se tem mais alguma coisa. Nessa reunião com Governador Valadares, preparamos uma reunião, vamos incluir o conteúdo para a próxima que pode ser Passos ou Pouso Alegre, incluir o conteúdo da capacitação. Pegar aquela capacitação que foi uma verdadeira aula, muito bom. Schettini, vou te falar, temos uma referência excelente aqui em Minas Gerais. Ela foi muito assertiva nas colocações, muito fácil de entender. Eu só achei que foi muito grande, então vamos fazer um resumo de cada parte que ela conseguiu colocar para não ficar uma aula, para ficar uma palestra, uma fala ou uma roda de conversa, em uma fala mais simplificada. Mas que seja motivadora, que seja assertiva e que contenha todas as informações. É isso aí. A gente vai aprimorar o que já estávamos fazendo, que é discutir sobre os eixos, dizer sobre o caderno de perguntas e respostas, o caderno da Frente que está muito explicativo. Separamos sete pontos importantes que o caderno da Frente diz e esse convencimento. E, também, a reativação da Urcmas colocamos. Estamos tratando de cinco pontos e a discussão de uma hora e meia, mais ou menos. Ok. Acho que é isso, Patrícia. Colocar em votação a realização desses dois encontros tratando da paridade e tratando da institucionalização do fundo. **PRESIDENTE:** Ótimo, Sávio. Foi muito bom. Muito importante esse trabalho realizado pela comissão de apoio. Parabéns para todos vocês. **SÁVIO, CMAS BH:** Obrigado. Em nome da comissão eu agradeço. **PRESIDENTE:** Em discussão. Algum conselheiro tem alguma dúvida? Podemos seguir com a deliberação? Não tem nenhuma inscrição aqui no *chat*. O ponto de deliberação é a aprovação da realização para esses dois encontros para tratar da paridade e da questão da instituição dos fundos. Os conselheiros que concordam com a realização dos encontros, permaneçam como estão. Se houver alguma discordância, por favor, se manifeste no *chat*. Não tendo nenhum registro de abstenção, nem contrário. Aprovados os encaminhamentos. Obrigada, Sávio. Obrigada, Paula e todos da comissão. A última comissão agora é a comissão de financiamento. Passo a palavra para o Élder, coordenador da comissão. **ELDER, SEDESE:** Ontem fizemos a reunião... Patrícia, você já tinha informado que não poderia participar.

Você tinha outro compromisso de trabalho. Você informou antes a sua ausência. Da reunião participaram eu, Ivone, Silmônica e Gian. Tinha apenas um ponto de pauta e esse ponto de pauta foi acrescentado na quarta-feira, ou seja, um dia antes da nossa reunião, que era a respeito de uma demanda do município de Salinas, se não me engano. Eles mandaram um *e-mail*, o conselho municipal do município mandou um *e-mail* solicitando apoio do conselho para capacitá-los a respeito de alguns temas. A princípio, a gente achou que era só orçamento público, mas depois vimos que eles tinham mais temas. Eles pediram basicamente uma capacitação sobre Cneas, outros pontos sobre Cadastro Único e, finalmente, alguns pontos sobre orçamento público. A gente discutiu o que faríamos e pensamos que, primeiro, a gente discutiu que capacitação nesse momento... Capacitação é algo mais longo e mais demorado. Tem que ter, no mínimo, 20 horas como capacitação introdutória para seguir as diretrizes do Suas. A gente entendeu que nesse momento o ideal, para atender o município rapidamente, seria fazer oficinas de apoio técnico. E essa oficina tem que envolver três áreas da Sedese, primeiro, a assessoria de gestão do fundo para tratar dessa parte de orçamento. Segundo, a diretoria de gestão do Cadastro Único para tratar de cadastro único e finalmente a diretoria de gestão do Suas para tratar da parte do Cneas. Ficou acordado que vamos responder o *e-mail* do município com um ofício informando que vamos entrar em contato para marcar essa ação de apoio técnico, essa oficina. A gente até pensou de fazer no mesmo dia com representantes das três áreas. E a Ivone até sugeriu que fossem escolhidos dois conselheiros que acompanhassem essa ação quando fossem realizadas. Eu até sugiro que a gente escolha esses dois conselheiros no nosso grupo de *WhatsApp* da comissão de orçamento mesmo, vemos as datas que podem participar e realizar isso. Esse foi o nosso encaminhamento. Realizar uma ação de apoio técnico abordando os três pontos que o município pediu, convidando o conselho do município e até outros entes que eles queiram que participem também, com a participação do conselho, acompanhado por dois conselheiros. Com isso a gente acha que atende demanda do município. Seria isso, gente. **IVONE, COGEMAS:** Isso mesmo, só que a capacitação é com os conselheiros. **ELDER, SEDESE:** Isso. **IVONE, COGEMAS:** Por isso que eu vi que não precisava de três dias. Você pode fazer temáticas na oficina. Foi muito boa a que a Sedese fez aqui com a gente. Trabalhar vários temas em uma oficina só. **ELDER, SEDESE:** Exato. A sugestão de fazer junto foi até sua mesmo, Ivone. A gente achou que vai ser uma boa mesmo. A gente pega os três pontos de uma vez. **PRESIDENTE:** Esse apoio técnico vai ser da Sedese, então a gente não teria que oficiar a Sedese encaminhando a demanda? **ELDER, SEDESE:** Pode ser. **PRESIDENTE:** Eu prefiro não, mas é porque na comissão de política tem muito isso de fazer ofício encaminhando para Sedese. **ELDER, SEDESE:** O que eu pedi é para encaminhar o *e-mail*, na verdade. Pedi a Jane para encaminhar o *e-mail* para mim, para eu encaminhar para as

(trecho incompreensível) [04:20:15], mas se vocês também quiserem oficial, tanto faz. Mas se o *e-mail* for suficiente, para a gente também é tranquilo. **CRISTIANO, SEDESE:** A gente tinha até pensado isso, Patrícia, às vezes, de simplificar o processo e um *e-mail* acho que já resolveria. **ELDER, SEDESE:** Encaminhar para mim, por exemplo, falando que foi ter essa demanda e solicitando apoio da Sedese para organizar essa ação de apoio técnico. Se puder ser assim, fica mais rápido. **CRISTIANO, SEDESE:** Aí o Élder manda para mim. **ELDER, SEDESE:** Exato. **MARIANA, SEDESE:** Eu queria aproveitar, desculpa me intrometer, de modo geral esse tipo de encaminhamento vocês podem mandar por *e-mail* direto. Pode mandar para o meu, para o do Cris, para o do Élder. Para nós é mais fácil do que esperar chegar o SEI. Um SEI, geralmente, vai parar no gabinete da secretária, demora para chegar para nós. Assim, é um procedimento desnecessário, na minha opinião. **ELDER, SEDESE:** É, e acaba até atrasando o apoio ao município, até chegar para nós. **PRESIDENTE:** Eu acho ótimo. Ofícios a menos para ler. **ELDER, SEDESE:** Não é? **PRESIDENTE:** Assinar, mandar pelo SEI. Algumas horas de... **MARIANA, SEDESE:** Nós temos o *e-mail* do gabinete da Subas, têm os nossos pessoais e têm os das diretorias também. Aí vocês também podem ficar à vontade, de mandar para todos ou para diretoria específica ou direto no superintendente. Porque é isso, nós estamos aqui dentro do CEAS também juntos, então não tem porque burocratizar isso, não. **PRESIDENTE:** Ótimo. Ótimo. Em discussão. A primeira inscrição é do Conselheiro Márcio Caldeira. **MÁRCIO, ASSPROM:** Obrigado, Presidente. Eu acho que basicamente, em relação ao ponto mais específico, para mim ficou uma dúvida em relação ao Cneas. Quando foi colocado pela comissão a questão da capacitação, uma vez que a solicitação é do conselho municipal, seria interessante também a presença da gestão do município em relação a essa questão do cadastro do Cneas, porque ela é que operacionaliza esse cadastro. A gente já teve uma discussão muito acirrada na última plenária em relação a essa questão do Cneas. Eu acho que precisamos pacificar essa questão, melhorar esse entendimento, clarear essas questões como um todo. Eu não sei se entendi corretamente o encaminhamento, se também vai ter essa parte de envolvimento da gestão especificamente nessa parte do cadastro do Cneas no município. Esse é o meu ponto. Obrigado. **IVONE, COGEMAS:** Só uma observação, Patrícia. Na verdade, o pedido de capacitação às entidades é pelo recebimento do recurso que muitas vezes vem de emenda parlamentar e que eles queriam orientação sobre isso, entendeu? São os recursos que as entidades recebem e muitas vezes nós também ficamos em dúvida. Se os recursos caíam no Fundo Municipal de Assistência Social ou se ia direto para a entidade. **PRESIDENTE:** Entendi. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Posso, Patrícia? **PRESIDENTE:** Sim, Gabi, por favor. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Na verdade, foi uma deliberação do conselho na última reunião e diz muito disso, sim, sabe, Ivone? Porque levantamos uma série de questões que são

levadas para o conselho, mas com as definições já pontuadas. Tal entidade vai receber tanto e encerra, muitas vezes, por aí e a gente fica naquela situação de que temos que ficar à mercê de tudo isso, como que é, como que tem que ser o papel do conselho diante dessa situação. A respeito do que o Márcio falou do Cneas, eu não estou me recordando agora do conteúdo, embora tenha sido eu quem assinou o ofício, mas certamente vão ser levantadas questões que envolvem também essas inscrições. Inclusive, temos agendado aqui uma capacitação para o mês de agosto, que vai falar dessa questão de inscrição de entidades. Por quê? A gente tem alguns profissionais que estão na condição de conselheiros, tem um entendimento de que a inscrição da entidade tem que estar dentro das questões que envolvem a tipificação dos serviços socioassistenciais. Só que nem todos têm esse entendimento e, às vezes, uma instituição quer apenas apoio das ações, busca por essa inscrição e a gente não sabe como que a devemos proceder. Isso tem sido discutido com muito mais força hoje. O Cmas, hoje, eu vejo que tem adotado algumas posturas bem mais envolvidas nessas normativas e regulamentações. Embora mesmo que não houvesse esse entendimento através do ofício, mas certamente vão surgir dúvidas nesse sentido porque são questões que a gente vem discutindo com muita força aqui nas plenárias que realizamos. E já tem também uma previsão de uma capacitação justamente para dar mais segurança as nossas decisões aqui junto ao conselho. Eu quero aproveitar para agradecer o CEAS pela atenção dada ao ofício. Estou muito satisfeita pela preocupação com o nosso município diante das demandas que nós levantamos. Obrigada

**PRESIDENTE:** Obrigada, Gabi. A Mariana está inscrita. **MARIANA, SEDESE:** Eu acho até que isso é um ponto de assunto que podemos trazer depois, futuramente. Também fiquei pensando aqui como, talvez em alguma comissão. Mas no sentido de quê? A Gabriela trouxe vários pontos. O que acontece? Uma coisa é a inscrição no Cmas, que decorrente disso vai ter o Cneas e, quando os recursos são de assistência social, as entidades têm que ter. E, para além dos recursos de assistência social, para ela ser reconhecida de assistência, compor a rede municipal, não só receber os recursos de emenda, seja do estado ou da União ou do próprio município. Eu queria chamar atenção porque é muito comum a gente, aqui na Sedese, também receber esse tipo de dúvida que ela trouxe e a gente orienta no seguinte sentido, não é porque ela foi indicada para receber uma emenda parlamentar que ela tem que ser inscrita na assistência social se ela não é de assistência social porque outras áreas também têm recursos de emenda parlamentar. A questão é que se ela for indicada na assistência, para receber o recurso da Sedese, na ação da assistência, ela vai ter que ser de assistência, mas, às vezes, o deputado indica errado, vamos falar: “Não, isso não é assistência, isso é trabalho.” O deputado vai ter que remanejar para o trabalho. Se é do esporte, o deputado vai remanejar para o esporte. É só para separar porque o que percebemos é que, às vezes, a entidade chega no conselho

municipal ou no município falando que precisa, mas se ela não é de assistência, o conselho não deve inscrevê-la como de assistência. É muito importante quando vemos muitos Cneas aqui na Sedese, às vezes, município ou entidade, vemos um Cneas que a gente não entende, que fala: “Que serviço que é esse que essa entidade está prestando?” A gente vai orientar o município para entender por que o município fez a inscrição dela no Cneas. É isso que eu estou falando. É um assunto extenso. Eu sei que envolve pressão política porque os parlamentares não sabem também destinar as emendas deles. Muitos deles destinam as emendas sem ver exatamente a área do recurso e o recurso é alocado lá no orçamento. O deputado quando vai fazer a lei orçamentária, coloca a emenda dele dentro da ação orçamentária. O deputado que indica, então se o deputado indicou errado, ele vai lá corrigir na LOA, mas também não pode transferir o problema para gente. Entendeu, gente? É delicado. São delicadas essas conversas, mas estamos sempre e, por outro lado, se é uma entidade de assistência social, mas que precisa do recurso, precisa ser qualificada, precisa ser orientada, temos que entrar com a nossa parte de apoio técnico, de orientação e eu vejo que o município também tem muita responsabilidade nisso. Às vezes, o município não conhece a rede socioassistencial dele. Têm várias entidades, mas o município também não faz contato, não acompanha o trabalho. E a realidade é muito diversa. É um pouco isso. **PRESIDENTE:** Sim. A Gabi está inscrita. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** É bem isso mesmo, Mariana. Muito claras as pontuações que você colocou e dizem muito das dúvidas que estamos levantando aqui. E o que acontece? Há um tempo ou há alguns anos, houve muito uma pressão para inscrever as entidades e não sei o quê. Não sei se foi só dentro do município de Salinas ou se foi uma realidade dentro do próprio estado, ou nacional, e começaram a fazer inscrições sem fazer essa análise crítica. E hoje chegamos ao ponto de deliberar dentro do conselho de esperar por essa capacitação para tomarmos a decisão dentro do que a gente aprender ali. E tenho observado que, talvez, há vícios nessa questão da renovação da inscrição e da própria inscrição da instituição, da primeira inscrição na instituição do conselho municipal. É na tentativa de romper com esses vícios e de superar, talvez, acredito em muitas instituições que estão inscritas no nosso conselho hoje. A gente vai ter que dialogar com elas para explicar que elas não são entidades de assistência social e que não faz o menor sentido estar ali. É nessa tentativa, que o conselho tem buscado por maiores informações e acertar com relação a essas questões que envolvem o Cneas e também as questões que envolvem emenda parlamentar porque são inúmeras as dúvidas. E eu gosto da ideia de você trazer a respeito de voltar a discutir isso aqui no CEAS, porque eu imagino que não seja uma realidade somente do município de Salinas. E estamos falando de uma rede socioassistencial e de um conselho que tem as competências, eu acho que vale a pena muito repensar nessa proposta também. **MARIANA, SEDESE:** Só a título de

complementação, depois, se você quiser, chama a gente. A gente conversa com vocês no município, faz até um levantamento de emendas que têm para Salinas. Se tiver algum caso específico, gente, vocês podem acionar a gente. Não tem problema, não. Tem telefone, tem *e-mail*, faz contato com a gente que a gente ajuda. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Perfeito. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ótimo. É isso mesmo. Isso traz muita dúvida para os municípios. Eu acho que podemos até tentar expandir um pouco, não ficar só para o conselho, para gestão municipal também, de repente convidar algumas entidades, mas eu acho que pode a organização dessa capacitação pode ser feita em conjunto pela Sedese, pelo Cmas que demandou, enfim. **ELDER, SEDESE:** Está ótimo. Bom que é a distância, você pode chamar quem quiser, cabe todo mundo, não tem problema. **PRESIDENTE:** Não é? Pelo menos um lado positivo. **ELDER, SEDESE:** A única vantagem é essa, você não tem mais esse problema de espaço. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente, só a título de informação: acho que na última conferência que tivemos, nós tivemos a participação de muitas entidades inscritas no conselho, mas que eram entidades de associação comunitária, uma série de situações. E se for confrontar com o Cneas, você tem muita inconsistência nesses cadastros. Acho que o ponto que Mariana traz e que a Gabi traz também, são extremamente importantes para começarmos trabalhar em cima dessas questões e melhorar essa relação dessa identidade do Suas. Eu acho que isso é importante. Acho que é um ponto que vamos ter que nos debruçar muito e contem com as entidades para estar trabalhando e expandindo essa orientação para que possamos fortalecer o Suas na sua integralidade. Obrigado. **PRESIDENTE:** Isso. Eu acho que a gente já podia colocar como pauta para as próximas reuniões das comissões. Eu não sei se seria comissão de apoio aos conselhos municipais, porque essa questão de inscrição de entidade é muito normas, mas também apoio aos conselhos municipais. Depois a gente discute internamente em uma Mesa Diretora junto com a Secretaria Executiva para ver para qual comissão poderíamos direcionar essa pauta. E ver como que a gente conseguiria trabalhar essa questão. De fato, nós temos muitas entidades inscritas mesmo nos conselhos e que não são da assistência social, até que ponto temos que pensar em uma capacitação, orientações em cima disso. Acho que seria importante essa pauta retornar na próxima plenária, teria que ver a comissão certinha. Finalizamos os encaminhamentos, envio de ofício. Não tem nenhuma inscrição, então podemos colocar a deliberação em votação. Envio de ofício com posicionamento do CEAS para atender solicitação do Cmas. Envio de *e-mails* solicitando apoio da Sedese diante da solicitação do Cmas de Salinas. Elaboração de oficina virtual com conselheiros do CEAS e três áreas da Sedese. Contato com o município para agendamento de data e indicação de nomes dos conselheiros na plenária. Acho que a indicação dos nomes dos conselheiros pode ser até depois, via grupo de *WhatsApp* para agilizar, porque tem que ver a agenda primeiro. Os conselheiros que



concordam com os encaminhamentos permaneçam como estão. Não havendo manifestação no *chat*, aprovado os encaminhamentos. Parabéns, Élder, Jeane. Obrigada, comissão. Importante mesmo dar apoio para o Cmas. É um dos principais papéis nosso, enquanto CEAS. Silmônica colocou aqui que em Juiz de Fora eles fizeram esse trabalho na comissão de avaliação e monitoramento. Bacana. Conselheiros, encerramos a pauta de todas as comissões. 17h49, nos estendemos um pouquinho na reunião que estava com horário previsto para encerramento as 17h, mas felizmente conseguimos encerrar antes das 18h. Queria desejar boa noite a todos. Bom fim de semana. Se cuidem e até as próximas.

Nome	Representatividade	Assinatura
Alison Pereira Ramos	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira	
Anédia Farias	Associação dos Usuários do SUAS	
Cristiano de Andrade	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS de Belo Horizonte	
Elerson da Silva	Caritas Brasileira	
Elder Carlos Gabrich Júnior	Sedese	
Francielly Ferreira Caetano	Fórum Municipal dos Trabalhadores do Suas	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas – Salinas	
Isaura dos Santos Lopes	Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras,	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Jéssica Teixeira Silva	Movimento Nacional de População de Rua	
Joana Moraes Rabelo Horta Lopes	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
João Victor de Almeida Chaves	Seplag	
Laureci de Paula	Movimento Graal do Brasil	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Luanda do Carmo	CRP	

Queiroga		
Lucas Estevão Ribeiro	Conselho Central de Curvelo SSVP	
Marcio Caldeira	ASPROM	
Márcio Evangelista	CMAS Itabira	
Mariana de Resende Franco	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Natália Lisce Fioravante Diniz	Federação das Apae's	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social – CRESS	
Poliana de Souza Vieira	SEE	
Silmônica Rodrigues da Silva Tocafundo	Cmas Juiz de Fora	
Silvia Gracia Oliveira de Souza	SEE	
Stella Samara de Paula Faria	Seapa	
Vinícius de Queiroz Castanheira	SEF	